



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Um Registo da História:

A Primeira República Santomense através do jornal *Revolução*.

Dandara Sílvia Matos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Lisboa

Dezembro, 2018



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Um Registo da História:

A Primeira República Santomense através do jornal *Revolução*.

Dandara Sílvia Matos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Lisboa

Dezembro, 2018

A Edna Matos, Antonieta Fonseca e Maria de Lourdes.

Para Derik Luís Silva Carvalho.

AGRADECIMENTOS

Saluba! É saudando Nanã, que começo meus agradecimentos.

Esta dissertação não seria possível sem as pessoas que foram meu suporte. Quando uma Mulher Negra alcança seus objetivos ela não está sozinha. Antes de mim outras tantas mulheres fortes e guerreiras abriram caminho para que meu sonho fosse realizado. Começo agradecendo a minhas avós, Nanãs que conheci em vida, que hoje se encontram no Orun. Antonieta Fonseca e Maria de Lourdes da Silva acreditavam que a nossa realidade e a dos nossos irmãos pretos só mudam com educação, por elas prometo sempre continuar galgando novos sonhos.

Agradeço à agência de fomento à pesquisa Edna Matos, minha mainha, que embarcou comigo nesse sonho de descobrir o que existia do outro lado do Atlântico. Ela que, mais uma vez, tudo sustentou e financiou para que eu realizasse mais um sonho. Essa dissertação é minha, mas dedico a minha mãe, só ela sabe os sacrifícios que foram necessários para que essa realidade fosse possível. Aqui acrescento meus agradecimentos ao meu tio Eliezer Matos, que junto com mainha, tornou esse sonho possível.

Aos meus irmãos, Adônis Augusto e Aline Sílvia, meus companheiros e amigos, obrigado pelas palavras, os carinhos e os cuidados, amo vocês! Ao meu pai, Noberto Augusto, por ser meu amigo e sempre acreditar que sou capaz de realizar meus sonhos. Em nome deles, agradeço a todos os outros familiares, tios e tias, primos e primas, e agregados que juntos participaram desse processo.

Um agradecimento profundo à minha orientadora, Dr^a Maria João Vaz, que aceitou me orientar e não mediu esforços para que esse trabalho fosse finalizado. Meus agradecimentos serão sempre pequenos para a grandeza do seu ato. À professora Dr^a Ana Lúcia Sá que, desde a minha chegada a Lisboa, sempre me deixou confortável e confiante com minha nova vivência acadêmica em Portugal. Ao meu coorientador informal e amigo, Professor Juvenal de Carvalho, que desde a graduação, acompanha meus passos de pesquisadora e com quem divido o fascínio pelo continente africano.

A Lisboa, cidade encantadora, que me ensinou no amor e na dor, nos sorrisos e choros que foram acompanhados por pessoas que viraram minha família na terrinha portuguesa. Melina Neves e Bruna Alencar, obrigada por tudo, não consigo encontrar palavras para agradecer tudo que vivemos, sei que chegamos incompletas e nos completamos em todos os abraços, vinhos e risadas. Obrigada Cândido Domingues, que na reta final, de forma chata e carinhosa, aguentou meus medos, dúvidas e agonias sobre minha dissertação e vida acadêmica. As minhas companheiras de mestrado, Sara da Silva e Helcikia Franca, pelas risadas, conversas e debates nas noites do ISCTE.

O caminho foi longo, a distância que me separava das minhas raízes, foi 6.500 km e, mesmo assim pessoas essenciais nunca me deixaram só. Agradeço imensamente a Denise Santos, Linda Gomes, Claudiana Cardoso, Josiane Conceição, Cíntia Castro, Viviane Ferreira, Rosana Ramos, Taise Macedo e Rafael Barretto, amigos que acompanharam

de perto cada passo que dei. Denise, amiga com quem divido o amor pela profissão e as aventuras que todo esse amor nos levou, *Estrada* é nosso sobrenome e sei que ainda viveremos muitos sonhos juntas. Aqui, com muito carinho, dedico um espaço aos meus amigos e familiares de Salvador que, com grande apoio e expectativa, aguardavam por esse momento, obrigada!

Os agradecimentos são muitos, pois esse trabalho não foi feito sozinho. Tem um pedacinho de cada um que opinou, criticou, incentivou, ou simplesmente ficou ao meu lado durante a sua realização. Os nomes são muitos, mas infelizmente não cabem todos aqui, caso alguém tenha sido esquecido, não fique triste, a memória me trai, porém sei reconhecer a ajuda de todos. Por isso aqui registro meu muito obrigada!

RESUMO

Após o dia 12 de julho de 1975, iniciou-se em São Tomé e Príncipe um regime de partido único, colocando no poder Manuel Pinto da Costa, do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). As dinâmicas desse período são o objeto deste trabalho, que tem como objetivo analisar os momentos iniciais do período pós-independência de São Tomé e Príncipe. Para isso será privilegiado como fonte o jornal *Revolução*, periódico criado pelo governo logo após a celebração da independência, sob a tutela do Ministério da Informação da República Democrática de São Tomé e Príncipe. O primeiro exemplar foi publicado no dia 12 de julho de 1975. Através do jornal *Revolução* procurou definir e analisar o papel desempenhado pelo jornalismo governamental em São Tomé e Príncipe e como retratou os acontecimentos no país no período de 1975 a 1979.

Palavras-chaves: São Tomé e Príncipe; Independência; *Revolução*; Movimento de Libertação; Pós-Independência.

ABSTRACT

After July 12, 1975, a single party regime was inaugurated in São Tomé and Príncipe, placing Manuel Pinto da Costa, of the Liberation Movement of São Tomé and Príncipe (MLSTP) in power. The dynamics of this period are the object of this work, which aims to analyze the initial moments of the post-independence period of São Tomé and Príncipe. To this end, the *Revolução*, a newspaper created by the government shortly after the celebration of independence, under the auspices of the Ministry of Information of the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe, will be privileged. The first issue was published on July 12, 1975. Through the newspaper *Revolução*, I try to define and analyze the role played by governmental journalism in Sao Tome and Principe and how it portrayed events in the country from 1975 to 1979.

Key-words: São Tomé and Príncipe; Independence; *Revolução*; Liberation Movement; Post-Independence.

ÍNDICE

Agradecimentos	iv
Resumo	vi
Abstract	vii
Índice	viii
Glossário de Siglas	ix
Introdução	1
1. A independência de São Tomé e Príncipe	6
1.1. Portugal e a "África Portuguesa"	6
1.1.1. Política colonial portuguesa do Estado Novo, o fim da colonização portuguesa e os movimentos de libertação nacional	6
1.2. São Tomé e Príncipe: o Estado Novo e a Luta pela Independência	11
1.3. A libertação nacional das ilhas santomenses e a transição do poder	18
1.4 A construção de um país: São Tomé e Príncipe independente	23
1.5. Os Conflitos Políticos no pós-independência	26
2. A imprensa como a voz de um governo	30
2.1. Os Caminhos da Imprensa em São Tomé e Príncipe	31
2.2. O <i>Revolução</i>	34
3. <i>Revolução</i> e os primeiros passos da República	38
4.1. Editoriais: 1975 a 1979	39
4.2. A política interna: 1975 a 1979	45
4.2.1 Economia	45
4.2.2 A construção do imaginário da sociedade civil e seu controle social.....	54
4.3. Relações Internacionais: 1975 a 1979	62
4.3.1 Relação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa	69
4.4. Os conflitos políticos: 1975 – 1979	74
4.5. Epílogo	84
Conclusão	87
Fontes e Bibliografia	90

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AC Associação Cívica

APN Assembleia Popular Nacional

BADEA Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África

BM Banco Mundial

CEA Casa dos Estudantes de Angola

CEI Casa dos Estudantes do Império

CIA Central Intelligence Agency

CLSTP Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe

CONCP Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

DES Direitos de Saque Especiais

EUA Estados Unidos da América

FAD Fundo Africano de Desenvolvimento

FARSTP Forças Armadas Revolucionárias de São Tomé e Príncipe

FMI Fundo Monetário Internacional

FNLA Frente Nacional de Libertação de Angola

FPL Frente Popular Livre

FRAIN Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas

FRELIMO Frente de Libertação de Moçambique

GVDP Grupo de Vigilância e Defesa Popular

JMLSTP Juventude do MLSTP

MAC Movimento Anticolonialista

MLSTP Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola

MUDJ Movimento de Unidade Democrática Juvenil

OMSTP Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe

OPSTEP Organização dos Pioneiros de São Tomé e Príncipe

ONU Organização das Nações Unidas

PALOP Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAIGC Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCA Partido Comunista de Angola

PCP Partido Comunista Português

PIDE Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PNA Partido Nacional Africano

PNDU Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PS Partido Socialista

PSP Polícia de Segurança Popular

RDA República Democrática Alemã

RDSTP República Democrática de São Tomé e Príncipe

STP São Tomé e Príncipe

TEACR Tribunal Especial para Actos Contra-Revolucionarios

UNITA União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA União das Populações de Angola

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) é um país insular, localizado na região do Golfo da Guiné, composto por duas principais ilhas, São Tomé e Príncipe. Além das ilhas principais, existem outras ilhotas: o ilhéu das Rolas; o ilhéu das Cabras; os ilhéus Bombom e Carçoço; e os ilhéus Tinhosa Grande e Tinhosa Pequena.

O país está dividido em duas regiões administrativas: São Tomé e Príncipe¹. Administrativamente está dividida em distritos: Água Grande e Mé-Zochi (Centro Litoral), Cantagalo e Caué (Sul), Lemba e Lobata (Norte) e Pagué (Príncipe). A população ronda os 185.000 habitantes, segundo o censo de 2012, sendo a maior concentração populacional na Ilha de São Tomé, distrito de Água Grande, onde fica a capital do país². São Tomé e Príncipe é um dos menores países do Continente Africano, situando-se próximo das costas do Gabão, Guiné Equatorial, Camarões e Nigéria.

Os portugueses Pedro Escobar e João de Santarém, a 21 de dezembro 1470, avistaram a ilha que seria batizada de São Tomé, em homenagem a São Tomé Apóstolo, santo festejado nessa data, e a 17 de janeiro de 1741 a ilha de Príncipe, que recebeu esse nome por pertencer ao príncipe Dom João³. Em 1485 o primeiro grupo de portugueses, liderado por João de Paiva, fixou-se na ilha de São Tomé. O seu povoamento planeado iniciou-se em 1493, sob o comando de Álvaro de Caminha⁴.

Os portugueses permaneceram no arquipélago durante quinhentos anos. Em meados do século XVII São Tomé viveu uma crise, devido à concorrência do açúcar do Brasil, mais barato e de melhor qualidade⁵. Além disso, a ilha registrou nesse período várias revoltas e fugas de escravos e inúmeros ataques dos corsários (franceses, holandeses e ingleses), o que enfraqueceu a produção açucareira das ilhas. Houve um abandono por parte dos colonos, deixando o território sem controle direto por parte de Portugal. Desta forma, os forros⁶ assumiram as estruturas administrativas⁷.

¹A ilha do Príncipe é uma região autónoma desde 1994.

² Instituto Nacional De Estatística, São Tomé e Príncipe, 2012.

³ Viana de Almeida, *Povoamento e Colonização da ilha de S. Tomé*, Cadernos Coloniais, n.º 67, Lisboa, s.d.; 1884.

⁴ AMBRÓSIO, António. *Subsídios para a história de S. Tomé e Príncipe*. [S.l.]: Livros Horizonte, 1984.P. 8.

⁵ SEIBERT, Gerhard *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Editora: Veja, 2002, P.33.

⁶ Foram designados forros os africanos escravizados que pertenciam aos primeiros colonos portugueses e foram alforriados pelo rei D. Manuel I. Para saber mais sobre este processo ler Gerhard Seibert (2014).

⁷ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Editora: Veja, 2002, P.19.

Com a saída dos colonos, os forros passaram a constituir uma elite local, que dispunha de escravos, controle das terras e comando da administração da região. A base da economia era a produção agrícola visando a subsistência e o abastecimento dos navios negreiros, pois as ilhas eram um entreposto do tráfico de escravos para o Brasil. No final do século XVIII e início do XIX, a cultura da plantação do cacau e do café trouxe São Tomé e Príncipe para o cenário da exportação agrícola, fazendo a ilha próspera outra vez⁸.

Com a perda do Brasil, em 1822, os portugueses voltaram-se para África, dando maior atenção às ilhas e à exploração do café e do cacau⁹. Os colonos organizaram a administração, tomaram posse das terras que estavam sob o controle dos forros e trouxeram mais escravos, já que os forros se recusavam a trabalhar nas roças¹⁰.

Com o fim da escravatura, em 1876, e ainda com a recusa dos forros em trabalharem as terras, os colonos viram-se obrigados a contratar mão de obra para as roças, iniciando-se um novo fluxo migratório de cabo-verdianos, moçambicanos e angolanos. Com a “nova” colonização portuguesa nas ilhas, São Tomé e Príncipe chega a ser o principal exportador de cacau mundial, até ao final da I Grande Guerra¹¹. Nesse novo contexto, os nativos foram perdendo prestígio, a importância na administração local voltou para as mãos dos colonos.

Alguns proprietários forros, que conseguiram manter as suas terras, aproveitaram os lucros obtidos com a exportação do cacau e do café para mandarem os seus filhos estudar para Portugal¹². São Tomé e Príncipe foi o território sob o domínio português que mais estudantes enviou para a metrópole. Da “segunda colonização” à independência, em 1975, São Tomé e Príncipe passou por várias transformações sociais e económicas, o que levou a um acirramento no seio da população, até então dividida em três categorias: os brancos, os forros e os contratados.

As ilhas foram as únicas que não participaram na política de assimilação¹³, nem tiveram que seguir o Estatuto do Indígena de 1933¹⁴, mesmo assim os entraves raciais

⁸ Idem.

⁹ SEIBERT, Gerhard. *CRIOLIZAÇÃO EM CABO VERDE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: Divergências Históricas e Indenitárias*. 2014.

¹⁰ “A população nativa, os forros e os angolares, sempre se recusaram a aceitar “o trabalho escravo” nas plantações, pois o consideravam abaixo do seu estatuto de africanos livres.” SEIBERT, 2014. P.61.

¹¹ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Editora: Veja, 2002.

¹² NASCIMENTO, Augusto. *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte*. Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2005.

¹³ Portugal adotou a política de assimilação para os domínios de Angola, Moçambique, Guiné – Bissau e Cabo Verde. Essa política dizia que se o africano anexasse alguns atributos ele poderia ser considerado

umentaram. Em 1953 ocorreu uma revolta na localidade de Trindade, na ilha de São Tomé, que, segundo Seibert, tinha o intuito de impedir a aplicação do Estatuto no território. Tal episódio ficou conhecido como o Massacre de Batepá¹⁵ que, segundo Gerhard Seibert: “Este sangrento acontecimento tornou-se ainda a *raison d’être* do nacionalismo são-tomense e suas exigências de independência”¹⁶.

Nos anos 1960 os cinco territórios africanos sob o domínio de Portugal¹⁷ começaram a luta contra o regime colonial. A forma de lutar não foi unânime: as regiões levaram em consideração as suas complexidades e obstáculos para alcançarem a independência. Foi a falta de estudos sobre a independência e o pós-independência de São Tomé e Príncipe que serviu de inspiração para desenvolvimento desta dissertação. Sobre a insuficiência de fontes e estudos Augusto Nascimento diz:

“Ao cúmulo de dezenas de anos de censuras sucessivas e de um quase vazio intelectual, juntam-se os efeitos de laços familiares e de proximidade que inibem, por exemplo, a publicação de depoimentos e de memórias relevantes para futuras investigações. Numa sociedade onde a actividade editorial é quase nula, nalguns raros escritos propõem-se explicações do passado, mas quase nunca se narram eventos. Até hoje, poucas pessoas se dispuseram a desvendar acontecimentos em que elas mesmas ou correligionários e adversários mais ou menos próximos estiveram implicados. De alguma forma, a ausência de testemunhos como que se coaduna com um meio social durante anos marcado, por um lado, pela falta de hábito do confronto de opiniões e, por outro, pela prevalência dos boatos e do rádio boca a boca como veículo de informações”¹⁸.

Verifica-se uma grande lacuna na História da luta anticolonial, no que diz respeito a São Tomé e Príncipe. Toda a discussão e produção que existe justifica a pouca importância dada à ilha devido à inexistência de luta armada. A falta de interesse pela luta de independência de São Tomé e Príncipe foi alvo de críticas pelos nacionalistas santomenses, que argumentavam a dificuldade em conseguirem apoio para a causa, devido ao

um “civilizado” e assim adquirir a cidadania europeia, nesse caso mais especificamente a portuguesa, essas características eram: ter 18 anos, saber ler e escrever, desempenhar uma profissão que a remuneração fosse suficiente para si e seus dependentes, bom comportamento e que isso fosse atestado pelas autoridades, convertido ao catolicismo e não professasse os deuses africanos.

¹⁴ O Estatuto do Indígena era um conjunto de regras e leis do qual era gerida a vida do africano nas províncias da Guiné, Angola e Moçambique. O estatuto foi abolido em 1961 com o começo da guerra anticolonial.

¹⁵ Massacre de Batepá aconteceu em 03 de fevereiro de 1953, em São Tomé e Príncipe, quando a mando do Governador Geral Português, Carlos de Sousa Gorgulho, os colonos brancos desencadearam uma onda de violência sobre a população africana que se negava aceitar o trabalho forçado nas roças.

¹⁶ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Editora: Veja, 2002, P.71.

¹⁷ Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

¹⁸ NASCIMENTO, Augusto. *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte*. Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2005, P.15.

diminuto tamanho geográfico e à impossibilidade de iniciar uma guerra anticolonial no território¹⁹.

Mesmo sem combate armado, em 1960 criou-se um grupo para discussão da possibilidade e caminhos para independência. O Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe (CLSTP) tinha como intuito chamar a atenção para a situação colonial nas ilhas e conseguir apoio internacional. Após conflitos internos, foi fundado o Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe, em 1972 na cidade de Malabo, capital da Guiné Equatorial²⁰.

De 1972 a abril de 1974 foram poucos os acontecimentos ocorridos em São Tomé e Príncipe relativos à luta de libertação que estremeceram o cenário local. Com o derrube da ditadura em Portugal, a 25 de abril de 1974, o Movimento vislumbrou pela primeira vez a possibilidade concreta de conseguir a independência. Para Augusto Nascimento, o Movimento serviu só para auxiliar a luta anticolonial do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), pois até à *Revolução* dos Cravos em Portugal, a grande maioria da população santomense era alheia aos acontecimentos e ao real desejo de independência que os membros do MLSTP tanto referiam.

De abril de 1974 a julho de 1975, ocorreram factos importantes para o processo de independência das ilhas. O governo de transição foi conturbado, houve conflitos entre os colonos e os nativos e disputas políticas sobre a condução do processo entre o MLSTP e Associação Cívica²¹. Após 12 de julho de 1975 iniciou-se em São Tomé e Príncipe um governo de regime de partido único, colocando no poder o MLSTP, na figura de Manuel Pinto da Costa²².

O desenvolvimento desse trabalho tem como objetivo analisar o período do pós-independência de São Tomé e Príncipe. Para isso será utilizado como fonte o jornal *Revolução*, periódico criado no período da independência. Através do *Revolução* busca-se verificar o pós-independência de São Tomé e Príncipe. Para o desenvolvimento do trabalho serão analisados 54 exemplares, de 1975 a 1979, explorando as matérias publica-

¹⁹ GRAÇA, Carlos. *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*. São Tomé e Príncipe, Editora: UNEAS, 2011.

²⁰ SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. *Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2008. P. 19.

²¹ Foi criada logo após 25 de abril de 1974 por estudantes universitários santomenses que estavam estudando em Lisboa.

²² GRAÇA, Carlos. *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*. São Tomé e Príncipe, Editora: UNEAS, 2011.

das, as principais reportagens e os assuntos abordados. Com esta investigação pretende-se compreender o discurso difundido pelo governo através do jornal *Revolução*.

A abordagem do problema será através da pesquisa qualitativa e, do ponto de vista dos objetivos, consistirá também numa pesquisa exploratória baseada na análise do periódico e no levantamento da bibliografia já produzida sobre o tema, como livros, teses e artigos. Serão usados como referência autores fundamentais para o entendimento da dinâmica política em São Tomé e Príncipe.

Este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma breve contextualização histórica do processo de independência dos países que eram colónias de Portugal, com ênfase em São Tomé e Príncipe. Descreve-se o processo de independência e de (re) construção de São Tomé e Príncipe, vendo as transformações políticas, a inserção do regime do partido único sob o comando do MLSTP, a busca pelo fortalecimento da economia e as disputas políticas que nortearam os primeiros anos do pós-independência.

No segundo capítulo analisa-se a importância da imprensa como fonte histórica, reportando-nos a autores como Orlandi, Foucault e Pêcheux, para discutir a importância do dito e não dito e explorar o discurso projetado pela fonte. Faz-se ainda uma retrospectiva da imprensa em São Tomé e Príncipe, para se perceber sua evolução e transformações no período analisado, o momento depois da independência.

No terceiro e último capítulo analisa-se o jornal *Revolução*, os discursos e projeções para a sociedade santomense, no período de 1975 a 1979. O capítulo está dividido em temáticas para facilitar a compreensão da composição dos artigos publicados pelo periódico e perceber como ele concretizou a função de formar uma opinião positiva sobre o regime do MSLTP.

CAPÍTULO I:

A INDEPENDÊNCIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O Continente Africano passou por três fases do século XV ao XX. A primeira foi marcada pela chegada dos europeus ao continente e a exploração econômica das suas costas; a segunda, após a Conferência de Berlim (1885), quando a Europa repartiu África e se instalou no seu interior e ilhas; a terceira, a luta dos povos africanos contra o colonialismo europeu e as independências²³.

Para Pezart Correia, a descolonização decorre em cinco fases: começa com a emancipação das mentes, a tomada de consciência da situação da dominação colonial e seus efeitos, a ânsia pela libertação e terminando com a fase, segundo o autor, mais intensa que é a formação da nação, conduzindo os dirigentes dos novos países a construir novos símbolos e sentimento de pertença no seu povo.²⁴ Esse capítulo tratará do final do colonialismo e do processo de descolonização nas possessões portuguesas, com ênfase em São Tomé e Príncipe, salientando-se que a descolonização de cada território cumpriu as fases de forma diferente.

1.1 Portugal e a "África Portuguesa".

Na segunda metade do século XX os povos africanos intensificaram a luta contra o colonialismo e pela independência. As lutas foram intensas e do final da década de 1950 até o final de 1970 quase todo o Continente tinha ascendido à independência. Pelas guerras, guerrilhas e pela "via pacífica", cada território foi concretizando o objetivo.

De todos os países europeus em África, Portugal foi o que mais resistiu ao processo de independência dos territórios africanos que controlava, negando-se a negociar. Tal levou a que três dos seus cinco domínios entrassem em guerra contra o governo português: Angola, Moçambique e a Guiné Bissau, ficando de fora da guerra os territórios de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe²⁵.

1.1.1. Política colonial do Estado Novo, os movimentos de libertação nacional e o fim da colonização portuguesa.

²³ Para compreender a colonização, colonialismo e descolonização, quanto conceitos e seus desdobramentos, ler Ferro, Marc, *História das colonizações: das conquistas às independências - secs. XIII-XX*, Lisboa, Ed. Estampa, 1996.

²⁴ Correia, Pezart, *Descolonização de Angola: A joia da coroa do império português*. Lisboa, Editorial Inquérito, 1991, P. 13-15.

²⁵ GUERRA, João Paulo. *Memória das Guerras Coloniais*. Porto, Editora: Afrontamento, 1994, P. 28-29.

Em 1910, com a implantação da República em Portugal, ocorreu uma tentativa de descentralização do poder nos territórios coloniais africanos, porém no final da década de 1920 essa política é alterada²⁶. No início dos anos 1930, com a instauração do Estado Novo e da ditadura de Salazar, a nova direção política portuguesa aumentou os esforços para consolidar o Estado Colonial.

Enquanto ministro das Colônias, em 1930, Salazar publicou o “Acto Colonial²⁷”, que mais tarde veio a integrar a Constituição de 1933, que formalizava o Império Português e a centralização do poder em Lisboa. Tudo o que respeitasse aos territórios ultramarinos tinha que passar por Lisboa. Para Salazar e o seu regime, Portugal era um “grande império”, com territórios em África e na Ásia. Como refere Salazar: “Angola é uma criação portuguesa e não existe sem Portugal”²⁸.

No início da década de 1940, fazendo parte da política colonial portuguesa, foi criada a Casa dos Estudantes do Império (CEI). Essa Casa tinha a função de acolher os estudantes africanos que continuavam os estudos em Lisboa, Coimbra e no Porto. Além do acolhimento, o governo português tinha a intenção de controlar e fortalecer a mentalidade “imperialista” entre a população africana. Teve a sua gênese noutras casas de apoio a estudantes, sendo a mais antiga a Casa dos Estudantes de Angola (CEA), fundada em 1941²⁹. Seguindo o exemplo dos angolanos, outras casas de acolhimentos foram surgindo em Portugal e, receando perder o controle sobre essas casas e seus integrantes, o governo decidiu unificá-las³⁰.

A CEA, criada em 1941, foi facilmente aprovada pelo governo, pois entre a comissão organizadora estava o sobrinho do governador de Angola, Alberto Marques Mano. Saliente-se que a política educacional para as colónias não atendia aos negros, não tinha investimento em escolas de base e as poucas que recebiam ajuda eram voltadas para educação dos filhos dos colonos³¹.

²⁶ SILVEIRA, Maria Anabela Ferreira da. *Dos nacionalismos à guerra os movimentos de libertação angolanos - de 1945 a 1965*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, P. 47-51.

²⁷ O “Acto Colonial”, que entrou em vigor em 1930, consistia nos princípios da integridade territorial, do ufanismo imperialista e do discurso civilizador de Portugal, que por se considerar um país cristão com o poder de evangelizar, achava que tinha a função de civilizar e colonizar os povos ultramarinos. TOMÉ, 1940, P.63.

Assim Portugal legitimava seu “direito” de exploração desses territórios.

²⁸ GUERRA, João Paulo. *Memória das Guerras Coloniais*. Porto, Editora: Afrontamento, 1994, P.17.

²⁹ DÁSKALOS, Sócrates. *A Casa dos Estudantes do Império: Fundação e primeiros anos de vida*. Câmara Municipal de Lisboa. 1993.

³⁰ CASTELO, Claudia. «A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial». *Actas 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, Lisboa, ISCTE, 2010, P. 6.

³¹ Idem, P. 5.

A união das casas não impediu o crescimento do pensamento antifascista, anticolonialista e uma formação marxista entre os que ali residiam. Na verdade, com a centralização, várias atividades culturais de cunho político passaram a ter lugar na Casa. Muitos dos estudantes já eram contrários ao sistema opressor colonial e, com a vivência na capital, o sentimento de combate foi ampliado³². Alguns integravam o Partido Comunista Português (PCP), que trabalhava clandestinamente, e o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ) que podia funcionar abertamente nas faculdades.

Do ano de criação ao início dos anos 1950, os estudantes que desembarcavam em Portugal eram essencialmente os filhos dos colonos, que tinham acesso à educação básica na África, que vinham para a metrópole para cursar o nível superior. Aos poucos, essa configuração foi mudando e os filhos de africanos começaram a chegar a Portugal para fazer o curso superior, tornando a casa um local de debate sobre a situação em África e as lutas anticolonialistas, principalmente sobre os territórios que estavam sob a dominação portuguesa³³.

O regime colonial português baseou-se na submissão de uma maioria (africanos e asiáticos) por uma minoria (portugueses). Esse controle foi conseguido através da violência direta e indireta, constituindo assim uma lógica de superioridade dos europeus – que tanto foi defendida pelos darwinistas sociais no século XIX –, compondo a administração local, com os brancos que vinham de Portugal, apoiados por políticas governamentais de ocupação.

A relação colonial entre Portugal e África tinha o racismo como um dos seus motores, sustentado por séculos de exploração social e comercial do Continente Africano. Esse mecanismo foi intensificado e não se restringe às áreas colonizadas pelos portugueses. Nos territórios ocupados por Portugal, os brancos tinham estruturas sociais e económicas melhores, restando aos negros os trabalhos (forçados), como sucedia nas roças de São Tomé e Príncipe, e funções subalternas que não interessavam aos brancos³⁴.

Para manter o controle dos territórios africanos, Portugal teve necessidade de formar uma “elite local”, para assumir posições intermediárias e subordinadas, o que

³² CASTELO, Cláudia. «A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial». *Actas 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, Lisboa, ISCTE, 2010.

³³ FERREIRA, Pedro. «Casa dos Estudantes do Império: pelo regime e contra o regime». *Actas I Congresso de História Contemporânea*, Lisboa, FCSH, 2012.

³⁴ ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*. Lisboa, Editora: Dom Quixote, 1997, P. 34.

ajudaria na manutenção da administração colonial. Como a educação era um privilégio dos colonos, e entre os nativos os primeiros letrados vinham da estrutura católica, formados nos Institutos Missionários³⁵, o governo ampliou o número de escolas e os incentivos para que uma parcela da população – que estava a ser educada para constituir uma elite local –, continuasse os estudos na capital do império³⁶.

Essas “elites letradas nas sociedades africanas³⁷” começaram a ser formadas, exercendo atividades administrativas nos governos locais. Surgiram também “proprietários agrícolas, professores de ensino privado e advogados provisionários”³⁸. São os filhos das elites locais, na sua maioria mestiços, que começam a desembarcar em Lisboa e se vão encontrar no CEI. Mesmo que a discussão e a luta anticolonial já existissem no Continente Africano, não avançou com a mesma rapidez nos territórios sob domínio português.

Embora de forma tímida, as questões relativas às colónias eram debatidas pelos estudantes no CEI, ainda que sob o olhar da vigilância policial. A ruptura no modo desses estudantes pensarem a luta anticolonial deu-se por dois fatores: o primeiro foi a guerra dada independência na Argélia e principalmente, os textos de Franz Fanon sobre essa luta, e o discurso sobre o papel do colonizador e do colonizado que evidenciou o cunho racial dessa disputa; o segundo foi o encontro desses estudantes com outro personagem importante na luta de libertação, Viriato Cruz³⁹.

Viriato foi um dos fundadores do Partido Comunista de Angola (PCA) e acreditava que a luta tinha que ser feita no território africano, onde com Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) movimentava o cenário político. As reuniões ocorridas na CEI tinham um foco maior na discussão da dominação portuguesa em África.

³⁵ Idem.

³⁶ “Um autor especializado na história do ensino reconhece que se foram instituídos, nomeadamente em Angola e Moçambique, duas correntes na organização escolar, “por imposição da fixação das populações brancas”: uma de missionação ligada à educação essencialmente destinada aos indígenas e outra “cada vez mais avançada na sua extensão, nos seus graus e na sua diferenciação, adaptada às sociedades europeias, mas igualmente aberta... a todos os indígenas que tivessem atingindo uma situação de civilizado.” ANDRADE, 1997, P. 35.

³⁷ Termo usado por ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*. Lisboa, Editora: Dom Quixote, 1997.

³⁸ ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano...*, 1997, P. 39.

³⁹ “[Viriato] dominava muito bem a teoria marxista (...). Praticamente andei com Viriato todos os dias e fiquei muito impressionado com ele, foi de facto das pessoas que me impressionou e cheguei a Lisboa e transmiti isso aos angolanos com quem eu mais convivia que era o Lara, o Agostinho Neto... sobretudo estes; e mais tarde aos não angolanos, como Amílcar Cabral. Nessa altura, começámos também a encontrar-nos mais vezes, a falar mais sobre os nossos “países” e chegámos à conclusão que era preciso ser mais concreto, quer dizer, era preciso libertarmo-nos das organizações portuguesas e olhar para os “países” mais diretamente.” Eduardo Macedo dos Santos em entrevista a Carlos Pacheco, MPLA: Um nascimento Polémico. Editora: Lisboa, Vega, 1997, P. 85.

Jovens como Mário de Andrade (Angola), Amílcar Cabral (Guiné Bissau), Marcelino dos Santos (Moçambique), Guilherme Espírito Santo (São Tomé e Príncipe) começaram a pensar nas suas terras, nos problemas com a administração portuguesa, no que era preciso fazer para que ascenderem à independência e de como seria o processo de estruturação dessas nações⁴⁰.

O envolvimento com o marxismo, através de leituras, foi a base para a formação desses militantes que, aos poucos, foram somando conhecimento teórico e político marxista às vivências nos seus territórios. Ocorreu um afastamento do dito “comunismo tradicional”, principalmente por perceberem que não havia um debate em torno da questão racial nem sobre o colonialismo nas teorias comunistas. Os estudantes voltaram-se para discursos que tratavam das questões africanas, envolvendo-se com as teorias pan-africanistas e que vão moldar o nacionalismo africano.

Em 1957, os estudantes que moravam no CEI criaram o Movimento Anticolonialista. Entre eles estavam Lúcio Lara, Mário de Andrade e Viriato da Cruz, Amílcar Cabral, Guilherme Espírito Santo, Marcelino dos Santos. A finalidade era estabelecer uma ordem para a luta contra o colonialismo português e conseguir a independência⁴¹. Mais tarde o MAC será desfeito, sendo criado, em 1960, a Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas (FRAIN), englobando os movimentos de independência dos territórios que estavam sob o domínio de Portugal. No ano seguinte a Frente evoluiu para a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)⁴². Todos esses grupos tinham como intuito principal aglutinar forças entre os povos africanos das colónias portuguesas.

No momento em que a movimentação política foi ganhando força, fora e dentro de Portugal, a repressão do regime salazarista foi aumentando. A partir 1959, o autoexílio tornou-se uma solução frequentemente usada, com destinos como França, Alemanha e países independentes em África. As denúncias contra o colonialismo português eram constantes na ONU e os Congressos sobre a questão anticolonial ocorriam com maior

⁴⁰ “Os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas identificaram diversos tempos ao longo da “marcha libertadora”: nos anos 20, o aparecimento de organizações reivindicativas legais; nos anos 30 e 40, a combinação de métodos de intervenção legal, sobretudo no domínio cultural, e de atividades de organização clandestinas; nos anos 50, acção reivindicativa, a unificação possível dos grupos nacionalistas e a reclamação da autodeterminação por vias pacíficas; a partir dos anos 60, a definição e execução de uma política de luta armada.” GUERRA, 1994, P. 101.

⁴¹ MATOS, Dandara Sílvia, *Manifesto do Movimento Anticolonialista: um guia na luta pela independência*. Centro de Artes, Humanidades e Letras – UFRB. Cachoeira, 2016.

⁴² MATEUS, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA E PAIGC*. Sintra, Editora: Inquérito, 1999. P. 90.

frequência. Mesmo condenado por entidades internacionais, Salazar não cedia e deixava evidente que não tinha intenção de negociar com os movimentos independentistas.⁴³

1.2 São Tomé e Príncipe: o Estado Novo e a Luta pela Independência.

Em São Tomé e Príncipe algumas ações foram adotadas pelo governo de Salazar para impedir manifestações contrárias ao poder vigente e manter o regime colonial nas ilhas. Tal foi possível com a extinção da Liga dos Interesses Indígenas de São Tomé e Príncipe⁴⁴, criada no período republicano, o ataque a casas pertencentes aos “indígenas”⁴⁵ e perseguição a partidos políticos, como o Partido Nacional Africano (PNA)⁴⁶. O PNA era tolerado até começar a questionar a decisão do governador Vaz Monteiro, em cobrar o imposto individual indígena. O partido organizou manifestações contra o ato, sendo presos os seus dirigentes, extinta a organização e reprimidas as ações contrárias ao governo⁴⁷.

Com problemas de falta de mão de obra para trabalhar nas roças e com a recusa dos forros em desenvolverem trabalhos braçais, o governo continuou a contratação de trabalhadores⁴⁸ de fora da colónia. Os santomenses pagaram o imposto indígena, progressivamente remetidos para a subalternidade, empobrecidos, perdendo totalmente o anterior prestígio social e económico. Até ao final da Segunda Guerra Mundial, os nativos estiveram aprisionados na política conservadora da ditadura de Salazar⁴⁹.

⁴³ GUERRA, João Paulo. *Memória das Guerras Coloniais*. Porto, Editora: Afrontamento, 1994.

⁴⁴ A Liga tinha como função defender os direitos dos indígenas, a criação de um comitê permanente que tinha o encargo de combater à venda, aluguel, ou penhores de terras sem causas explicadas. Para maior percepção ler Augusto Nascimento, 2008, “A liga dos interesses indígenas de S. Tomé e Príncipe (1910-1926). In: NASCIMENTO, Augusto. *Entre o mundo e as ilhas: o associativismo são-tomense nos primeiros decénios de noventa. União dos Escritores e Artistas de São Tomé e Príncipe-UNEAS*, São Tomé e Príncipe, 2005, P.

⁴⁵ No contexto colonial, a noção de indígena foi sinónimo de negro, de africano. Para compreender essa discussão, leia Maria Paula G Meneses. O ‘Indígena’ Africano e o Colono ‘Europeu’: A construção da diferença por processos legais. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2010 e Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique: Decreto-Lei Nº 39666. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954, P. 7.

⁴⁶ NASCIMENTO, Augusto. *São Tomé e Príncipe durante o Estado Novo*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2008.

⁴⁷ Idem, P.3.

⁴⁸ “Durante o tempo colonial, os serviços eram os trabalhadores importados para as roças. Durante largo tempo sujeitos à tutela de donos ou administradores das roças, os roceiros, os serviços permaneceram apartados do tecido social local. Aliás, os ilhéus também se esforçavam por se demarcar dos serviços obrigados a um trabalho aviltante e quase escravo. Enquanto parte destes foi repatriada, outros fixaram-se pelas roças e alguns permaneceram após a Independência. Até hoje, as diferenças entre os ilhéus e os ex-serviços não se encontram totalmente esbatidas.” NASCIMENTO, 2010, P. 47.

⁴⁹ NASCIMENTO, Augusto. *São Tomé e Príncipe durante o Estado Novo*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2008.

O pós-Segunda Guerra e início da Guerra Fria significam a afirmação de um novo contexto. Em São Tomé e Príncipe o novo governador, Carlos Gorgulho, tentava implementar uma outra forma de governar com a “combinação de autoritarismo e de voluntarismo”⁵⁰. Reformas estruturais nas ilhas, melhorias das condições de trabalho nas roças, aumento dos salários, uma tentativa (controlada) de abertura para que o clima na colónia fosse de tranquilidade. Todas essas ações tinham ainda a intenção de conquistar os nativos e convencê-los a trabalhar nas roças, uma vez que a escassez de mão de obra tinha aumentado, pois deixará de existir acordo com os outros territórios sobre o envio de mais pessoal para o trabalho em São Tomé e Príncipe⁵¹.

Mesmo com essas melhorias nas roças, Gorgulho não consegue resolver o problema laboral entre os roceiros e os nativos, o que deu início a um clima de conflito na ilha⁵². Esse clima intensifica-se com pequenas disputas e contestação às decisões do governador. O ápice do conflito vai levar a um dos episódios mais marcantes da história de São Tomé e Príncipe, o Massacre de Batepá, em 1953⁵³.

Em 1949, na região de Trindade, em São Tomé, houve um boicote às eleições. Contaram-se apenas três votos, o que levou Gorgulho a acusar o presidente da mesa, Januário Graça do Espírito Santo, e o seu irmão, Salustino Graça, de simpatia por ideais comunistas e campanha oposicionista ao regime. Em 1950, um grupo de nacionalistas decidiu enviar um texto ao ministro do Ultramar, para denunciar os maus tratos infringidos aos nativos e os excessos do governador. Tal ato fez com que o governador ordenasse a prisão dos autores do texto, intensificando-se o atrito entre os nativos e o governador⁵⁴.

Não conseguindo alterar a decisão dos nativos, o governador endureceu a sua ação e começou a recrutar a força de trabalho, ordenando que a polícia prendesse qualquer habitante nativo sem documentação, obrigando-o a trabalhar para o governo nas obras públicas⁵⁵. No início de fevereiro de 1953, depois dos conflitos no teatro Sporting Clube entre os brancos e nativos, a ilha de São Tomé amanheceu com panfletos escritos à mão ameaçando de morte quem recrutasse os forros para “os contratos”. O governador

⁵⁰ Ibidem, P. 4.

⁵¹ NASCIMENTO, Augusto. *São Tomé e Príncipe durante o Estado Novo*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2008, P.4.

⁵² Idem P. 5.

⁵³ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Editora: Veja, Lisboa, 2002, P.77.

⁵⁴ SANTO, Carlos Espírito. *O Nacionalismo Político São-Tomense*. Volume 1. Lisboa, Edições Colibri, 2012.

⁵⁵ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES,,,,*, 2002, P. 79-80.

declarou a “caça” aos autores, fixando um prêmio para quem apresentasse os culpados. No jornal a *Voz de São Tomé* publicou:

“Tendo chegado ao conhecimento do governador que indivíduos desafectos actual situação política, conhecidos como comunistas, propalam boatos tendenciosos no sentido de que os filhos de São Tomé irão ser obrigados a contratar-se como serviçais para o trabalho nas roças, o Governo esclarece que nenhum filho da terra deve dar crédito a essas atoardas, antes deve denunciar à Polícia tais indivíduos, porquanto o Governo, que tem a seu cargo a proteção dos nativos conforme sempre o tem demonstrado, garante-lhes que nunca consentirá autorizar tais contratos”⁵⁶.

A rebelião manteve-se e o governador convocou os colonos para compor uma tropa de voluntários para se protegerem, alegando que os nativos eram altamente perigosos e era preciso contê-los. Foi com esse pretexto que vários colonos cercaram a região de Trindade e Batepá “armados até os dentes, a milícia formada apressadamente circulava em jipes pelas ruas gritando: ‘Vamos caçar macacos! Vamos caçar macacos!’⁵⁷”. Vários nativos foram mortos, outros foram presos e torturados. Os líderes foram presos e enviados para o exílio na ilha de Príncipe.

Os episódios de fevereiro de 1953 foram caracterizados por nacionalistas, como Miguel Trovoada e Carlos Graça, na década de 1960, como o marco da luta contra o regime colonial racista. O massacre foi fruto da insistência de Gorgulho em forçar os nativos ao trabalho braçal e todo esse esforço, segundo Seibert, só poderia culminar numa revolta contra os excessos do governador e um regime opressor⁵⁸.

Os anos 50 marcaram o início das inquietações nos territórios africanos sob o domínio português, começando a existir uma intensa movimentação contra o regime, incentivados, principalmente, pela luta anticolonial no restante do continente. Sete anos após os acontecimentos de 1953, foi surgindo uma corrente nacionalista entre os santomenses exilados que resultou na criação do Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe. Esta organização fomentou o desejo pela independência das ilhas, sendo claro para a elite nativa que as reformas implementadas pelo governador não significariam uma

⁵⁶ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Editora: Veja, 2002, P. 81.

⁵⁷ *Ibidem*, P. 82.

⁵⁸ “Tinha sido a sua própria política brutal de recrutamento de trabalhadores que criara um espírito de revolta entre os forros. Portanto é mais que provável a existência de encontros clandestinos onde os são-tomenses conspiravam contra o governador. Curiosamente, depois de tantos anos de rugas para o recrutamento para as Obras Públicas, apenas perante a ameaça do sistema de trabalho contratado nas roças, que teria significado o fim da distinção entre forros e serviçais, é que os forros se dispuseram a revoltar-se contra o regime colonial local. O massacre também revelou claramente a força do desprezo dos forros pelo trabalho nas roças.” SEIBERT, 2002, P. 92.

melhoria das suas vidas, visando apenas atrair mais colonos brancos⁵⁹. São episódios que significam uma referência para o nacionalismo santomense e o massacre de Batepá o grande exemplo da violência do regime colonial português ao qual era necessário colocar um fim⁶⁰.

A década de 1960 foi um período de intensificação da luta anticolonial africana. Num ambiente internacional favorável, o CLSTP passou a movimentar a discussão no cenário internacional. Este comité foi constituído em São Tomé e Príncipe, em setembro de 1960, por um grupo de nacionalistas que se encontravam de férias na ilha de São Tomé, inspirados em organizações anticoloniais de Moçambique, Angola e Guiné Bisau⁶¹.

Num primeiro momento, o CLSTP instalou-se em Conakri, na Guiné⁶². Em 1961, Miguel Trovoada, líder do CLSTP, e Carlos Graça, convidado por Trovoada para participar no comité, já no Gabão, mudaram a sede para Libreville, capital do Gabão⁶³, e foi lá que se manteve a sede do CLSTP até 1965, pois o Gabão já era independente e o presidente aceitava o seu funcionamento. Em 1961, na Conferência das organizações nacionalistas das colónias portuguesas, o CLSTP foi reconhecido pelos outros movimentos como representante das ilhas de São Tomé e Príncipe na luta anticolonial. Em 1962, em Nova Iorque, Miguel Trovoada participou na XVII sessão ordinária da Assembleia da ONU, conseguindo o título e o reconhecimento como porta voz do povo santomense, através do CLSTP⁶⁴.

No seu programa inicial, o Comité “exigia a abolição de todos os privilégios dos brancos, o estabelecimento de um regime republicano, democrático, secular, anticolonial e anti-imperialista, assim como a proibição de trabalho forçado[...]”⁶⁵. Além desses pontos inegociáveis, o Comité abordava as questões económicas, como a reforma agrária, e em termos de política externa, defendia uma relação de unidade africana com os outros países do Continente.

⁵⁹ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Editora: Veja, 2002, P. 92-94

⁶⁰ SANTO, Carlos Espírito. *O Nacionalismo Político São-Tomense*. Volume 1. Lisboa, Edições Colibri, 2012.

⁶¹ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Editora: Veja, 2002, P. 94.

⁶² Idem, P. 96.

⁶³ GRAÇA, Carlos. *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*. São Tomé e Príncipe, Editora: UNEAS, 2011. P. 38.

⁶⁴ Idem, P. 39.

⁶⁵ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002, P. 94.

A polémica na história anticolonial de São Tomé e Príncipe alude à falta de luta armada no território. A justificação dos nacionalistas santomenses remete para a caracterização geográfica do território, que não permitia a instalação de guerrilha nas ilhas. Gerhard Seibert advoga que, além da questão geográfica, a presença da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) nas ilhas não permitia movimentações políticas internas. Os que refutam essa versão, como Augusto Nascimento, afirmam que até 25 de abril de 1974 os povos nas ilhas não faziam ideia de qualquer movimentação política e anticolonial em São Tomé e Príncipe.

Carlos Graça afirma que tirando uma pequena quantidade de santomenses, o conhecimento sobre a “evolução política da África” naquele contexto era nulo, graças ao regime ditatorial português instalado no território. Porém não se pode desconsiderar o trabalho que o CLSTP realizou nas ilhas, como a distribuição de textos políticos e os contatos internos com os nacionalistas que não estavam no exílio. Graça alega que a própria PIDE fez vários relatórios sobre as ações da organização, evidenciando a importância do grupo e o quanto incomodava o regime.

Mesmo havendo relatórios da PIDE sobre o Comité, a inexpressiva ação e o pouco impacto nas ilhas eram citados pela polícia. Segundo Nascimento, a população via com desconfiança o grupo, pois mesmo com o reconhecimento internacional e o título de representante de São Tomé e Príncipe, não conseguiam levantar os santomenses contra o regime. Numa entrevista, Tomás de Medeiros⁶⁶ afirmou: “São Tomé foi independente não por luta, mas porque acompanhou a enxurrada das outras colónias, mais nada”.

Sobre esta questão, Manuel Pinto da Costa afirmou, em 1975, com São Tomé e Príncipe independente, no jornal ”:

“É certo que não conhecemos a luta armada, mas o nosso povo não lutou menos do que os outros povos para conquistar a sua independência. Aliás, a luta armada não é a única forma de luta. Ela é a forma mais avançada e só é desencadeada lá onde as condições o permitirem. Não podendo fazer a luta armada, fizemos a luta política contra o colonialismo português. No entanto, alguns pretendem, e é pena que essa opinião saia da boca de certos compatriotas nossos, que o povo de S. Tomé e Príncipe não lutou, que a independência lhe foi oferecida numa bandeja de prata”⁶⁷.

⁶⁶ LABAN, Michel. *São Tomé e Príncipe: encontro com escritores*. Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2002.

⁶⁷ JORNAL REVOLUÇÃO, Ano I, N° 3, 1975, P. 6.

No seio do CLSTP, em pouco tempo os conflitos apareceram e Miguel Trovoada e Carlos Graça passaram a ser criticados pelos outros nacionalistas⁶⁸. Com o descontentamento surgiu, em 1965, um segundo CLSTP, agora na cidade de Acra, no Gana, por Tomás de Medeiros e Hugo de Menezes. Esse segundo grupo ficou ativo em menos de seis meses, já que em fevereiro de 1966, Kwame Nkrumah, presidente do Gana, sofreu um golpe de Estado e o segundo Comité viu-se obrigado a retirar-se do país, dissolvendo suas atividades⁶⁹. Nascimento diz que esse grupo intensificou as ações de divulgação, com publicações e transmissão em rádios. A movimentação vai levar à prisão de alguns santomenses em Lisboa, mas nada que provocasse reação nas ilhas⁷⁰.

No campo internacional, o CLSTP procurou constituir relações com outras organizações anticoloniais e partidos africanos, com o desígnio de obter o apoio material e moral dos países africanos, dos países socialistas e das organizações democráticas. Devido à pequena dimensão do território e da população santomense, alguns líderes dos países africanos defendiam que a independência de São Tomé e Príncipe deveria ser tratada por outro país, como era o caso de Cabo Verde, representado pela Guiné Bissau. Esse era um dos motivos que os membros do CLSTP alegavam para não conseguirem grandes apoios internacionais, dentro e fora do Continente Africano⁷¹.

Depois da deposição de Trovoada do cargo de líder do CLSTP, em 1965, e da criação de um novo Comité no mesmo ano e sua dissolução em 1966, os nacionalistas santomenses dispersaram e nenhuma atividade em prol da independência foi realizada até 1972. Tal é evidenciado nos relatórios da PIDE, que afirmava desconhecer qualquer atividade realizada nesse período e que acreditava que o grupo estava desativado⁷².

Em junho de 1972, num congresso em Malabo, na Guiné Equatorial, para definição da situação de São Tomé e Príncipe, foi criado o Movimento de Libertação de São

⁶⁸ GRAÇA, Carlos. Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis. São Tomé e Príncipe, Editora: UNEAS, 2011, P.47.

⁶⁹ “From the beginning, the CLSTP, was divided into two small exiled groups based in Accra (Ghana) and Libreville (Gabon) respectively, was plagued by factionist struggles and personal rivalries. The group in Accra publicly accused Trovoada, who was based in Libreville, of having embezzled foreign funds received for the liberation struggle. Consequently, in 1965 the Accra group dismissed Trovoada from the CLSTP leadership. In February 1966 Ghana’s military rulers, who had ousted Kwame Nkrumah in a coup, expelled the members of the CLSTP and all other African nationalist groups hosted by the former president.”. SEIBERT, 2016, P.990.

⁷⁰ NASCIMENTO, Augusto. A inelutável independência ou os (in)esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe. In: ROSAS, Fernando, Machaqueiro, Mário e Oliveira, Pedro Aires. O adeus ao império: 40 anos de descolonização portuguesa. Lisboa, Editora: Veja, 2016.

⁷¹ GRAÇA, Carlos. Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis. São Tomé e Príncipe, Editora: UNEAS, 2011.

⁷² Documento analisado no livro de Carlos Espírito Santo, *O Nacionalismo Político São-Tomense*, Lisboa, Edição Colibri, 2012.

Tomé e Príncipe. No congresso foi criado um Bureau Político, tendo a liderança de um secretário geral, para o qual foi eleito Manuel Pinto da Costa. Este não tinha feito parte do antigo grupo, pois encontrava-se na República Democrática Alemã (RDA) a terminar o curso de Economia. Foi uma escolha quase unânime para o cargo⁷³.

Após o surgimento do MLSTP, os nacionalistas entraram em contato com a Organização de Unidade Africana (OUA) para informar as transformações ocorridas no seio da organização e a transformação do Comité em Movimento. O reconhecimento da OUA só chegou em 1973⁷⁴. O MLSTP foi considerado como a única liderança de São Tomé e Príncipe, retomando as ligações e a busca por apoio para o Movimento, tanto dos países africanos, como dos países socialistas fora do Continente Africano⁷⁵.

Continuou a não ocorrer nenhuma atividade diferente das que já eram realizadas pelo CLSTP até 1974. Augusto Nascimento afirma que mesmo com a divulgação e as relações internacionais, o grupo continuou sem conseguir o reconhecimento do povo santomense, ficando o seu conhecimento restrito a uma pequena elite nativa, na sua maioria parentes dos nacionalistas exilados. Sobre tal Nascimento faz a seguinte afirmação:

“Noutros termos, tal como a 24 de abril, a maioria da população se sentia portuguesa, de imediato ela passou sentir a “opressão colonialista” como absolutamente intocável, como se lhe ditou através da importação da luta. Embora aparentemente paradoxal, está poderá ser uma descrição ajustada da realidade”⁷⁶.

As guerras anticoloniais intensificaram a instabilidade política, social e económica em Portugal. Mesmo enfraquecido, o governo português tentou manter o domínio sobre os territórios africanos, referindo que não existia Portugal sem os territórios além mar. A continuação da guerra provocou uma insatisfação com o regime em grande parte da população, em particular entre os militares. A primeira tentativa de revolta, a 16 de

⁷³ SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. *Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2008.

⁷⁴ ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. *São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*. Instituto Superior de Ciências e Políticas, Lisboa, 1997.

⁷⁵ SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. *Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2008, P.19.

⁷⁶ NASCIMENTO, Augusto. *A inelutável independência ou os (in)esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe*. In: ROSAS, Fernando, Machaqueiro, Mário e Oliveira, Pedro Aires. *O adeus ao império: 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa, Editora: Veja, 2016. P.181

março de 1974, fracassou, mas no dia 25 de abril de 1974 os militares derrubaram o poder vigente no país, acabando com anos de ditadura⁷⁷.

1.3 A libertação nacional das ilhas santomenses e transição do poder.

Após o derrube da ditadura, a ideia de independência dos territórios africanos tornou-se mais concreta. O MLSTP começou a preparação para as negociações com o governo provisório português. Carlos Graça afirma que o que preocupava o grupo era a falta de coesão entre os revolucionários de abril sobre a guerra colonial. Nesse cenário dois novos grupos surgiram, a Frente Popular Livre (FPL), em maio de 1974, e Associação Cívica (AC), que era criada do MLSTP. A FPL defendia um alinhamento com Portugal no pós-independência, enquanto a AC tinha como função iniciar a implantação e aceitação do MLSTP no território santomense, movimentando a população para pressionar uma negociação por parte de Portugal⁷⁸.

Carente de uma concepção política revolucionária forte, o projeto independentista que surgiu em São Tomé e Príncipe nos anos 1960 baseou o seu esboço de nação nas questões raciais: eram os colonos brancos *versus* os africanos nativos. Por mais que as questões raciais fossem latentes nas ilhas esse debate não se aprofundou nas diferenças sociais que existiam para além das diferenças raciais, como a distância que existia entre os forros e os serviçais⁷⁹.

No pós-abril de 1974, os nacionalistas do MLSTP decidiram que não entrariam no país até que se restabelecesse em Portugal a estabilidade política e a discussão sobre a independência pudesse ser feita. Gastão d'Alva Torres⁸⁰ afirma que a Cívica só foi criada para auxiliar o Movimento, após um encontro em Libreville com os membros do Bureau Político, já que era preciso fazer a mobilização política nas ilhas. Carlos Graça acusa a AC de ter desvirtuado os ideais do MLSTP, pois a mobilização que ocorria em

⁷⁷ GUERRA, João Paulo. *Memória das Guerras Coloniais*. Porto, Editora: Afrontamento, 1994.

⁷⁸ NASCIMENTO, Augusto. *Atlas da lusofonia: São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Editora: Prefácio, 2008.

⁷⁹ NASCIMENTO, Augusto. "A construção de São Tomé e Príncipe: achegas sobre a (eventual) valia do conhecimento histórico". In Silva, Teresa Cruz, Coelho, João Paulo Borges e Souto, Amélia Neves de (orgs.) *Como fazer ciências sociais e humanas em África. Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: Codesria, 2011.

⁸⁰ TORRES, Gastão d'Alva. *Associação Cívica – Pró Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe*. Disponível em: <http://www.telanon.info/politica/2012/07/05/10767/associacao-civica-pro-movimento-de-libertacao-de-sao-tome-e-principe/>.

São Tomé e Príncipe era de corrente marxista e não fazia parte da ideologia do programa redigido em Malabo⁸¹.

A Cívica organizou greves e protestos políticos, conseguindo a participação da maioria da população. Os trabalhadores das roças, obras públicas e alfândega fizeram várias greves; os estudantes apresentaram um caderno “reivindicativo”, tudo visando o acelerar das negociações entre o comando português e o MLSTP. Mesmo sob pressão, Portugal ainda não tinha procurado o MLSTP para conversações. O governo português alegava que não havia um só representante ilhas, referindo a existência da Frente Popular Livre⁸².

A FLP foi pensada por um português, Ferreira da Silva, que junto com os santomenses que compunham o grupo tinha ideias federalistas e simpatizava com a linha de Spínola em Portugal. Como o governo português continuava a afirmar que não considerava o MLSTP o único representante de São Tomé e Príncipe, a Cívica passou a realizar “agressivos ataques⁸³” à Frente, que aos poucos foi enfraquecendo e, em agosto de 1974, no Encontro dos dirigentes do MLSTP, passou a integrar o Movimento.

Enquanto não havia negociações, a AC começou a radicalizar e a realizar vários ataques aos colonos que ainda estavam no território, suscitando um clima de insegurança⁸⁴. Em setembro de 1974, representantes portugueses abordaram os líderes do MLSTP, em Libreville, iniciando conversações para discutir os termos em que se dariam a independência das ilhas. O Bureau Político do Movimento já se preocupava, segundo Carlos Graça, com a AC e as ações radicais nas ilhas. Os encontros para acertar os pormenores ocorreram até outubro de 1974, ficando decidido um encontro em novembro para a assinatura do acordo. Foi realizado na Argélia e ficou conhecido como o acordo de Argel⁸⁵.

O encontro aconteceu entre 23 a 26 de novembro. A delegação portuguesa era composta por Almeida Santos, ministro da Coordenação Inter territorial, Jorge Campinos, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, José Maria Moreira de Azevedo,

⁸¹ GRAÇA, Carlos. Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis. São Tomé e Príncipe, Editora: UNEAS, 2011. P. 70.

⁸² Ibidem, P.71

⁸³ GRAÇA, Carlos. Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis. São Tomé e Príncipe, Editora: UNEAS, 2011. P. 72

⁸⁴ NASCIMENTO, Augusto. A inelutável independência ou os (in)esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe. In: ROSAS, Fernando, Machaqueiro, Mário e Oliveira, Pedro Aires. O adeus ao império: 40 anos de descolonização portuguesa. Lisboa, Editora: Veja, 2016.

⁸⁵ ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades. Lisboa, Instituto Superior de Ciências e Políticas, 1997

secretário-adjunto do governo de S. Tomé e Príncipe e Armando Marques Ramos. A delegação do MLSTP era composta por Miguel Trovoada, encarregado das Relações Exteriores, José Fret, secretariado executivo, Gastão Torres e Pedro Umbelina, membros do Bureau Político do MLSTP. Entre as deliberações do acordo, ficou decidido que o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe era o único e verdadeiro representante do povo santomense. Também se decidiu qual seria a composição do governo transitório e o calendário do processo de descolonização⁸⁶.

Em 21 de dezembro de 1974, o Governo de Transição iniciou sua atividade, tendo como composição Leonel d'Alva, como primeiro-ministro, Carlos Graça, como ministro dos Assuntos Sociais, Gastão Torres, ministro da Justiça e Trabalho, Pedro Umbelina, ministro da Comunicação Social e Alda do Espírito Santo, ministra da Educação⁸⁷. O primeiro-ministro era incumbido de “presidir às reuniões do Conselho de Ministros e coordenar as respectivas atividades, podendo encarregar-se dos negócios de alguns dos seus departamentos⁸⁸”.

Representando o governo português estava o alto-comissário Pires Veloso, que tinha como encargo:

“representar o Presidente da República Portuguesa e o Governo Português; garantir a integridade do território de S. Tomé e Príncipe; promulgar os decretos-leis aprovados pelo Governo de Transição; assegurar conjuntamente com o Governo de Transição a execução do acordo e dos que venham a ser estabelecidos entre o Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe e o Governo Português; e tomar, em colaboração com o Governo de Transição, as medidas tendentes a garantir o exercício dos direitos fundamentais do Homem e a ordem pública”⁸⁹.

Moreira Azevedo, indicado por Portugal, tinha como função intermediar e estabelecer ligação entre o Alto-Comissário e os membros do Governo de Transição. O restante do Bureau Político decidiu continuar no Gabão até ao dia 12 de julho de 1975, data acordada para a independência de São Tomé e Príncipe.

Além da data da cerimónia de independência, acordou-se a data em que o Governo Transitório realizaria a eleição de uma assembleia representativa do povo de São Tomé e Príncipe: 7 de julho de 1975. A assembleia seria responsável por declarar a independência das ilhas. Até lá, o governo de transição detinha o poder legislativo e podia

⁸⁶ Protocolo de acordo entre o governo português e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, 1974. Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11010.079>.

⁸⁷ GRAÇA, Carlos. *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, São Tomé e Príncipe, Editora: UNEAS, 2011. P. 78-79.

⁸⁸ Protocolo de acordo entre o governo português e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, 1974. Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11010.079>.

⁸⁹ Idem.

agir através de decretos-leis. As Forças Armadas ficaram sob o comando do alto comissário e as Forças Policiais sob a tutela do governo transitório⁹⁰.

As tensões existentes entre a Cívica e o MLSTP, devido à forma como a AC conduzia as mobilizações, mantiveram-se. O governo transitório não conseguia controlar os membros da Associação, que acusavam o Movimento de ter um discurso brando e de não defender os direitos dos santomenses. Os membros da Cívica referiam o controle total dos órgãos tutelados pelo governo transitório, o que ia ao encontro do que tinha sido acordado na Argélia.

Os membros do MLSTP eram acusados de darem prioridade às decisões portuguesas e dos colonos, fazendo regressar as tensões raciais. O MLSTP foi afastando os membros da AC e a situação tornou-se insustentável com o episódio dos Caçadores 7⁹¹.

A companhia militar Caçadores 7 era formada por nativos e já existia na época colonial. A Associação Cívica afirmava que os membros estavam ligados “a forças reacionárias⁹²”, por isso pressionava o primeiro-ministro para que dissolvesse a companhia. O alto comissário, Pires Veloso, começou a pressionar o MLSTP para que tomasse uma decisão sobre a Companhia e, no dia 27 de fevereiro de 1974, o Bureau Político decidiu dissolvê-la. Pires Veloso não aceitou a decisão. Com o impasse entre o alto comissário e o governo transitório, Pinto da Costa – que ainda se encontrava em Libreville – começou a ser pressionado para tomar uma atitude que controlasse as tensões nas ilhas⁹³.

Pinto da Costa antecipa a chegada a São Tomé e Príncipe para março de 1975, a fim de tentar estancar a sangria que a AC tinha provocado no território. Os membros da Cívica que faziam parte do governo de transição foram afastados. A Associação foi dissolvida e os seus membros saíram das ilhas. Segundo Carlos Graça, no seu livro autobiográfico, a saída foi voluntária e não exigida pelo governo de transição e nem pelo MLSTP. Pinto da Costa, dois dias depois de ter entrado no país, realizou um comício

⁹⁰ Idem.

⁹¹ GRAÇA, Carlos. Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis. São Tomé e Príncipe, Editora: UNEAS, 2011. P. 80 – 82.

⁹² SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Editora: Veja, 2002. P. 110.

⁹³ ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. *São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências e Políticas, 1997, P. 161.

onde afirmou o compromisso com o povo santomense e mais uma vez o MLSTP foi declarado como sendo o único representante do poder de São Tomé e Príncipe⁹⁴.

Sobre a dissolução da Associação Cívica, Gastão Torres⁹⁵ afirma que ela foi caluniada e perseguida pelos que temiam a força que tinha junto da população, podendo disputar o poder, e que o MLSTP soube usar a Associação e aproveitar-se das suas ações enquanto lhe foi conveniente. Carlos Graça argumenta que o maior erro do MLSTP foi não ter dissolvido a AC mal teve início o governo de transição; a Associação teria sido um mal necessário, com propostas ideológicas que não tinham lugar no país que estava surgindo⁹⁶.

A 7 de julho de 1975 deu-se a eleição para a Assembleia Constituinte, como previsto no acordo de Argel. O MLSTP garantiu os 16 lugares disponíveis. No dia 12 de julho 1975 teve lugar a cerimónia de independência.

Segundo a historiadora Marina Berthet, realizando a luta pela independência no exílio e sem movimentações internas até 1974, restou ao povo a participação na cerimónia da independência. Após o dia 12 de julho de 1975, teve início a presidência de Pinto da Costa, tendo como primeiro-ministro Miguel Trovoada.

No Continente Africano, o regime de partido único foi adotado pela maioria das nações que ascenderam à independência. Pinto da Costa afirma que o desejo de conduzir o destino dos seus territórios com as próprias mãos, acreditando na igualdade, fraternidade e liberdade, fez com que os nacionalistas da época acreditassem que o melhor para suas terras era o regime de partido único. Refere que se devem considerar os motivos que estiveram na base desta decisão. O primeiro seria o apoio do bloco comunista à luta anticolonial; o segundo a opressão do regime ditatorial de Salazar; o terceiro, a exportação dos modelos socialistas; por último, a bipolarização da Guerra Fria e seus impactos no mundo.

Para Augusto Nascimento, o regime implantado no pós-independência de São Tomé “[...] traria a aniquilação das liberdades individuais [...]”⁹⁷. O autor argumenta que a posição do MLSTP foi de truculência e arbitrariedade. Seibert afirma que, no iní-

⁹⁴ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Editora: Veja, 2002.

⁹⁵ TORRES, Gastão d’Alva. Associação Cívica – Pró Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe. Disponível em: <http://www.telanon.info/politica/2012/07/05/10767/associacao-civica-pro-movimento-de-libertacao-de-sao-tome-e-principe/>.

⁹⁶ GRAÇA, Carlos. *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, 2011. P. 83-87.

⁹⁷ NASCIMENTO, Augusto. «A inelutável independência ou os (in) esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe». In: ROSAS, Fernando, Machaqueiro, Mário e Oliveira, Pedro Aires. *O adeus ao império: 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa, Editora: Veja, 2016.

cio do regime, o povo apoiava o partido e o governo no novo projeto de nação⁹⁸. Os nacionalistas africanos, na sua maioria, acreditavam que o partido único era necessário para não existir uma corrida desenfreada ao poder, mas que era um regime do povo e governado pelo povo.

Para Heitor Romana, o regime encontrou terreno favorável no continente africano devido a: construção de uma identidade e pertença nacional; alegação da transição do poder da mão dos usurpadores para os legítimos filhos da nação, fazendo assim o discurso do controle necessário na mão desses poucos; um plano de homogeneidade entre os povos⁹⁹. É essa linha ideológica que Carlos Graça afirma que começou a destruir as relações dentro do MSLTP, culminando mais tarde nas perseguições políticas, conflitos e exílio de membros do governo.

1.4 A Construção de um País: São Tomé e Príncipe Independente

“Eis chegado o dia 12 de julho, a data mais gloriosa da história da nossa luta, dia em que o povo de S. Tomé e Príncipe se liberta definitivamente da noite sombria da opressão e da exploração colonial¹⁰⁰”. Estas foram as primeiras palavras de Manuel Pinto da Costa, presidente empossado na cerimónia de independência do novo país. Pinto da Costa exaltou a importância do apoio do povo e a perseverança em vencer o regime colonial português, que o momento histórico era dos santomenses e começava a construção de um país livre e igual para todos, sem a exploração do homem pelo homem.

Por ocasião da independência, São Tomé e Príncipe tinha 80.000 habitantes. As primeiras decisões do governo foram a construção dos símbolos nacionais. A bandeira tinha as cores pan-africanistas (verde, vermelho e amarelo), o hino nacional “Independência Total”, escrito por Alda Graça Espírito Santo, tem numa estrofe a referência à ausência de luta armada: “Guerrilheiro da guerra sem armas na mão, chama viva na alma do povo, congregando os filhos das ilhas em redor da Pátria Imortal. Independência total, total e completa [...]”. Quanto ao passado, contestaram-se as versões portuguesas e evidenciaram-se outras vozes, como do grupo étnico angolares¹⁰¹.

⁹⁸ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES*, 2002.

⁹⁹ ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades. Lisboa, Instituto Superior de Ciências e Políticas, 1997.

¹⁰⁰ Discurso de Manuel Pinto da Costa, em 12 de julho de 1975. Documento analisado através do livro de Carlos Espírito Santo. *O Nacionalismo Político São-Tomense*. Volume 2. Lisboa, Edições Colibri, 2012, P. 1092-1108.

¹⁰¹ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002, P.133.

Para a definição dos feriados nacionais e datas festivas, o governo adotou datas das revoltas e motins do período colonial e os marcos da luta anticolonial. O dia 3 de fevereiro foi decretado o “Dia dos Mártires do Colonialismo” em homenagem aos homens e mulheres que participaram no Massacre de Batepá¹⁰². Em 1976, primeira comemoração desse feriado, Pinto da Costa declarou no seu discurso que esse dia seria também do trabalho voluntário, um dia para todo o povo trabalhar nas roças e mostrar que não existiam diferenças entre eles. Sobre o dia do trabalho voluntário. As outras datas escolhidas foram o 6 de setembro, como o “Dia Nacional dos Heróis¹⁰³”; 26 de novembro, aniversário da assinatura do Acordo de Argel; 21 de dezembro, Dia de São Tomé e aniversário da “descoberta” da ilha; 25 de dezembro, “Dia da Família”¹⁰⁴.

Assim que a Assembleia Constituinte assumiu o poder, no dia 12 de julho de 1975, conferiu ao MLSTP poderes soberanos. O Movimento tentando criar um clima de unidade nacional estruturou-se de forma a que a sua presença fosse sentida em todo país. Com o “sistema de comités locais, o MLSTP estabeleceu células nas vilas, nas aldeias e roças¹⁰⁵”. Inicialmente foi mantida a divisão administrativa da era colonial, mas em 1977 houve uma reorganização: São Tomé foi dividido em quatro distritos e o Príncipe em dois, estrutura que se alterou em 1980.

Foram criadas organizações para aproximar a população dos dirigentes e auxiliar na governação: Organização dos Pioneiros de São Tomé e Príncipe (OPSTEP); Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe (OMSTEP); Juventude do MLSTP (JMLSTP)¹⁰⁶. No âmbito da segurança, os Caçadores 7, motivo dos tumultos entre a Cívica e o alto comissário Pires Veloso, tornou-se um núcleo das Forças Armadas Revolucionárias de São Tomé e Príncipe (FARSTP); a Polícia de Segurança Colonial tornou-se a Polícia de Segurança Popular e em 1979 o alistamento militar passou a ser obrigatório¹⁰⁷.

A 5 de novembro de 1975 foi aprovada a Constituição. A estrutura de poder ficou com a seguinte configuração: Assembleia Popular Nacional (APN)¹⁰⁸, cuja a princi-

¹⁰² Em 1980, o feriado mudou para o “Dia dos Heróis da Liberdade”. SEIBERT, 2002, 134.

¹⁰³ Em 1980, o feriado mudou para o “Dia das Forças Armada” SEIBERT, 2002, 135.

¹⁰⁴ Os novos dirigentes de São Tomé e Príncipe resinificaram as datas religiosas por datas com marcos e valores políticos.

¹⁰⁵ ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. *São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*, 1997, P. 168.

¹⁰⁶ SANTO, Armando de Ceita do Espírito. *Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo*. Lisboa, Edições Colibri, 2008, P. 23.

¹⁰⁷ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002.

¹⁰⁸ “Artigo 19º, nº 1 da Constituição, a Assembléia Popular é o órgão Supremo do Estado e o mais alto Órgão Legislativo, dela emanando os poderes dos demais órgãos do Estado, e era constituída pelos se-

pal função era “deliberar sobre as questões fundamentais da política interna e externa do Estado e controlar a aplicação da linha política, económica, social e cultural definidas pelo MLSTP¹⁰⁹”; Comissão Permanente da Assembleia Popular, com 15 componentes e comandada pelo presidente da Assembleia Popular; o Chefe de Estado, eleito pela Assembleia para um mandato de quatro anos, sendo o Presidente do país e Chefe das Forças Armadas; o Governo, composto pelo presidente e ministros; a Justiça, que tinha na “mais alta instância o Tribunal Supremo, que dirige a autoridade dos Tribunais na base da Constituição [...]. Os membros do Tribunal Supremo [eram] nomeados pela Assembleia Popular, sob a proposta do MLSTP¹¹⁰”. O MLSTP seguiu a formação de um estado socialista, mesmo que negassem essa orientação ideológica.

O momento pós-independência é o que Pezart Correia chama da última fase da descolonização, substituição do regime colonial pela independência e, assim, o nacionalismo fortemente alimentado durante a luta pela independência, precisava nesse novo momento de se consolidar na consciência do povo desse novo país.

Na economia, o novo país enfrentava alguns problemas e dilemas. Após a independência, o governo estatizou as roças, levando à partida abandono dos portugueses que ainda estavam em STP, pois não existiu qualquer compensação para os “donos das terras”. A 30 de setembro de 1975, num comício foi anunciada a nacionalização, aclamada pela população. O dia ficou conhecido como o Aniversário da Abertura da Nova Frente na Luta para independência Económica, sendo feriado¹¹¹.

O desenvolvimento económico de São Tomé dependia da exportação do café e do cacau. Porém, sem os trabalhadores de Angola, Moçambique e Cabo Verde, o MLSTP precisava de vencer a resistência dos forros em trabalhar nas roças. O governo veiculou que trabalhar nas roças era um ato revolucionário, necessário para que o país fosse realmente independente e que todos os santomenses eram importantes nessa construção¹¹². Além disso aumentou os salários para tornar o trabalho mais atrativo. Porém,

guintes membros (artigo 20º, nº 1): Os membros do Bureau Político do MLSTP; os membros do governo; 13 representantes dos Comitês de Zonas; 2 representantes da Organização das Mulheres; 2 representantes da Organização da Juventude; e 5 cidadãos idôneos”. SANTO, 2008, P. 23.

¹⁰⁹ ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. *São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*. , Lisboa, Instituto Superior de Ciências e Políticas 1997, P. 164.

¹¹⁰ ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. *São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*, 1997, P. 166.

¹¹¹ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002.

¹¹² NASCIMENTO, Augusto. «São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra». *Anuário Antropológico* 40, 1: 133 – 163, 2014, P. 139-140.

o esforço não resultou e a crise econômica veio demonstrar que o MSLTP tinha dificuldade em solucionar estes problemas.

Berthet argumenta que além da resistência dos forros em trabalho nas roças, os governantes não estavam familiarizados com a realidade do trabalho na terra, resultando na falta de entrosamento entre o governo e os trabalhadores das roças nacionalizadas, tornando importante a criação dos comitês pelo MLSTP.

Procurou-se obter o apoio da população da cidade, referindo-se que a reforma agrária só seria possível com o apoio de todos. Assim, entre as atividades políticas do pós-independência, existiam as ações agrícolas que ocorriam nas roças, com a participação de funcionários governamentais, com o objetivo de os aproximar das atividades agrícolas.

Em 1978, as roças foram reformadas, mas Berthet afirma que não ocorreram mudanças relativas à estrutura colonial, em discordância com Pinto da Costa que afirmou que a nacionalização das roças fora o último passo para a libertação do regime colonial. As roças tornaram-se empresas, ficando os altos cargos nas mãos dos membros do MLSTP. O problema era a falta de formação na área dos que ocupavam os altos cargos¹¹³.

O governo criou um Fundo de Reconstrução Nacional para ajudar na sua reconstrução do país, mas o programa não teve grandes impacto na economia. Na educação, o governo encontrou outro obstáculo: o analfabetismo. Foram realizadas campanhas de alfabetização e fortalecimento dos liceus, alargando-se o número de estudantes enviados para concluir estudos no estrangeiro, para que existisse um conjunto de quadros especializados no país¹¹⁴.

1.5 Os Conflitos Políticos no início do pós-independência

Entre os membros do governo iniciou-se uma disputa pelo poder. Divergências políticas entre um grupo mais socialista e outro mais liberal¹¹⁵ despoletaram prisões arbitrárias, perseguições políticas, atos de tortura e a morte de um detido.

¹¹³ BERTHET, Marina. «São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência». *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 961-986, set.-dez. 2016, P. 971.

¹¹⁴ SEIBERT, *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002, P. 141.

¹¹⁵ SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. *Economia de S. Tomé e Príncipe...*, 2008, P. 81.

Os primeiros a irem para o exílio tinham sido os membros da Associação Cívica depois de divergências políticas e de serem expulsos do governo transitório. Posteriormente, o governo reprimiu os opositores ao regime, constituindo-se grupos de vigilância popular que deveriam denunciar os opositores ao MLSTP, tidos como nefastos para o país e o seu povo¹¹⁶.

As principais “vítimas” foram os que integravam o governo, ao lado de Pinto da Costa. Carlos Graça e Miguel Trovoada, fundadores do Comitê de Libertação, foram dois dos principais alvos. Carlos Graça conta que discordava da forma como era conduzida a política internacional. As suas críticas foram entendidas como conspiração e foi acusado de promover um golpe. Graça afirma que de facto não concordava com o regime e que tentou convencer Albertino Neto¹¹⁷ a realizar um golpe de Estado, mas que viu o pedido negado. Prevendo a prisão a qualquer momento, exiliou-se no Gabão em 1977, o que não impediu que fosse julgado à revelia e condenado a 24 anos de prisão por traição à pátria.

O autoexílio de Carlos Graça levou a que o governo falasse da existência de infiltrados estrangeiros que teriam o intuito de o derrubar. As relações com o Gabão foram cortadas, e os turistas daí provenientes – acusados por Daniel Daio, ministro da Defesa, de serem espiões –, passaram a ter que ter visto para entrar no país. Seguidamente, foi cortada a ligação aérea com o Libreville e São Tomé e Príncipe passou a ter voos unicamente para Luanda¹¹⁸.

Os anos seguintes do governo de Pinto da Costa foram marcados pela prisão arbitrária dos opositores do regime, dos suspeitos aos reais conspiradores, procurava-se afastar os que não eram desejados pelo MLSTP¹¹⁹.

Em meados de 1977, foi preso o comerciante Manuel Gomes da Silva, juntamente com outros comerciantes. Foram acusados de planearem a morte do presidente. Depois de vários interrogatórios onde, segundo Carlos Espírito Santo, recorreu-se à violência e à tortura, foram condenados. Manuel Gomes viu os seus bens confiscados e ficou detido por quatro anos. Existiu então o primeiro e único preso político morto, Le-

¹¹⁶ Jornal *Revolução*, nº 2, 1975, P.2.

¹¹⁷ Santomense que “após ter sido funcionário da Curadoria Geral, foi incorporado no exército, Companhia de Caçadores de S. Tomé, a 29 de julho de 1956. Fez curso de sargentos milicianos em Nova Lisboa (Huambo), Escola de Quadros Militares (1958), o de Oficiais Superiores na Escola Inter-Armas general António Maceo e o de Altos Estudos Militares na Academia Militar General Máximo Gomes (Cuba). Promovido sucessivamente, atingiu o posto de 1º sargento, e a 12 de julho de 1974 liderou o grupo de militares nativos, quer da Companhia de Caçadores 7[...]”. SANTO, 2015, P. 322.

¹¹⁸ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002.

¹¹⁹ SANTO, Carlos. *A Primeira República*. Volume 1. Lisboa, Edições Colibri, 2015. P. 496.

reno da Mata¹²⁰ que por ser um “homem religioso”, foi acusado pelos companheiros de cela de realizar feitiços, levando a que um guarda disparasse contra ele, em setembro de 1978. Quando anunciou a sua morte, a rádio nacional referiu que fora morto após uma rebelião na cadeia¹²¹. Nunca foi provado se os atos de que o grupo era acusado tinham realmente ocorrido¹²². Com o auxílio político e militar de soviéticos e cubanos o governo endureceu a sua ação.

Em 1978, Albertino Neto, sua esposa e outros membros do Bureau do MLSTP foram detidos, acusados de serem representantes imperialistas e em São Tomé e Príncipe¹²³. Neto, ex-comandante da Companhia Caçadores 7, no pós-independência tornou-se comandante das Forças Armadas Revolucionárias. Antes de ser preso, estava em Cuba, a participar num curso. Quando regressou foi impedido de assumir seu posto de comando no Exército. Numa entrevista a Carlos Espírito Santo, afirma que “o MLSTP, para tentar justificar perante o povo a razão do fracasso, foi apontando o dedo a algumas figuras. Eu fui dos primeiros a ser atingido, tendo sido preso já depois de regressar de Cuba, onde fui frequentar um curso para oficiais superiores¹²⁴”. Segundo Seibert, Neto foi interrogado durante o mês de junho por um agente local e dois agentes de Cuba. Ele, sua mulher e os outros membros eram acusados de instigarem a população contra o regime, criando células clandestinas. Em março de 1979 foram condenados pelo Tribunal presidido por Francisco Fortunato Pires.

Em fevereiro de 1978, Pinto da Costa, entrou em contato com a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização da Unidade Africana (OUA) argumentando que tinham sido vistos navios na costa de STP com a intenção de invadir as ilhas, sendo insuficiente o número de homens para defender o território. Seibert afirma que o cenário em África favorecia os receios de Pinto da Costa e dos outros membros do governo, pois ocorriam vários golpes, tentativas de golpes e assassinatos de presidentes. Com o argumento de que a invasão estava iminente, o MLSTP conseguiu o envio de homens de

¹²⁰ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002, P. 149.

¹²¹ “Antes de ser assassinado, por diversas vezes Loreno da Mata foi violentamente castigado, através de cavalo marinho por todo corpo. Os algozes pretendiam que ele assinasse um documento acusando Nelson Silva, um comerciante mestiço de São Tomé, de fazer parte do grupo dos revoltosos organizado para matar o Presidente da República. Embora afirmasse que nunca falara com Nelson Silva, e que nem sequer o conhecia, dominados pela fúria os guardas submetiam-se a fortes agressões físicas”. SANTO, 2015, P. 500.

¹²² SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002.

¹²³ Idem. P. 150.

¹²⁴ SANTO, Carlos Espírito. *A Primeira República*. Volume 1, 2015. P.501.

Angola¹²⁵ e da Guiné Bissau para compor as forças armadas, além de 140 técnicos cubanos, que foram também acusados de cumprirem funções militares¹²⁶.

Armindo Espírito Santo diz que Pinto da Costa, depois da prisão dos antigos membros do MLSTP, organizou uma “limpeza” no governo e no partido, com o objetivo de afastar os opositores e dar solidez ao regime socialista de partido único. O governo ficou mais fechado e o poder totalmente centrado em Pinto da Costa¹²⁷. Seguidamente, Pinto da Costa afastou Trovoada do cargo de primeiro-ministro, nomeando-o ministro da Indústria, Comércio e Pesca, e afastou Frederico Sequeira do cargo de ministro da Saúde, onde substituíra Carlos Graça.

No final de 1979, São Tomé e Príncipe enfrentou uma revolta pela qual o MLSTP responsabilizou Trovoada. Foi acusado de traição, inimigo do povo e de compactuar com o imperialismo. Foi julgado pelo Bureau Político do partido como traidor, expulso do MLSTP e mantido preso. No exterior ocorreram várias campanhas contra a prisão de Trovoada. O PCP tentou enviar advogado defesa, que não foi aceito pelo Presidente Pinto da Costa. Em 1981, depois dos intensos protestos internacionais, foi libertado e exilou-se em Paris¹²⁸.

No ano final da década de 1970, a insatisfação popular era visível. Sem mudanças econômicas e sociais, a ilha tinha falta de alimentos e de condições financeiras para sustentar o consumo, o que se refletiu na estrutura comercial interna. Em 1979 o governo realizou o censo nas ilhas, o que suscitou uma revolta contra o recenseamento que durou dois dias. A crise económica e a falta de emprego para todos levou o regime a endurecer a sua ação. No final de 1979 foi o início da crise.

¹²⁵ Os homens que vieram de Angola para compor a segurança das ilhas ficaram em São Tomé e Príncipe até 1991. SEIBERT, 2016.

¹²⁶ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES ...*, 2002. P. 151.

¹²⁷ SEIBERT, Gerhard. «São Tomé and Príncipe 1975-2015: politics and economy in a former plantation colony». *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 987-1012, set.-dez. 2016., P. 993.

¹²⁸ Idem.

CAPÍTULO II

A IMPRENSA COMO VOZ DE UM GOVERNO.

Ao trabalhar com periódicos como fonte, o historiador necessita conhecer o contexto social, político e económico em que a fonte foi produzida. Zicman afirma que o pesquisador não pode desconsiderar que a Imprensa atua no “campo político-ideológico”, por isso, ao analisar o conteúdo do jornal é preciso identificar a sua linha editorial e se é privado ou institucional. Segundo o autor, para explorar teor dos textos do jornal pesquisado é preciso encontrar uma metodologia que vá ao encontro da estrutura do mesmo.

Para este trabalho é usado como técnica o método a análise do discurso. Para Foucault, o discurso não é uma conexão coerente dos termos e orações que pretendem uma definição em si mesmo, pois é uma organização funcional onde se constitui a construção do imaginário social. Ele deixa de ser uma mera reprodução de sentidos pelo que se discute e passa a ser o próprio objeto de dominação e poder de uma visão de mundo específica no qual está incluído o autor e a sua sociedade¹²⁹. O discurso reflete esse imaginário materializado no papel, em leis, princípios, regras e ideias do que deve ser socialmente aceite¹³⁰.

Essa análise poderá permitir perceber o não-dito ou dito entrelinhas. Para Pêcheux são nas induções, nos refúgios entre o dito e o não-dito, onde se localiza a concepção do discurso. Quando se fala daquilo que não foi explicitado no texto não podemos esquecer que em todo discurso existe a relação com o contestável, com a falta que a própria palavra não consegue dar conta. Orlandi entende que o não-dito trata dos vários aspectos da língua, porque a composição discursiva é registada na formação ideológica, que vai definir o que pode ser dito e o que não deve ser dito¹³¹.

O sistema político e as relações sociais são os principais influenciadores de como os meios de comunicação se irão comportar. São Tomé e Príncipe após a reorganização do sistema colonial, na segunda metade do século XIX, experimentou uma imprensa que tinha a função de servir o poder vigente.

Com o Estado Novo a imprensa estava sob o controle do governo, cumprindo a função de porta voz do regime. Após a independência, o novo grupo político conduziu a

¹²⁹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3ª edição. São Paulo, Ed Loyola, 1996. P. 49.

¹³⁰ Idem, P.10.

¹³¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005, P.82.

relação com os meios de comunicações de forma idêntica à dos regimes anteriores. Desta forma, fazemos uma retrospectiva sobre a imprensa para compreender como as ilhas se relacionavam com a mesma.

2.1 Os Caminhos da Imprensa em São Tomé e Príncipe.

Em 1836 é publicada uma lei orgânica para as colónias, que previa o fortalecimento das instituições e que determinou, entre outras, a publicação de um Boletim Oficial¹³². É possível datar a construção da imprensa em São Tomé e Príncipe a partir da inserção dos “Boletins Oficiais”, em 1857. Portugal concentrava ações para o fortalecimento da sua presença no território africano

Segundo Isadora Fonseca, o primeiro número do *Boletim Oficial do Governo da Província de S. Thomé e Príncipe* foi publicado a 3 de outubro de 1857, publicitando as realizações do governo, ajudando a construir no imaginário a ideia de um só povo português. Além das informações governamentais, tinham “reportagens” sobre assuntos locais e internacionais.

Durante a monarquia surgiram outros jornais, porém esses não governamentais. Em 1869, publica-se o *Equador*, seguido pelo *O Jornal de São Tomé*, *O Correio de São Tomé*, *O Comércio de São Tomé*, jornais que apareceram como resposta ao descontentamento com algumas ações da metrópole, focando assuntos relativos ao comércio e à agricultura¹³³.

Em 1910, com a implantação da República em Portugal, as transformações que ocorrem nos territórios africanos foram mínimas. No entanto, a produção jornalística tornou-se mais intensa. Os conflitos da sociedade colonial santomense foram levados para as páginas dos jornais. Segundo Fonseca, a imprensa ficaria dividida em três grupos:

“Ao longo do período republicano, a imprensa em São Tomé e Príncipe afirmou-se e estruturou-se acompanhando os três principais grupos sociais: europeus comerciantes e empregados do comércio e da agricultura, a elite nativa de STP, e europeus proprietários de terra e dirigentes públicos da colônia”.¹³⁴

¹³² FONSECA, Isadora. «A imprensa e o império colonial em São Tomé e Príncipe (1857-1974)». *Revista Comunicação Pública*, Vol.9 nº16, 2014.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Idem.

Nos primeiros momentos da República, surgiram jornais, como *O Africano*, que criticava a administração local, os gastos públicos e fazia duras críticas aos africanos (nativos). Em sequência, surgiu *A Defesa*, que defendia os comerciantes e seus empregados e fazia duras críticas a participação de Portugal na Grande Guerra. Em 1924, foi publicado o jornal *A Desafronta*, criado por um empregado do comércio para atingir o seu antigo dono, mas que enveredou pelas causas sociais das ilhas, denunciando a falta de estrutura, os altos impostos e as irregularidades da administração¹³⁵.

No mesmo período, os ilhéus de STP publicaram os periódicos em defesa dos seus interesses. Os jornais eram *Folha de Annuncios*, *A Verdade*, *A Liberdade* e *O Combate*, que causaram bastante ruído na sociedade santomense ao publicarem assuntos referentes à situação dos nativos, alguns com discursos relativos à liberdade e à igualdade. *A Folha de Annuncios*, que se intitulava “Seminário Político, Literário e Noticioso”, no primeiro número deixava claro que o seu embate seria por um melhor tratamento aos nativos e seus direitos: “Os nativos desta ilha não têm outra ambição que não seja lutar pela liberdade, igualdade, fraternidade e pelo interesse moral e material da terra que os viu nascer¹³⁶”.

Na sua terceira edição, esse periódico passou a intitular-se *A Verdade*, continuando com o empenho político a favor dos nativos, vendo a sua tipografia destruída e, mais tarde, a circulação proibida pela administração local. *A Liberdade*, com o mesmo lema do anterior, para além dos nativos incluía na sua luta os contratados para as roças, veiculando os ideais pan-africanistas. O jornal foi perseguido e impresso durante um período em Luanda e Lisboa. Por último, *O Combate*, que se intitulou um jornal “semanal defensor dos interesses públicos da província, dos oprimidos, sem distinção de cor, raça ou hierarquia¹³⁷”. O periódico não durou muito, sendo proibido pelo governador da província.

O último grupo de imprensa, a que Isadora Fonseca chamou “suporte colonial”, pertencente aos europeus ligados à administração pública, tinha o intuito de defender toda a estrutura e as ações realizadas, tanto pela metrópole, como pelo governo local. *O Modesto*, *O Jornal* e *A Colónia*, que mesmo publicando notícias de apoio político e

¹³⁵ Acerca do desenvolvimento da imprensa no período republicano no império português, ver Isadora Fonseca. *A imprensa e o império na África portuguesa, 1842-1974*. Universidade de Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2014.

¹³⁶ «Folha de Annuncios», n.º1, julho de 1911, apud FONSECA, 2014, P. 7.

¹³⁷ FONSECA, Isadora. «A imprensa e o império colonial em São Tomé e Príncipe (1857-1974)». *Revisita Comunicação Pública*, Vol.9 n.º16, 2014, P.7.

económico eram independentes, não estando diretamente ao governo, como o *Boletim Oficial*.

Nascimento ressalta que os ilhéus tiveram a sua imprensa “boicotada”, enquanto o governo dava apoio aos periódicos pertencentes aos europeus, principalmente os que apoiavam a administração. A Isadora Fonseca deixa claro que, mesmo com algumas divergências existentes em os periódicos publicados pelos europeus, só os dos africanos foram perseguidos e proibidos de circular.

Com a ditadura de Salazar, as perseguições políticas e a censura configuraram o cenário da imprensa nas ilhas. Mesmo os periódicos que afirmavam apoio ao regime não escapavam dos olhos da censura¹³⁸.

Contudo, alguns jornais, como *O Trabalho*, mantiveram publicações em defesa dos trabalhadores, crítica às crises económicas e a forma como a metrópole tratava as colónias e, em alguns números, segundo Fonseca, chegou a tratar de assuntos como o comunismo. O jornal foi encerrado em 1934¹³⁹.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em São Tomé e Príncipe passa a haver um único periódico, um mecanismo de propaganda do governo. Em 1947, o governador Carlos Gorgulho identificou um défice social e cultural na região, constatando que até o momento não existia nenhum jornal registado e em circulação no território.

O governador incentivou a criação de um periódico, que veio ter o nome de *A Voz de S. Tomé*¹⁴⁰, que durou até o fim do regime, terminando em 1974. Durante os 27 anos de circulação serviu de “jornalismo de propaganda”¹⁴¹, publicitando o que era positivo para o regime e dando pouca atenção aos factos negativos, como o massacre de 1953, além de ignorar a movimentação política que estava ocorrendo em torno da luta pela independência.

¹³⁸ “Apesar de apoiar o regime, *O Equador* nasceu sob a ditadura e por ela foi afetado. O semanário explicou o seu atraso em razão das adequações à lei e notou que “Rirmos, é a única forma de conseguir triunfar da lei que como o decreto 12271 é um amontoado de incoerências”. Na mesma edição, o jornal avisava os colunistas e esclarecia os leitores: “ficando desde já avisados todos os nossos colaboradores que a mais rigorosa censura será exercida sobre os seus escritos” (n.º 11, novembro de 1926). O n.º 50 (24 de setembro de 1927) registava que as liberdades da constituição existiam apenas “in nomine” em Portugal. O jornal circulou até dezembro de 1927.” FONSECA, 2014, P.11.

¹³⁹ “Em maio de 1934, *O Trabalho* deu conta de que se lhe vinham apondo dificuldades, certamente políticas. Sem esclarecer, dizia que, ao tempo não era fácil a publicação de um jornal que lutasse pelo interesse geral e pelo interesse particular dos oprimidos. Por isso, decidiu suspender temporariamente a publicação, *O Trabalho*, n. 47, 20 de maio de 1934, p. 2.” NASCIMENTO, 2015, P. 61.

¹⁴⁰ NASCIMENTO, «A Voz de S. Tomé: romper com a modorra vincando o cinzentismo? (1947-1974)». *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 58-78, jan.-jun. 2015. P. 65.

¹⁴¹ FONSECA, Isadora de Ataíde. *A Imprensa E O Império Na África Portuguesa, 1842-1974*. Lisboa, Universidade de Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2014.

Assim, a imprensa em São Tomé e Príncipe vai-se modificando de acordo com a conjuntura política em que se insere. A forma como a imprensa e os meios de comunicações foram tratados no período colonial é fundamental para entender como serão tratados no pós-independência. A “liberdade” de imprensa foi experimentada em poucos momentos da república, na maior parte do tempo os periódicos serviram simplesmente como um meio de ligação entre a administração pública e o povo.

2.2 O Revolução

O jornal *Revolução* foi um produto do Ministério da Informação de São Tomé e Príncipe, criado logo após a data da cerimónia da independência, sendo o primeiro número publicado a 12 de julho de 1975¹⁴². Como não foi possível para a pesquisa localizar esse número a análise será feita a partir do segundo número do jornal.

O desenvolvimento desta pesquisa circunscreve-se à Primeira República (1975-1991), período em que o jornal funcionou e circulou pelo país, mais precisamente aos anos iniciais da República Democrática de São Tomé e Príncipe, entre 1975 e 1979. A partir da década de 1980, o país enfrentou uma crise económica, política e social, que mudou o seu curso e o seu governo, iniciando uma segunda fase da primeira república.

Entre 1975 e 1979 foram publicados 54 exemplares, inicialmente à sexta-feira, passando depois a sair noutros dias da semana, sem uma periodicidade fixa, podendo decorrer, entre uma publicação e a seguinte, uma semana, um mês ou mesmo dois meses. Geralmente contava com 4 a 6 páginas, número que sobe 8, 10, 12, 14 e 16 (máximo) páginas quando existia algum acontecimento especial.

Após o dia 12 de julho de 1975, os meios de comunicações, outrora controlados pelo governo português, passaram para as mãos do governo da nova república. A criação de um novo Estado não transformou a relação do governo de São Tomé e Príncipe com a comunicação social: havia total controle sobre as informações vinculadas na rádio e no jornal.

Eni Orlandi argumenta que o silêncio gerado pela censura produz uma divisão entre o não-dito e o dito, porque impossibilita o indivíduo e a sociedade de lidarem com a construção de identidade e desenvolvimento da sua pertença histórica. Afirma que o

¹⁴² No editorial da edição de número vinte e cinco do jornal *Revolução* é afirmado que o primeiro número foi publicado nessa data. A autora buscou a confirmação com o Arquivo Público de São Tomé e Príncipe, mas não obteve retorno.

não-dito e a censura não partilham dos mesmos silêncios. Enquanto o não-dito pode encontrar-se nas informações de que as palavras não deram conta, a censura acha-se no silêncio das palavras que foram proibidas, mesmo que as palavras procurassem informar o leitor¹⁴³.

Durante a Primeira República os santomenses só tinham um canal de rádio¹⁴⁴, um jornal e, mais tarde, em 1982, uma TV experimental¹⁴⁵. Tinham a Agência de Informação Estatal de São Tomé e Príncipe, criada em 1985 e que atendia principalmente à Rádio Nacional e aos jornais de parede¹⁴⁶ que, por causa da irregularidade na publicação do *Revolução*, passaram a ser usados como forma de informar a população dos acontecimentos. Eram feitos de cartolinas e colocados em painéis, em vários pontos do país¹⁴⁷.

O jornal *Revolução* tinha formato compacto, na dimensão de uma folha A4 (210mm × 297mm). Na capa o nome estava colocado no topo, acompanhado com as informações sobre a edição (ano, data e número). Abaixo da identificação do jornal estavam os textos, iniciando sempre com o Editorial do lado esquerdo. As matérias iniciadas na primeira página, na maioria das vezes terminavam em outras páginas (nunca na seguinte). O tamanho da letra é pequeno e os textos são curtos, excetuando quando se trata de uma entrevista, reprodução de discurso ou comemoração especial.

O nome do jornal não é uma escolha aleatória. *Revolução*, numa definição livre, é um período marcado por transformações na ordem social, uma alteração brusca do poder político ou económico, ou na composição de uma comunidade que ocorre num curto período de tempo. A escolha do nome remete para a construção da identidade e de um imaginário junto da população que com ele conviverá.

No seu segundo número, no editorial, o *Revolução* explicava o porquê do seu nome:

¹⁴³ Para saber mais ler, Eni Puccinelli Orlandi. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. - Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2007.

¹⁴⁴ A Rádio Nacional de S. Tomé e Príncipe, que durante a colonização se chamava Emissora Nacional. SANTO, 2015, P. 401.

¹⁴⁵ A ideia da televisão partiu de Albertino Bragança, Fernando Paquete e Faustino de Carvalho com a intenção de conseguir a transmissão da copa do mundo de 1982. Foi utilizado os equipamentos do ensino Telescola e com o apoio dos membros da Rádio Nacional, a copa do mundo foi transmitida pela primeira vez em São Tomé e Príncipe. Depois que lograram êxito com a transmissão decidiram continuar com o projeto, no dia 15 de julho de 1982 a Televisão Experimental de São Tomé e Príncipe foi ao ar. Ler Carlos Espírito Santo, *A Primeira República*. Volume 1. Edições Colibri, Lisboa, 2015.

¹⁴⁶ “A título de ilustração, pode referir-se os jornais Gigimply, Lampiám, Pagué e Jornal do Povo.” SANTO, 2015, P. 407.

¹⁴⁷ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002. P. 138 e SANTO, Carlos Espírito. *A Primeira República*. Volume 1. Lisboa, Edições Colibri, 2015. P. 401 -407.

“É um meio que utilizamos para permitir que a população tenha um conhecimento concreto da nossa realidade e do mecanismo da dominação. O nosso lema é informar com verdade. O nosso objectivo: formar e esclarecer. A nossa garantia é a certeza de que permaneceremos sempre fiéis aos princípios e à causa fundamental da luta de libertação nacional. A tarefa é árdua, mas trabalharemos sem desfalecimentos, com a colaboração de todos, propondo-nos transformar cada cidadão num bom militante. Por isso lhe chamámos *REVOLUÇÃO*”¹⁴⁸.

Outra característica interessante do *Revolução* é que na maioria dos números a foto de Pinto da Costa vinha publicada na primeira página junto a uma mensagem ao povo santomense. Entre os artigos existiam pequenas mensagens de exaltação ao presidente.

Era um jornal institucional, pertencente ao órgão de comunicação do governo e os seus exemplares eram vendidos pelas ilhas. De julho de 1975 a julho de 1977, até ao número 36, de 22 de julho de 1977, o jornal custava 3,50 escudos. Na edição do jornal que anunciava a mudança da moeda do Escudo para Dobra, o periódico passou a custar 5,00 dobras. A partir das edições de 1976 o jornal começou a publicar no rodapé de algumas páginas, mensagens convidando as pessoas a comprar o jornal e a tornarem-se assinantes, pois assim estariam a ajudar o jornal e a *Revolução* no país. Abriu um espaço para colaborações nos textos que seriam publicados.

“Leia, assine e divulgue o Jornal *Revolução*, porque: - o Jornal *Revolução* é um veículo de instrução, de educação e de formação; - o Jornal *Revolução* é a o porta-voz do Governo e do MLSTP e fiel interprete da verdade do povo de S. Tomé e Príncipe; - o Jornal *Revolução* é uma frente de combate, na luta da reconstrução nacional. Dê sua colaboração ao Jornal *Revolução*, enviando-lhe textos, poemas, notícias e sugestões, etc. leia, assine, e divulgue o Jornal *Revolução*. Jornal *Revolução*, órgão do Ministério da Informação”¹⁴⁹.

Com base nesse trecho do jornal, podemos perceber o que Bethania Mariani diz sobre um discurso institucional não estar desvinculado da sua oralidade e historicidade, pois a história e a linguagem caminham juntas. A autora ainda diz que:

“para uma análise crítica das práticas discursivas institucionais, é necessário considerar também que sua dupla constituição comunidade/formação discursiva tanto afeta como é afetada pela memória e pela ideologia, uma vez que são tecidas de linguagem. Se, tradicionalmente, concebe-se a instituição como estrutura, pode-se, também, pensa-la na dimensão do acontecimento. Acontecimentos discursivos que em um primeiro momento desarticulam práticas vigentes, deslocando sentidos, mas que,

¹⁴⁸ Jornal *Revolução*, N° 02, 15 de agosto de 1975, P. 2.

¹⁴⁹ *Revolução*, N° 28, 15 de outubro de 1976, P. 10.

em seguida, podem (ou não) ser absorvidos pela memória, servindo a novas ritualizações¹⁵⁰».

No capítulo seguinte iremos analisar o conteúdo informativo do jornal, os factos noticiados sobre o que estava a acontecer na sociedade naquele período. Dando ênfase aos principais factos e textos, a análise será feita de forma descritiva com o auxílio da bibliografia, fazendo um “panorama “ do período com base no jornal.

¹⁵⁰ MARIANI, Bethania. «Discurso e instituição: a imprensa». Revista *RUA*, v. 5, n. 1, São Paulo, Unicamp, 1999. P. 50.

CAPÍTULO III

REVOLUÇÃO E OS PRIMEIROS PASSOS DA REPÚBLICA

No dia 15 de agosto de 1975, um mês após a cerimónia de independência, era publicado o segundo número do jornal *Revolução*. O país vivia ainda a euforia da emancipação e o jornal acompanhava essa alegria. A partir desse momento o jornal afirma-se como um intermediador entre o governo e o povo. Os textos acompanhavam a ideologia do regime, informando ao povo como deveria ser a postura de um “verdadeiro patriota” para que o país pudesse realmente tornar-se independente.

William A. Hachten¹⁵¹ argumenta que os meios de comunicação nos regimes totalitários são monopolizados pelo partido que está no poder, que passa a decidir o que são notícias positivas para o governo e como esses factos vão ajudar à consolidação dos seus objetivos. Siebert¹⁵² afirma que os meios de comunicações mudam as suas funções consoante o regime que estão inseridos.

Os textos no jornal *Revolução* não eram assinados. Focavam factos políticos do país e do mundo. Nalguns números apareciam notas informativas para comunicar um facto considerado importante para as ilhas. Na edição de 22 de agosto de 1975, na seção denominada “Notícias em poucas linhas”, anunciava que “no dia 9 da corrente [chegou] ao nosso Aeroporto, um avião da Força Aérea Portuguesa, que transportou sessenta e oito compatriotas deslocados de Angola”¹⁵³.

Com exceção dessas notas noticiosas, o jornal, no início da sua circulação, não tinha qualquer texto sobre o quotidiano das ilhas e da sua população, mudando um pouco a partir de 1979. A imprensa no pós-independência, em São Tomé e Príncipe, atuava como mensageira, espalhando as orientações do MLSTP. Além de “informar”, seus textos tinham a função de agitar as “massas” populares em torno dos ideais e objetivos do novo Estado santomense.

Para a análise do *Revolução* nos anos iniciais do pós-independência, será feita uma investigação do Editorial desses anos. Um editorial é um texto que apresenta o ponto de vista do jornal, é a única parte do texto, segundo as regras jornalísticas, em que o autor pode emitir sua opinião. Segundo Chaparro, seguindo a tradição anglo-saxônica,

¹⁵¹ Hachten, W. 1996. *The World News Prism: Changing Media of International Communication*. Ames: Iowa State University Press. P.13-36 apud FONSECA, 2014, 37.

¹⁵² Siebert, F. S., T. Peterson, e W. Schramm. 1956 [1963]. *Four Theories of the Press*. Urbana: University of Illinois Press. P. 106-146 apud FONSECA, 2014, P. 24.

¹⁵³ Jornal *Revolução*, n°3, 22 de agosto de 1975, P.2.

é um texto sem assinatura. Para Charaudeau, o editorial é o exposto de uma conformidade interna do autor que revela o seu comprometimento com a instituição que ele faz parte. Do ponto de vista do *Revolução*, contudo, o estilo opinativo não era manifestado unicamente nos editoriais, mas, também em todo o corpo do jornal.

3.1 Editorial: 1975 a 1979.

“Vivemos numa época maravilhosa, única, em que a cada um de nós é pedido o melhor do nosso esforço, o melhor da nossa capacidade na construção do nosso país, cômicos de que com o nosso sacrifício estamos a lutar para transformar a vida económica do país para o bem do povo¹⁵⁴”. Assim começa o editorial do número dois, de 1975, após um mês de independência. O jornal *Revolução* lembrou o quanto esse momento era bom, lembrando a necessidade do povo se sacrificar em prol da economia e pelo bem da nação.

O editorial da segunda edição do periódico serviu para se apresentar, referir o caráter nefasto do colonialismo, explicar o nome do jornal e qual seria a sua função na nova sociedade. Na segunda parte, o editorial refere: “o nosso jornal, como órgão do Ministério da Informação, tem por finalidade fazer compreender às massas, todo o processo revolucionário e ajudar cada um a desenvolver a sua consciência revolucionária¹⁵⁵”. Assim, evidencia a função política e a ideologia e a intenção de formar cidadãos com a mesma ideologia dos dirigentes do país.

A 22 de agosto de 1975, foi publicado o terceiro número. O editorial continua a falar do fim do regime colonial, exaltando o novo momento, com as ilhas independentes. Mas o tema principal eram os “sacrifícios” necessários para o desenvolvimento do território. O artigo destacava a importância da população assumir suas responsabilidades para com o país, pois a situação de São Tomé e Príncipe era de calamidade, devendo os sacrifícios ser entendidos como um momento de crescimento e não como algo negativo. O editorial é pequeno, com dez parágrafos, com cerca de cinco linhas. Destaca-se a repetição de duas palavras: “povo” e “sacrifícios”, que na maioria das vezes vinham juntos.

¹⁵⁴ Jornal *Revolução*, n° 02, 15 de agosto de 1975, P. 1.

¹⁵⁵ *Ibidem*, P. 2

A repetição dessas palavras tinha o objetivo de enfatizar e reforçar a “ideia positiva” sobre as dificuldades que estavam por vim. No quinto parágrafo a palavra povo aparece cinco vezes: “ a luta revolucionaria é uma luta do *povo*, com o *povo* e para o *povo*. Daí a necessidade da participação ativa do *povo*, já que em primeira e última análise, é o *povo* o principal beneficiário dos seus objetivos¹⁵⁶”. Nesse trecho fica evidente a ideia central do texto, se é o povo que vai beneficiar, não pode ficar de braços cruzados e esperar do governo a solução para os dilemas sociais e económicos, pois não seria a atitude de um verdadeiro patriota.

Os dirigentes de São Tomé e Príncipe alimentavam, além da mensagem do sacrifício da população em prol das ilhas, o discurso de que a reconstrução nacional só aconteceria quando os santomenses permitissem o nascimento de um “novo homem”¹⁵⁷. Era necessário livrar-se dos vícios e males do regime colonial; cada cidadão tinha de lutar e esforçar-se para essa transformação. Na edição de 12 de setembro de 1975, o editorial tratou dessas questões, o texto indicava como cada indivíduo ajudaria nesse novo estágio da afirmação do país.

Era preciso mais cultura, consciência política, deixar de ser neutro e participar das reuniões do MLSTP, vencer os vícios e buscar o seu crescimento pessoal, contribuindo para a unidade do povo. O editorial encerra clamando por esse “novo homem”: “combater todo o mal que adquirimos durante a colonização para assumirmos e vivermos, no que traçamos dia a dia, constitui a essência da nossa luta que continua pela criação dum homem novo, numa sociedade nova¹⁵⁸”.

A 30 de setembro de 1975, num comício na ilha de São Tomé, na praça Yon Gato, Pinto da Costa anunciou a nacionalização das roças. O jornal publicaria um novo exemplar no dia 31 de outubro de 1975, onde o editorial descreve o comício e a importância da nacionalização das terras, exalta a participação e apoio da população e anuncia que esse ato marca uma nova era da relação dos santomenses com as roças e o trabalho nelas.

No número dez, o editorial do jornal retoma o assunto, esforçando-se por demonstrar a magnitude do trabalho nas roças se o quanto tal era uma postura revolucionária. O santomense deveria entender que deixará de existir a exploração colonialista e

¹⁵⁶ Jornal *Revolução*, N° 03, 22 de agosto de 1975, P. 1.

¹⁵⁷ Sobre o novo homem santomense, ler Augusto Nascimento. São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra. Anuário Antropológico 40, 1: 133 – 163, 2014.

¹⁵⁸ Jornal *Revolução*, N° 06, 12 de setembro de 1975, P.1.

não ocorreria a exploração do homem pelo homem, como no passado. Na última parte o editorial afirma:

“[...] a nacionalização das Roças de S. Tomé e Príncipe, significa que o seu povo tomou em suas mãos os destinos do seu país, os seus próprios destinos. E a responsabilidade que isso envolve é grande, porque o povo passa a ser ao mesmo tempo, patrão e trabalhador”¹⁵⁹.

“No nosso regime de governação democrática, o povo deverá ter sempre uma palavra a dizer nas decisões legislativas e outras, uma vez que o Governo é do povo, pelo povo e para o povo¹⁶⁰”. Esse é o último parágrafo do editorial de 7 de dezembro de 1975, o último publicado nesse ano, que fez uma retrospectiva das ações ocorridas até o momento e os grandes passos para a reconstrução do país. Exaltou o mérito de ter uma Assembleia Popular onde o povo era representado e tinha voz, através dos membros dos comités das mulheres, dos jovens e a participação de cidadãos considerados idóneos¹⁶¹.

No primeiro número de 1976 a independência completava seis meses e mais uma vez o editorial do jornal *Revolução* pedia à população bom senso para manter a harmonia nas ilhas, que as discordâncias fossem resolvidas no diálogo e que todos percebessem que só a união faria o país avançar, pois os inimigos aproveitavam-se da desunião do povo. Declaravam que eram “contra a confusão e a violência pugnamos pela unidade, fraternidade e entendimento do povo, a nível nacional¹⁶²”.

Contudo, no editorial do n.º 15, criticava-se já os que acreditavam que o país se iria transformar totalmente logo após o dia 12 de julho de 1975, argumentando que isso era humanamente impossível, devido aos muitos anos de colonização e à situação difícil de São Tomé e Príncipe. O artigo enaltecia a capacidade do governo, em conjunto com o povo, de reconstruir o país, mas que isso não aconteceria se as pessoas ao invés de ajudarem apenas criticassem. A preocupação do jornal com as vozes contrárias ao regime e à condução do governo evidencia que o MLSTP e Pinto da Costa não eram aceites unanimemente pela população.

¹⁵⁹ Jornal *Revolução*, N.º 10, 07 de novembro de 1975, P. 1.

¹⁶⁰ Jornal *Revolução*, N.º 12, 07 de dezembro de 1975, P. 1.

¹⁶¹ “Portanto, pese embora a exaltação nacionalista, a ritualização da política e a encenação da participação popular eram indicadores da marginalização política e social do grosso da população, despojada de qualquer capacidade decisória. A participação nessas assembleias para tomadas de decisão foi decaindo, para o que contribuíram quer o enquistamento dos mecanismos de poder, quer o alheamento da população descrente dos ganhos do engajamento político e, no limite, até do empenho patriótico”. NASCIMENTO, 2010, P. 13.

¹⁶² Jornal *Revolução*, N.º 13, 09 de janeiro de 1976, P. 1.

Pelos 23 anos do Massacre de Batepá foi publicado o número dezesseis do jornal *Revolução*. O editorial foi dedicado ao massacre e sua influência na luta independentista de São Tomé e Príncipe. O jornal corrobora que o acontecimento de fevereiro de 1953 foi responsável pelo despertar definitivo contra o domínio português. O texto aconselha os nacionalistas do CLSTP, posteriormente MSLTP, a lutar por um lugar melhor para os filhos e netos das vítimas do massacre. O editorial argumenta que a independência teve um efeito de desforra contra Portugal e o regime fascista, definindo a narrativa sobre este facto no novo país, colocando em destaque os membros do MLSTP como protetores do povo e como desenvolvendo esforços para que episódios desses não se repetissem.

Nos editoriais seguintes há um retomar dos temas já destacados. Na edição de 13 de fevereiro de 1976 o jornal refere a importância do aumento da produção para que a economia permitisse uma melhoria de vida da população, solicitando o apoio do povo nesse processo. No número seguinte, o jornal refere o hino nacional, “Independência Total”, e salienta a necessidade da população honrar os trechos que falam da responsabilidade do povo em construir a “nação mais ditosa da terra”¹⁶³.

No número dezenove trata-se da Reforma Agrária, da boa condução da nacionalização das terras e da necessidade em o povo colaborar nesta tarefa para garantir o seu sucesso. O editorial encerra com a seguinte afirmação: “[...] o nosso total apoio à REFORMA AGRÁRIA, é dever de todos nós, povo de S. Tomé e Príncipe, sabido do papel preponderante que ela desempenha, em múltiplas facetas, nesta arrancada para o progresso”¹⁶⁴.

A repetição dos temas na seção do editorial demonstra sistematicamente a necessidade do apoio da população e a sua responsabilização nas questões sociais e económicas que afetavam o país, acabando por atenuar a responsabilidade do governo nos erros cometidos na condução da solução dos problemas existentes nas ilhas, como a fome, desemprego, educação, saúde. Sendo o povo corresponsável, a falta de na reconstrução nacional, pode ser considerada como um ato antirrevolucionário.

Nos números 20 e 21, de 1976, o tema do editorial foi o imperialismo. Primeiramente, fala-se do carácter nefasto do imperialismo e do mal que causava ao mundo, pois a sua manutenção significava um acalantar das discórdias em termos locais e gerais. Pede-se que a população fique atenta as “artimanhas dos estrangeiros imperialis-

¹⁶³ Trecho do Hino Nacional de São Tomé e Príncipe - Jornal *Revolução*, N° 18, 05 de março de 1976, P.1.

¹⁶⁴ Jornal *Revolução*, N° 18, 05 de março de 1976, P. 6.

tas”, pois a conquista da independência não foi fácil, entendendo-se “não ser demais atizar este sentimento popular a jeito de incentivar as atividades de cada um dos cidadãos que integram nossa revolução¹⁶⁵”.

No número 21, retomando a questão do imperialismo, o editorial do jornal faz duras críticas ao capitalismo e declara apoio aos Estados Africanos que, mesmo independentes, mantinham-se sob o domínio dos estrangeiros. No final do texto afirma-se que caso fosse necessário, isolavam-se as ilhas dos perigos que o imperialismo poderia trazer ao território.

O editorial prenuncia a crise política que se instalaria no seio do MLSTP. Nesta seção, a 15 de novembro de 1976, o jornal declara o apoio a Pinto da Costa na decisão de reorganizar o Movimento e transformá-lo em partido. Enaltece a importância do MLSTP na luta pela independência, que os membros envolvidos tinham naquele momento um único desejo que era a independência total das ilhas. Contudo é lembrado que nesse meio existiam pessoas com outros pensamentos políticos, e que defendiam formas diferentes para reconstrução de São Tomé e Príncipe.

“Proclamamos já a nossa opção, a única que serve aos interesses do nosso povo¹⁶⁶”, declara-se no jornal, afirmando que com essa reorganização do MSLTP, transformando-se em partido, deixava claro quem realmente estava do lado do povo. Esse editorial dava entender que existiam elementos contrários no seio do partido e que caso não quisessem comungar das mesmas ideias sobre o que era o melhor para um país livre, deveriam ser afastados do meio político de São Tomé e Príncipe. A busca pelos inimigos internos levou ao endurecimento do regime a partir de 1977.

No final de janeiro de 1977, o editorial do trigésimo número pronunciou-se sobre a mensagem de ano novo do presidente Pinto da Costa. O texto é pequeno e deu ênfase aos pontos que já tinham sido tratados nos números anteriores, como as dificuldades da reconstrução nacional, a importância do sacrifício em prol da economia e o quanto o povo tinha que permanecer unidos, já que os inimigos estavam a aparecer.

O artigo termina solicitando que o povo continue com a “vigilância revolucionária, unidade, disciplina e trabalho¹⁶⁷”. Depois esta seção desapareceu do jornal, não havendo editorial entre fevereiro de 1977 a 1978, regressando no número 47, em março de

¹⁶⁵ Jornal *Revolução*, N° 20, 26 de março de 1976, P. 1.

¹⁶⁶ Jornal *Revolução*, N° 29, 15 de novembro de 1976, P. 1.

¹⁶⁷ Jornal *Revolução*, N° 30, 21 de janeiro de 1977, P. 16.

1979. Não se referem os motivos para que o editorial tivesse deixado de ser publicado durante esse período.

Os anos 1977 e 1978 foram de luta política e o discurso do governo não refletia a realidade. Os opositores eram responsabilizados pelas dificuldades económicas. No início de 1979, Pinto da Costa num discurso lançou o Plano de 79. Era um grande programa que envolvia a economia, a educação, a segurança, a saúde e todos os problemas sociais do país. O editorial do dia 30 de março de 1979 louvava a iniciativa do governo e afirmava que era o que faltava para São Tomé e Príncipe, um plano bem estruturado para pôr fim às mazelas do colonialismo. A sequência do texto reforça a exigência de que o povo faça o programa funcionar, pois a economia e os problemas sociais só seriam resolvidos com a participação de todos:

“Ele carece de apoio popular, a todos os níveis, isto é, que todo e qualquer trabalho a executar, quer por um camarada, quer por um grupo ou grupos de camaradas, deve assentar na preocupação permanente de, por um lado, aumentar produção e a produtividade e, por outro, racionar criteriosamente os recursos de que dispomos”¹⁶⁸.

Com o crescimento da oposição, com membros expulsos do Movimento e outros no exílio, os problemas sociais faziam com que a população duvidasse da capacidade de Pinto da Costa e dos membros do governo para resolverem a situação. Os quatro últimos editoriais do ano de 1979 foram dedicados à importância do 12 de julho de 1975, à eterna vigilância para que os inimigos não fizessem o país retroceder ao período colonial e que o povo não esquecesse que mesmo a passos lentos o país estava caminhando.

No número quarenta e nove, sobre a defesa da independência o editorial afirma: “o sacrifício que esta primeira conquista representou, recomenda-nos cuidados especiais na defesa da nossa revolução, porque jamais podemos aceitar o regresso à situação de escravo”¹⁶⁹. A edição de 15 de junho de 1979 continua: “todos temos a convicção de que a construção dessa tal sociedade nova, diferente, não pode ser obra de meia dúzia de pessoas, atuando perante a passividade do povo. É forçoso, é imprescindível que todo povo participe [...]”¹⁷⁰.

No mês da comemoração dos quatro anos da independência o editorial atesta que: “de facto, todo nosso povo se apercebeu que, a partir de 12 de julho de 1975, começou a viver uma vida nova, num País que dia a dia se vai transformando qualitativa-

¹⁶⁸ Jornal *Revolução*, N° 47, 30 de março de 1979, P. 1.

¹⁶⁹ Jornal *Revolução*, N° 49, 15 de maio de 1979, P. 1.

¹⁷⁰ Jornal *Revolução*, N° 51, 15 de junho de 1979, P. 1

mente, onde cada um beneficia do fruto do seu trabalho¹⁷¹”. No dia 1 de agosto de 1979 foi publicada a última edição do jornal com editorial deste ano. No final é deixada a seguinte mensagem: “lutando e aprendendo com os nossos próprios erros para lutar melhor, temos a convicção plena de que com os braços heroicos do povo, com o esforço de todos nós, alcançaremos inevitavelmente o triunfo da nossa revolução democrática [...]”¹⁷²”.

Embora o editorial seja a parte opinativa de um jornal e evidencie a linha ideológica, os editoriais do *Revolução* demonstravam-se verdadeiros porta-vozes do Governo. Assumia-se como doutrinador para que o povo pudesse sentir-se próximo dos seus dirigentes, reforçando a ideia de unidade entre o governo e o povo, embora com o tempo e a permanência da dificuldade o afastamento, de facto, se tenha aprofundado.

3.2 A política interna: 1975 a 1979.

Quando a democracia chegou a Portugal, em 1974, não existiam em São Tomé e Príncipe forças políticas opositoras com grande disseminação entre a população, as ilhas não tiveram luta armada e o grupo, criado nos anos 1960, que assumiu a *função* de defesa da independência ficou desativado e inexpressivo por um tempo¹⁷³. Sendo a conquista da sua independência considerada por alguns historiadores uma consequência da independência das outras colónias africanas de Portugal e do próprio 25 de abril de 1974.

Após o 12 de julho de 1975 era preciso construir o imaginário da luta revolucionária e o sentimento de defesa do território e dos seus dirigentes que lutaram em prol da descolonização.

3.2.1 Economia.

Com a independência, a economia continuou a sustentar-se nas roças, sendo necessário resolver a questão da mão de obra. No n.º 2, o *Revolução* tem na capa um texto com o título “Trabalhar é aprender, aprender é para trabalhar e lutar”. O artigo visava explicar à população que trabalhar nas roças era um ato revolucionário e dissociar a imagem

¹⁷¹ Jornal *Revolução*, N.º 52, 01 de julho de 1979, P. 1

¹⁷² Jornal *Revolução*, N.º 54, 01 de agosto de 1979, P. 1

¹⁷³ O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) compunha-se de exilados cujo tirocínio se “zera em vários países africanos. No meio de conflitos, sua militância era pouco expressiva e não tinha repercussão visível nas ilhas. Os dirigentes do MLSTP tinham perdido a noção da trajetória do arquipélago”. NASCIMENTO, 2010, P. 48.

negativa do trabalho braçal, construída entre os forros durante o período colonial. Quem outrora defendia o não trabalho nas roças, tentava agora apresentar uma ideia diferente.

Defende-se que trabalhar no período colonial não era honroso: “no colonialismo o trabalho, em vez de libertar o homem, oprime-o. No colonialismo o trabalhador, pelo seu trabalho, dá riqueza a quem não trabalha e ganha miséria para si¹⁷⁴”. Os colonos exploravam e o governo português praticava a exploração do homem pelo homem, por isso, segundo o *Revolução*, então não era errado negar-se ao trabalho. Mas agora, o país só ultrapassaria problemas como a fome e o desemprego se todos trabalhassem lado a lado: “quando eu estou a cultivar lado a lado com camaradas trabalhadores, estou a suar com ele, com ele arrancar vida à terra, eu estou a aprender com ele, estou a apreciar o seu suor, estou-me a sentir unido a ele¹⁷⁵”.

A 5 de setembro de 1975 o tema voltou a aparecer no artigo “Trabalho Voluntário”, enaltecendo-se a iniciativa do povo santomense, principalmente os funcionários do Estado, em tirarem um dia para trabalhar de forma voluntária nas roças. O jornal afirma que isso era a prova de que o povo de São Tomé e Príncipe não era preguiçoso como diziam os colonialistas, pois a recusa ao sistema de trabalho português era “uma resistência feroz, mas justa, ao sistema de trabalho forçado, o que teimosamente os colonialistas queriam impor¹⁷⁶”.

O *Revolução* afirma ainda que “as inscrições para o trabalho voluntário nas Roças, por parte de todos os sectores da sociedade, multiplicaram-se entusiasticamente¹⁷⁷”. Porém Augusto Nascimento pondera que uma possível recusa por parte da população seria quase inviável devido ao controle social e político por parte do regime. Seibert afirma que discurso deixou de surtir efeito e a população, que antes se sentia coagida a participar, passou a refutar a ação. Reitera ainda que, mesmo com o discurso forte sobre a importância do trabalho na roça para reconstrução do país, não se conseguiu vencer a aversão que os forros tinham a esse tipo de trabalho.

O artigo defende que esse tipo de ação serviria para acabar com a falsa ilusão de superioridade sobre os trabalhadores da roça. O jornal termina incentivando que a população adotasse o exemplo dos outros trabalhadores e se juntasse na reconstrução do país, pois com o engajamento de todos, a independência total chegaria. Ainda em 1975, o assunto voltaria a ser tratado no número 10, com o artigo “Precisamos de produzir mais

¹⁷⁴ Jornal *Revolução*, N° 02, 15 de agosto de 1975, P.1.

¹⁷⁵ *Ibidem*, P. 6.

¹⁷⁶ Jornal *Revolução*, N° 05, 05 de setembro, 1975, P. 1.

¹⁷⁷ *Ibidem*.

para melhor resistir”, e no número 12, com o artigo “S. Tomé e Príncipe em luta pela Independência Económica”.

Em 1979, na edição de março, o jornal apresentou um grupo de vinte estudantes que estavam de férias nas ilhas e aproveitaram para fazer trabalho voluntário nas roças. O texto continua a repetir o discurso da unidade nacional e apresenta o ato como uma demonstração de que o povo ainda estava com o governo, embora nesse momento o descrédito da população sobre essas ações já fosse grande.

Na décima edição o jornal lembra que a produção é a base do país e só ela poderá ajudar na reconstrução. Ao participar, a população não estaria só a ajudar o nascimento de um novo país, mas do próprio o *novo homem* santomense. Noutro texto, que fazia parte do último exemplar de 1975, o *Revolução* enfatizava a necessidade de acelerar os passos em busca da independência financeira e o aumento da produção agrícola das roças.

A forma como o jornal trata o trabalho nas roças mostra a apreensão do governo em vencer a repulsa da população forra sem usar as táticas do trabalho forçado, como no colonialismo. Nascimento menciona que os dirigentes, entre a coerção e o discurso político, optaram pelo segundo e apostaram na persuasão para assim conseguir suprir a necessidade de mão de obra do país.

Em agosto de 1975, o governo publicou o decreto-lei n.º9/75 sobre a criação do Fundo Nacional de Reconstrução do país, que tinha de ser alimentado pelos trabalhadores que todos os meses contribuía com um dia do seu salário. O jornal, no dia 22 de agosto, anunciava esta criação como uma iniciativa que “partiu dum sector do nosso povo que, reconhecendo as nossas dificuldades atuais, tentou por este processo buscar uma solução [...]”¹⁷⁸.

Carlos Espírito Santo conta que o projeto foi planeado pelos funcionários da alfândega, liderados por Antonio Amado Vaz, que era membro do MLSTP, sendo membro do Bureau Político, órgão de maior poder dentro do Movimento¹⁷⁹.

No número seguinte, o jornal publicou o Decreto na primeira página. Um pouco mais acima vinha um texto que louvava a iniciativa dos funcionários que idealizaram o Fundo e incentivava o restante da população a assumir as suas responsabilidades com o país, ajudando com o que pudesse e que os que trabalhavam tinham a responsabilidade

¹⁷⁸ Jornal *Revolução*, N.º 03, 22 de agosto de 1975, P. 4.

¹⁷⁹ SANTO, Carlos Espírito. *O Nacionalismo Político São-Tomense*. Volume 2. Lisboa, Edições Colibri, 2012, P. 611.

maior com o território, pois só com essa ajuda poderiam ser criados mais empregos e, assim, erradicar a fome.

A 5 de setembro, o *Revolução* publicou o artigo intitulado “ Nunca é de mais” que afirmava que o Fundo estava a ser um sucesso, facto demonstrado pela notoriedade do comício no dia 23 de agosto, realizado para explicar à população o funcionamento do Fundo. Afirmava ainda que a aclamação do povo, em termo comparativos, foi maior do que no dia da independência, sendo visível que “ o povo de São Tomé e Príncipe [estava] com o MLSTP, [...] [estava] consciente dos programas desse Governo e [estava] firmemente disposto a colaborar com o mesmo¹⁸⁰”.

No n.º 6, o tema voltou a aparecer, num artigo com a intenção de noticiar que a Associação Comercial e Industrial do país tinha prometido que também ajudaria com o Fundo. Para o *Revolução* isso era a prova de que, ao contrário do que afirmavam os que não acreditavam na ação, o projeto prosseguia “em passadas largas, deixando antever, já, a possibilidade de concretização dos objetivos para que foi criado [...]”¹⁸¹. Seibert alega que o programa não atingiu o impacto económico esperado e que serviu como ação política para alimentar o discurso de um povo unido na reconstrução do país.

Sendo a agricultura elemento central da economia, Nascimento diz que, como o Estado dependia economicamente da exportação de cacau, acreditava que a nacionalização seria o caminho para conseguir recursos para o governo. No início de setembro, o *Revolução* trazia na capa o tema da reforma agrária, que tinha como principal ação a estatização das roças, e afirmava:

“A realização da Reforma Agrária tem de começar primeiramente pela nacionalização das grandes propriedades agrícolas, isto é, elas passarão a pertencer a nossa Nação, ao nosso Estado. Uma vez feita a nacionalização o nosso Estado vai estudar a melhor forma de administração e de organização de trabalho nestas propriedades de forma aumentar a nossa produção agrícola¹⁸²”.

O *Revolução*, como porta voz do governo, colocava a reforma agrária no centro da transformação da sociedade. Neste artigo elencam-se os principais benefícios que a reforma agrária suscitaria: a condução de uma nova distribuição de terras e melhor aproveitamento agrícola; a absorção da mão de obra desempregada nas ilhas; com um novo ritmo e nível de trabalho haveria aumento da produção; com o aumento da produção o Estado poderia fornecer melhores condições de trabalho, como alojamentos, assis-

¹⁸⁰ Jornal *Revolução*, N° 05, 05 de setembro de 1975, P. 6.

¹⁸¹ Jornal *Revolução*, N° 06, 12 de setembro de 1975, P. 5.

¹⁸² Jornal *Revolução*, N° 06, 12 de setembro de 1975, P. 5.

tência médica, creches, maternidades e hospitais; além disso, a reforma agrária iria permitir que os santomenses produzissem a agricultura de subsistência; por último, o jornal afirmava que a reforma seria também importante para a conscientização política e cultural da população.

Nascimento aponta que embora o governo afirmasse que a estatização daria início a um processo de igualização no arquipélago, a verdade é que essa nova realidade serviu para que o regime tivesse total controle sobre os trabalhadores, a produtividade e a exportação do produto. Se as roças ficassem na mão de pequenos produtores, o Estado não conseguiria controlar diretamente a dinâmica da produção agrícola. Rafael Branco reitera que a reforma agrária ainda serviu para a terra ser utilizada como moeda de troca em busca de apoio e controle político. Fato que Nascimento diz que serviu também para o controle do regime sobre a mobilidade social do país.

A melhoria das condições de trabalho esperadas com a reforma agrária, não ocorreram, pois não existiu investimentos nas roças, como a compra de nova maquinaria e instalações de estruturas mais modernas, continuando o trabalho a ser manual¹⁸³.

“Tomamos! Tomamos!”¹⁸⁴, assim respondia o povo no dia 30 de setembro de 1975, no comício que anunciava a tomada de posse das terras pelo governo. Iniciava-se o total controle do Estado sobre a produção agrícola. O jornal *Revolução* ficou um mês sem ser publicado, justificando-se numa nota que era por razões alheias ao mesmo. Voltou a sair no dia 31 de outubro de 1975. O n.º 9 foi completamente dedicado ao dia que ficou conhecido como “Dia da abertura da frente da luta do Povo de S. Tomé e Príncipe contra a dominação e exploração económica”. Os discursos realizados na praça Yon Gato durante o ato do dia 30 de setembro foram reproduzidos no jornal.

O *Revolução* procurou demonstrar como esse dia tinha sido histórico e marcava uma grande mudança no país, declarando que ninguém o poderia esquecer, pois isso seria virar as costas às responsabilidades assumidas naquele momento histórico. Pinto da Costa, no seu discurso, afirmava: “o dia de hoje marca o começo de uma grande marcha do nosso povo para independência económica”; porém, para o povo a situação não se alterou, principalmente os que trabalhavam nas roças.

As terras não estavam nas mãos do povo, não houve incentivo para os pequenos agricultores, as roças nacionalizadas passaram a ser administradas por pessoas indicadas

¹⁸³ Nascimento, Augusto. «São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra», *Anuário Antropológico*, 40, 1: 133 – 163, 2014.

¹⁸⁴ SEIBERT, 2002, P. 165.

pelo regime. A maior alteração foi que os chefes passaram a ser membros da elite forra e já não colonos, porém os principais funcionários ainda eram os ex-serviçais cabo verdianos que não retornaram à sua terra na esperança de melhores condições nas ilhas santomenses¹⁸⁵.

A preocupação do governo com a propaganda ideológica e com a comunicação é visível no início da circulação do jornal. Existe uma constante repetição dos temas que se considera conveniente divulgar junto do povo. Desta forma, a imprensa serviu de meio de doutrinação da população, procurando-se eliminar a oposição ao regime e instruí-lo segundo os modelos socialistas soviéticos.

O discurso sobre o aumento da produtividade era um assunto recorrente no jornal. Em janeiro de 1976, o *Revolução* declarava que existia uma ideia errada de que o aumento da produção tinha que ser conseguido só à custa dos trabalhadores das roças, quando, na verdade, era “um sistema no qual os trabalhadores agrícolas, funcionários públicos, médicos, professores, sapateiros, alfaiates, etc.... [tinham que] dar o melhor de si no ofício ou profissão¹⁸⁶”. A agricultura era o elemento em destaque porque o país era movido economicamente pela produção de cacau, e aí residia a liberdade económica. Contudo, o povo precisava de se esforçar mais para produzir riqueza.

Em fevereiro, o jornal pedia que as pessoas não esquecessem que a sociedade com cerca de “80.000 pessoas [tinham] que se alimentar, se vestir, satisfazer, pelo menos, as suas necessidades primárias¹⁸⁷”, e isso só aconteceria com a geração de riqueza, com a exportação de cacau. O texto refere que os trabalhadores das roças não otimizam o tempo e que o tempo de trabalho que poderia render 20 sacos do produto, rendia apenas 10 sacos.

Em julho de 1976, o jornal noticiava que os trabalhadores da roça do Rio do Ouro tinham oferecido um trator à unidade de produção. Cada trabalhador contribuía com o valor de 140 escudos para a sua compra. O *Revolução* declarou, nas suas primeiras páginas, a felicidade em perceber que o discurso de “conscientização das massas” era eficaz, pois a população percebera que só unida poderia vencer as dificuldades económicas.

¹⁸⁵ NASCIMENTO, Augusto. «São Tomé e Príncipe: a independência ou o parto do autoritarismo». In *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. África e Ásia*, ed. Rollemberg, Denise e Quadrat, Samantha Viz. Rio de Janeiro, Editora: Civilização Brasileira, 2010, P. 9.

¹⁸⁶ Jornal *Revolução*, N° 16, 30 de janeiro de 1976, P. 6.

¹⁸⁷ Jornal *Revolução*, N° 17, 13 de fevereiro de 1976, P. 2.

O trator foi entregue numa cerimônia com a presença de Pinto da Costa e foi batizado com o nome de Nuno Xavier, o ministro de Equipamento Social que morreu num acidente de avião em Portugal, no dia 8 de junho de 1976. Segundo Seibert, no início de 1976, Nuno Xavier planeava um golpe contra Pinto da Costa, mas não foi encontrada nenhuma informação sobre a possível conspiração¹⁸⁸ e o jornal presta-lhe homenagem sem qualquer objeção.

Em 1977, outro grupo de trabalhadores realizou uma doação de equipamento para as roças. Segundo o *Revolução*, a 15 de maio de 1977, os funcionários da Exploração Agrícola Coletiva Bela Vista, colocaram em prática o que o governo e o jornal pediam, revelando-se verdadeiros patriotas e abraçando a reconstrução do país. Estando latentes os entraves políticos já eram latentes, percebesse uma certa agressividade nos artigos.

Com o artigo “ Quem guarda dinheiro em casa põe as suas economias em perigo”, publicado a 23 de julho de 1976, o jornal tentou combater a prática que os santomenses tinham de guardar o dinheiro nas suas casas. No início do texto, o *Revolução* argumenta que compreendia que os mais antigos usassem ainda esse meio, pois fora uma forma de proteção das suas finanças, mas que as pessoas esclarecidas tinham como obrigação depositar os seus rendimentos e economias no banco e esclarecer os demais sobre a importância desse ato.

O jornal declara as vantagens desse ato como, “evitarem prejuízos que, advém dos possíveis roubos ou eventuais incêndios, o depositante beneficia ainda de um juro que vai crescer ao seu capital, valorizando-o¹⁸⁹”. Nas publicações seguintes aparece uma mensagem com os seguintes dizeres: “Quer segurança para seu dinheiro? Deposite o seu dinheiro no Banco. Assim, garante o seu dinheiro contra o roubo e contra o incêndio. E o Banco, além de segurança, paga juros¹⁹⁰”.

Passado o 12 de julho de 1976, na edição seguinte o jornal publicou o texto com o discurso do presidente Pinto da Costa, que fazia um balanço sobre a situação económica do país, além de ressaltar que a produção agrícola era a principal atividade das ilhas, que ia melhorando, mas que ainda não era suficiente, prosseguindo a análise dos outros setores. Sobre a indústria afirmou ser um setor praticamente inexistente e que não havia planos de melhorias; em relação ao comércio, intimou os comerciantes a as-

¹⁸⁸ A pesquisa não conseguiu ter acesso aos números 22, 23 e 24 do jornal, que provavelmente foram publicados nos meses de maio e junho. O que impossibilitou analisar o conteúdo do discurso do jornal sobre a morte do Ministro Nuno Xavier.

¹⁸⁹ Jornal *Revolução*, N° 25, 23 de julho de 1976, P. 2.

¹⁹⁰ Jornal *Revolução*, N° 28, 15 de outubro de 1976, P. 10.

sumirem um papel ativo na reconstrução económica do país, contribuindo mais e percebendo que o trabalho precisava de ser intenso. O turismo foi apresentado como uma alternativa, mas que não deveria preocupar o governo naquele momento. Pinto da Costa mais uma vez pediu que a população encarasse a reconstrução do país e a luta pela liberdade económica como uma batalha de todos.

Ainda, em 1976, foi aprovada uma nova moeda para o país, pois até então São Tomé e Príncipe usava a antiga moeda portuguesa, o escudo, nas suas transações financeiras. A nova divisa foi aprovada no dia 15 de junho de 1976, mas só entrou em circulação no dia 8 de setembro de 1977, e o prazo total para realização das trocas era de três dias. No dia 30 de setembro de 1977 o jornal publicou em letras garrafais e com uma fonte bem maior do que o de costume as palavras do primeiro ministro, Miguel Trovoada:

“O aparecimento da Dobra responde às preocupações do segundo destes princípios e inscreve-se precisamente no quadro de defesa dos nossos interesses. Mas para que ela possa desempenhar verdadeiramente o seu papel, a Dobra deverá ser uma moeda forte e estável¹⁹¹”.

No mês em que se iniciou a circulação da nova moeda, o país passou a fazer parte do FMI e do Banco Mundial, afirmando Trovoada que tinha sido uma decisão difícil, apenas tomada depois de uma longa reflexão¹⁹². Santo refere que a moeda ficou ligada ao Direitos de Saque Especiais (DES) e nesse período a taxa cambial era tão alta que, em 1978, a moeda chegou a subir 180%. A relação da dobra com DES não correspondia à realidade económica do país; a moeda estava muito valorizada relativamente ao seu real poder de compra.

No ano de 1979, o governo lança um grande plano económico¹⁹³ na tentativa de conseguir algum avanço financeiro, já que até aquele momento as evoluções tinham sido irrisórias. Em fevereiro de 1979, o jornal noticiava na primeira página “O Plano 79 em foco”; logo no primeiro parágrafo é reproduzido um trecho do discurso de Pinto da Costa, no comício que fora anunciado o Plano:

“Se nós analisarmos o histórico do nosso processo, podemos dizer que desde 1975 temos vindo a criar condições para que pudesse existir um Plano em S. Tomé e Prín-

¹⁹¹ Jornal *Revolução*, N° 37, 30 de setembro de 1977, P. 1.

¹⁹² *Ibidem*.

¹⁹³ “Tratava-se do Plano 79, um guião de actividades e objectivos a serem alcançados nos vários sectores de actividade económica, apresentado num comício público provavelmente em inícios de 1979”. NASCIMENTO, 2014, P. 158.

cipe. A própria independência política, em 12 de julho de 1975, é uma das condições mais importantes para que em S. Tomé e Príncipe se pudesse realizar um Plano¹⁹⁴”.

Depois do anúncio do Plano 79, o jornal inaugurou uma sessão chamada “Vamos cumprir o Plano 79” e todas as edições tinham um texto sobre o plano e o seu desenvolvimento. Na primeira publicação o *Revolução* declarava que “o ano de 1979 é promotor¹⁹⁵” e que em breve seria possível observar o sucesso dessa ação. No n.º 49 afirmava que o Plano ia ajudar a “criar mais riquezas e melhorar as condições de vida do povo trabalhador¹⁹⁶”. Em agosto de 1979 o jornal apresentou o balanço do setor agrícola no Plano, e assegurou que o setor estava tendo um crescimento significativo, mas no final relembra aos trabalhadores que deveriam “aumentar cada dia a produção e a produtividade, porque só assim, conseguiremos sair do reino da miséria para o reino da abundância¹⁹⁷”.

O Plano 79 foi o primeiro plano económico de investimento em São Tomé e Príncipe, com o desígnio de arquitetar e estabilizar a economia do país. Santo acrescenta que o projeto dos dirigentes envolvia reunir esforços na organização da planificação e controlar as atividades económicas do país: a produção agrícola, a supervisão dos preços dos produtos, os géneros de consumo exportados e importados.

Seibert diz que muitas das metas do Plano não foram executadas como o previsto, muito devido à incompetência do sistema governamental, que tinha escassez de técnicos capacitados para gerir os vários setores da economia, além de que os membros do MLSTP agiam de forma arbitrária e usavam a estrutura estatal para o bem-estar pessoal. O autor refere a epidemia de febre suína que se abateu sobre o país em 1979 e obrigou a sacrificar todos os porcos existentes nas ilhas, o que agravou o problema da fome, levando à crise que estouraria em 1982. Muitos santomenses das “zonas rurais perceberam esta medida drástica como uma tentativa do regime de privá-los de uma fonte de subsistência a fim de obrigá-los a trabalhar nas roças do Estado¹⁹⁸”.

Em conformidade com o Relatório do Ministério de Cooperação¹⁹⁹, o Plano de 1979, que depois seria seguido pelos Planos 1980 e 1981, tinha a função de desenvolver as diferentes áreas e reverter todo rendimento para o incremento social. Porém, no pri-

¹⁹⁴ Jornal *Revolução*, N.º 46, 23 de fevereiro 1979, P. 1.

¹⁹⁵ Jornal *Revolução*, N.º 47, 30 de março de 1979, P. 5.

¹⁹⁶ Jornal *Revolução*, N.º 49, 15 de maio de 1979, P. 5.

¹⁹⁷ Jornal *Revolução*, N.º 54, 01 de agosto de 1979, P. 5.

¹⁹⁸ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002, P. 175.

¹⁹⁹ Relatório do Ministério da Cooperação. Mesa Redonda dos Parceiros de Desenvolvimento, Vol.1, São Tomé, 1985, P. 37. Apud SANTO, 2008, P. 62.

meiro ano, as metas não foram atingidas e o Plano fracassou. Na área de habitação, só 10% do previsto chegou a ser realizado; na educação só 17%; na indústria e nos transportes e telecomunicações, só 27% e 33%, respectivamente; na área agropecuária 38% e na saúde 63%. A produção do cacau foi o único que conseguiu ter um avanço visível, atingindo 90% do planeado em termos de produção e 88% nas vendas. Segundo Seibert, tal deveu-se: “o país se beneficiara da súbita alta do preço mundial do cacau²⁰⁰”.

O fraco desenvolvimento económico no pós-independência decorreu da in experiência dos dirigentes do MLSTP em conseguir administrar os problemas financeiros e as relações sociais com influência no setor económico. O regime afirmava-se progressista, mas o controlo burocrático evidenciava o contrário. Cargos que deveriam ser ocupados por pessoas com conhecimento para poder conseguir a progressão económica e social foram utilizados como espaço para o crescimento pessoal e político dos membros da elite forra. Branco afirma que nesse período o “setor privado nacional e o investimento estrangeiro foram amplamente desencorajados através de uma prática e de uma legislação bastante constringedora²⁰¹”.

O jornal *Revolução*, reforçou o discurso de que toda a responsabilidade do fracasso era do povo que não produzira o suficiente. Era obrigação do país reconstruir as ilhas, aos governantes restava guiá-los já que tinham a experiência política. Esse discurso esteve presente nos 54 exemplares analisados. E quando a crise se aproximou, o jornal endureceu a sua posição, salientando que ao povo caberia colher os bons frutos se ajudassem o país a produzir, ou os maus frutos se ocorressem prejuízos.

3.2.2 Controlo social e construção do imaginário da sociedade civil

“A nossa luta continua, pois ela tem que ser organizada, disciplinada e cem por cento revolucionário. Para isto, é necessário reforçar a vigilância popular²⁰²”. A consolidação do regime monopartidário precisava de ficar alguns pilares, como a vigilância popular, a mudança de mentalidade e costumes e a transformação política da sociedade. O jornal *Revolução* tinha como intuito disseminar as concepções do governo.

No decorrer dos anos, textos foram publicados com o objetivo de doutrinação ideológica. O texto acima citado, “A Vigilância Popular”, lembrava à população que a independência não estava consolidada, existindo as forças inimigas com o interesse de

²⁰⁰ SEIBERT, Gerhard. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002, P. 170.

²⁰¹ BRANCO, Rafael. *Os caminhos da democracia: São Tomé e Príncipe*. Amadora: [s.n.]. 1998, P. 34.

²⁰² Jornal *Revolução*, A Vigilância Popular, Nº 02, 15 de agosto de 1975, P. 2.

reverter a situação. Informa-se o leitor que a fiscalização também é uma responsabilidade dele e qualquer informação sobre ações não patrióticas tinham que ser transmitidas aos dirigentes do país.

No artigo “A Luta Continua”, explica-se as diversas formas de luta, que cada localidade utilizou de acordo com suas necessidades e realidades, referindo que embora em São Tomé e Príncipe não tenha existido luta armada, nem por isso o seu povo pôde deixar de lutar. Aquela seria a hora de entender as transformações por que a sociedade iria passar e a importância de se continuar a lutar. O *Revolução* ainda afirma que o trabalho coletivo era uma forma de continuar lutando e que a “vigilância [era] também uma outra forma de luta²⁰³”.

Nas edições seguintes, os textos com assuntos voltados para ajudar na conscientização política do povo continuaram. No n.º 4, publica-se um texto sobre o poder popular, pois o que preocupava o *Revolução* eram as ideias deturpadas e confusas do que seria o poder popular, afirmando que existiam pessoas que, por não se informarem corretamente, espalhavam a ideia errada de que “poder popular, quer dizer, que o Povo dita ao Governo o que este deve fazer²⁰⁴”. Além de assegurar que tal era uma ideia completamente distorcida, chamava de inimigos os que pensavam dessa forma e espalhavam essas informações desencontradas. E para que não houvesse mais pessoas confusas, iriam explicar que o “poder popular é Poder do Povo, o Poder que tem o apoio do povo, porque defende o interesse do povo²⁰⁵”. O jornal dá o seguinte exemplo:

“No nosso país verificamos que o nosso Governo, depois de ter estudados problemas, toma todas as decisões e consulta, em seguida a opinião da população. Uma vez tomada uma decisão, os nossos ministros e militantes do nosso Movimento percorrem as vilas e as localidades do nosso país para explicar e discutir com a população sobre a decisão do Governo. São nas reuniões que os Governantes não só explicam as medidas tomadas como também escutam opiniões de todo o mundo que são levadas em consideração. Todas as críticas construtivas, novos pontos de vista e sugestões, etc., são aceites”²⁰⁶.

O texto termina com o lembrete de que para exercer o poder popular era preciso estar “dentro da ordem, da disciplina e do trabalho²⁰⁷”, o povo precisava estar organizado e sempre vigilante, pois os inimigos dos interesses do povo e do país estariam sempre prontos para espalhar informações falsas para atrapalhar o processo de crescimento

²⁰³ Jornal *Revolução*, A Luta Continua, N° 03, 22 de agosto de 1975, P. 4.

²⁰⁴ Jornal *Revolução*, Poder Popular?!, N° 04, 29 de agosto de 1975, P. 2.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ Ibidem, P. 6.

político que a população estava atingindo. O texto “ A Vitória é do Povo Organizado²⁰⁸” é mais um dos textos que requerem do povo o sacrifício necessário, referindo que a independência foi só a primeira etapa; para vencer a segunda etapa todos teriam que estar organizados e vigilantes para ajudar o governo santomense.

Após a independência, São Tomé e Príncipe começou a receber um grande número de retornados, que vinham principalmente fugidos da guerra da Angola. Seibert diz que a maioria era de origem forra e com formação; ao chegar ao país passaram exigir empregos e posições importantes na estrutura pública. É sobre os santomenses repatriados e suas exigências que trata o artigo “Deslocados”. O *Revolução* dirige-se aos recém-chegados afirmando: “não venham pois, senhores deslocados, invocar ordenados fabulosos, casas principescas, pastelarias, buates, cabarés, vida fácil, etc.... etc.... para dizer que estamos atrasados. Atrasados em relação a quem e a quem? ²⁰⁹”.

O jornal já deixava clara a situação dos recém-chegados: não podiam exigir riquezas, pois isso não existia naquele território; se queriam dinheiro que fossem colher o cacau, já que o dinheiro só vinha do cacau colhido. O texto ainda lembrava que São Tomé e Príncipe era um país pobre e que a sua população sacrificava-se para fazer o país crescer. Eram todos bem-vindos, desde que fosse para ajudar na reconstrução nacional e no desenvolvimento da consciência política de todos.

Contudo, observou-se uma distribuição de emprego segmentado entre a população forra; os forros que faziam parte da elite tinham direito escolher cargos altos na esfera estatal e os forros das camadas baixas ficavam com os cargos nas administrações locais. Essa realidade foi vivenciada pelos forros que já estavam nas ilhas e os que chegavam. Os empregos nas roças continuavam com os antigos serviçais, já que nem os forros sem formação se prestavam a trabalhar nas plantações²¹⁰.

Um mês depois da independência, a Polícia da Segurança Pública colonial foi substituída pela Polícia de Segurança Popular (PSP), que tinha a incumbência de, além de cuidar da segurança, preocupar-se com o controle do processo da modernização das mentalidades e seus costumes. Uma nova sociedade precisava surgir e era necessário extirpar vícios como bebidas, farras, jogos e feitiçaria. O PSP, para demonstrar sua funcionalidade, prendeu em novembro 40 curandeiros²¹¹. O *Revolução* ajudou a combater

²⁰⁸ Jornal *Revolução*, N° 06, 12 de setembro de 1975, P. 2.

²⁰⁹ Jornal *Revolução*, Deslocados, N° 03, 22 de agosto de 1975, P. 5.

²¹⁰ SEIBERT, *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002, P. 162.

²¹¹ SEIBERT, *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002, P. 162, P. 137.

essas práticas, mostrando como eram atrasadas, primitivas e impediam a reconstrução do país como uma nação moderna.

Na edição de 19 de setembro de 1975, o *Revolução* publicava o texto “Feitiço ou ‘Báiiá’” para alertar a população dos efeitos negativos do feiticismo e de que o homem evoluído se mantém afastado dessas atividades. O jornal argumenta que compreende que no passado o homem se tenha envolvido com essas práticas, mas que tal não tinha lugar no novo São Tomé e Príncipe. Era preciso acabar de vez com esses costumes e eliminar os curandeiros do seio da sociedade, afirmando que o hábito de recorrer a esses “charlatães” atraía coisas negativas para si e para todos à sua volta.

A publicação de 21 de novembro dedicou uma página contra a prática do feitiço e os curandeiros. Publicam-se dois textos: “Gastam rios de dinheiros enquanto a família não tem um tecto, não tem pão, e o lume está apagado” e “Abaixo curandeiros”. O primeiro artigo referia os efeitos negativos em a população alimentar os curandeiros, que as doenças tinham que ser tratadas com médicos e remédios que não com falsos médicos que prometiam a cura.

O texto também pedia que o povo não confundisse os curandeiros, que tinham que ser extintos, com os ervanários, que realizavam a cura através do uso das ervas, e os massagistas, que poderiam ser considerados os verdadeiros ortopedistas das ilhas. O segundo texto repete a mensagem do primeiro, mas num tom mais contundente, declarando que “os curandeiros, não passam de ladrões, bandidos e aldrabões²¹²”. Exalta a importância da ação que levou à prisão dos curandeiros e seus auxiliares, parabenizando o desempenho da PSP e encorajando que continuem na defesa dos interesses do povo.

Outras preocupações eram constantes para o regime, outros costumes, considerados maus hábitos e era necessário eliminar. Os dirigentes propagavam um discurso civilizador, renegando o que fosse considerado primitivo e atrasado²¹³. No artigo “A sociedade em que vivemos”, o jornal alertava: “devemos, pois, combater o alcoolismo, a imitação, a animosidade, a preguiça, a prostituição e tudo que é alienatório na nossa sociedade²¹⁴”. Noutro texto, “As sequelas psicológicas do colonialismo”, era declarado:

“Apesar de contradição antagónica que opôs sempre o nosso Povo ao Regime Colonial, os 500 anos de colonização do nosso País teriam necessariamente que deixar “rasto”. O problema das classes, o egoísmo, a inveja, a ganância, a falta de solidariedade e os complexos de superioridade e inferioridade, são disso um exemplo. O re-

²¹² Jornal *Revolução*, Abaixo Curandeiros, N° 11, 21 de novembro de 1975, P. 4.

²¹³ NASCIMENTO. «São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra». *Anuário Antropológico*, 40, 1: 133 – 163, 2014, 148.

²¹⁴ Jornal *Revolução*, A sociedade que vivemos, N° 03, 22 de agosto de 1975, P. 2.

gime colonial jogou precisamente com estes factores psicológicos para tentar provocar divisão e desunião no nosso povo”²¹⁵.

No texto “Unamo-nos para combater os maus vícios²¹⁶”, o jornal indica que o único caminho é a educação, para modificar a mentalidade da população que mantém práticas negativas; que o trabalho era o caminho para construir a unidade que levaria a todos para longe dos vícios; que com o tempo a disciplina para combater esses problemas seria aprendida e o conhecimento acerca dos efeitos negativos ficariam evidentes.

Além dos textos com a função de “esclarecer” a população acerca da situação política e económica do país, para que assumissem o papel de revolucionários, o *Revolução* começou a visitar as comunidades para descobrir que tudo ocorria bem na gestão dos “camaradas dos comitês locais”.

No jornal de 16 de janeiro de 1976, o jornal noticiou a ida a uma comunidade chamada Praia Melão para conhecer as impressões do povo daquele lugar sobre o andamento do MLSTP à frente da sua comunidade e do país. Segundo o jornal, o povo um clima de tranquilidade e paz, sensações que antes não eram experimentadas durante o regime colonial português. Falaram de algumas dificuldades referentes à vida no local, como a falta d’água e falta de alguns alimentos; a população alegava que a distribuição não era bem-feita.

Nos parágrafos finais o jornal justifica que a igualdade é o que norteava a administração do país, e que todas as localidades recebiam de forma igual os géneros alimentícios colhidos com o desenvolvimento da reforma agrária, mas que a procura era grande e a população precisava de compreender que o estava ao alcance dos dirigentes era feito.

Os enfermeiros Honório dos Santos, Gustavo Caetano Costa e José Leite Batista de Sousa enviaram uma carta ao jornal *Revolução* que foi publicada na 25.^a edição. Na carta pediam que o governo pagasse os ordenados aos funcionários de acordo com o grau de dificuldade da profissão e sua dedicação. Terminam dizendo que o pedido “não ser demais” e esperavam ser atendidos, pois seria uma contribuição para o desenvolvimento social.

Em resposta, no n.º 27, o ministro da Saúde e Desportos, Carlos Graça respondeu com o artigo intitulado “Três jovens enfermeiros escrevem artigo reacionário”. No começo critica o controle ideológico do jornal que deixou que tal texto fosse publicado.

²¹⁵ Jornal *Revolução*, As sequelas psicológicas do colonialismo, N° 04, 29 de agosto de 1975, P. 6.

²¹⁶ Jornal *Revolução*, N° 16, 30 de janeiro de 1976, P. 2.

Depois, acusou os enfermeiros de “contrarrevolucionários” e de afirmarem interesses pessoais. Graça ainda questiona os jovens: “mistura de reacionarismo, inconsciência, ignorância ou tentativa de subversão e sabotagem ao MLSTP?”²¹⁷ Afirma que “esses três fulanos” não eram honrados para o governo que tinham e a felicidade era saber que a força motora da *Revolução* estava na mão dos trabalhadores rurais e não de cidadãos como eles.

No aniversário da PSP, o comandante Alberto Paulino fez um discurso comemorativo da data, publicado pelo jornal na íntegra. O discurso do chefe militar procurou apresentar a diferença entre a “polícia repressiva” do regime colonial português e a “polícia preventiva e informativa” do regime do MLSTP. A população não devia temer a polícia, pois ela era constituída pelos filhos do povo e integrava a “linha ideológica revolucionária”. A PSP só deveria ser temida pelos inimigos do povo, pois os “observadores inimigos das leis das forças sociais em articulação reconhecem que, enquanto existir o equilíbrio da correlação de forças no nosso País, haverá paz²¹⁸”.

Num artigo de tom duro, o jornal *Revolução* anunciava a chegada de um novo vício nocivo ao povo santomense: a droga. O periódico afirma que essas drogas entraram por corruptos que se drogavam e repassavam para as demais pessoas. Entre o grupo encontrar-se-iam professores portugueses, a contos com a lei. O texto ainda recorda que todos os vícios devem ser combatidos, pois sem homens e mulheres sãs, a reconstrução não seria possível. Além das drogas, as dependências “inseridas pelos estrangeiros” tinham que ser combatidas.

Sobre a vigilância popular, em 1976, o governo publicou no jornal um comunicado oficial, anunciando que recebera cartas anónimas, denunciando contrarrevolucionários que se encontravam no seio da sociedade, esperando que o governo tomasse providências. O comunicado, assinado pelo gabinete da presidência, condenava esse tipo de vigilância e denúncia, pois de forma anónima o governo não podia verificar as informações e tomar as devidas providências. Informava que não seria “considerada qualquer informação exposta em cartas anónimas, sem identificação do remetente²¹⁹”. Salientava que esse tipo de ato era a demonstração de uma “inconsciência revolucionária, espírito tendencioso, ou acto de cobardia²²⁰”. Este comunicado mostra que a vigilância popular

²¹⁷ Jornal *Revolução*, N° 27, 17 de setembro de 1976, P. 5.

²¹⁸ Jornal *Revolução*, N° 27, 17 de setembro de 1976, P. 6.

²¹⁹ Jornal *Revolução*, N° 29, 15 de novembro 1976, P. 9.

²²⁰ *Ibidem*.

começava a não estar sob controle e possivelmente era utilizada como meio de vingança, fosse por questões políticas ou pessoais.

Com os acontecimentos políticos internos e externos de 1977 e 1978, o regime tomou várias ações para “proteger” as ilhas de uma invasão estrangeira. Em 1978, Pinto da Costa instituiu o Grupo de Vigilância e Defesa Popular (GVDP), que “tinham por missão defender o regime da agressão das forças imperialistas, aliadas a reaccionários internos²²¹”. Nascimento argumenta que a busca incessante dos dirigentes em não abandonar o discurso revolucionário do regime, com o argumento de uma invasão externa, justificou a criação de milícias.

Na edição de julho de 1978, o *Revolução* declarava que o imperialismo tentava dar seu último suspiro na África, e as ilhas não tinham ficado de fora. Para tal tinha cooptado membros que antes se diziam revolucionários, para realizar um golpe de Estado e assumir o poder para que as forças internacionais voltassem a explorar e comandar o país.

O jornal declara que o golpe só não se consolidou porque o povo estava vigilante e denunciou os inimigos, permitindo que fossem julgados e condenados. Após essa ação, segundo o periódico, o povo organizou o GVDP, e que todos os que tivessem interesse de participar eram bem-vindos. Augusto Nascimento afirma que o grupo era uma criação do governo e não passava de uma forma de controlar mais ainda a população, pois o isolamento das ilhas facilitava o domínio político²²².

Ainda em 1978, no n.º 44, o jornal aborda outro tema que desencadearia o estopim da primeira revolta do pós-independência. Na página 5, o texto com o título “Quantos somos em S. Tomé e Príncipe? ”, lembrava a manifestação que ocorrera no período colonial, devido à tentativa da administração portuguesa em fazer o recenseamento da população santomense. O jornal lembra que o ato, naquele momento, foi totalmente revolucionário, pois era uma forma de mostrar aos colonos que o povo de STP não concordava com a colonização e que não iria engrossar as fileiras do trabalho forçado.

O *Revolução* argumenta que essa ação faz parte de um contexto passado, pois na etapa de reconstrução do país em que se encontravam seria necessário realizar o censo. O periódico lembrava que Pinto da Costa tinha anunciado um plano para o ano de 1979

²²¹ SEIBERT, *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002, P. 162.

²²² NASCIMENTO, Augusto, «S. Tomé e Príncipe: a independência, o monopartidarismo, a democracia e o empobrecimento». In *Caminhos Cruzados em História e Antropologia*, ed. Clara Saraiva, José Alberto e Tavim Philip J. Havik, 309 – 327, 2010.

e que para que esse plano cumprisse o seu objetivo era preciso saber o quantitativo da população e as suas necessidades. Para saber o total das ações seria preciso saber quantos seriam atingidos. No final do texto, exemplifica-se:

“Por exemplo, não podemos saber quantos médicos precisamos a nível do país e a nível de cada Distrito, cidade ou lúchan, se não soubermos efetivamente o número das populações dessas aglomerações. Não é possível saber-se o número de professores necessários à campanha de alfabetização já iniciada, para a liquidação do analfabetismo no prazo de um ano, [...], se não fôr conhecido o número de analfabetos existentes²²³”.

Em agosto de 1979, quinze dias antes da data marcada para o recenseamento, o jornal publicou um texto anunciando a sua realização. A notícia trazia as informações sobre a organização do censo, como seria a sua realização, os órgãos que estavam envolvidos, as Comissões Provinciais e Distritais, os indivíduos recenseados, e que mesmo os que estavam no exterior ou nas penitenciárias seriam contados pelo governo. O *Revolução* repete o que já tinha referido no seu discurso de 1978, que toda essa ação visava o bem-estar social e o desenvolvimento do país, pois só com esses dados os governantes poderiam agir com precisão²²⁴.

A questão é que entre o povo já circulava o boato de que o recenseamento era negativo e que o governo pretendia levá-los ao trabalho forçado. Os boatos ganharam força e no dia 16 de agosto, dia marcado para o censo, a população da zona de Trindade rebelou-se contra os agentes. Durante dois dias, protestaram contra o regime do MLSTP, o que levou o governo a suspender a atividade. A próxima publicação do jornal *Revolução* foi no dia 1 de setembro de 1979 e sobre o motim nada referia. O jornal adotou o silêncio para exprimir a situação delicada em que ficara o governo.

Tal como afirma Nascimento, os dirigentes “escusaram-se a interpretar esses eventos de 1979 como uma reprovação da sua liderança política e económica do país e como um sintoma de um mal-estar imparável entre a população²²⁵”.

A ambição declarada pelo governo era a criação de uma nação forte, com uma economia livre das potências estrangeiras, moderna, e construído por meio de uma cultura e ideologia socialista. O discurso do regime apresentava o colonialismo como o

²²³ Jornal *Revolução*, N° 44, 29 de setembro de 1978, P. 5.

²²⁴ Jornal *Revolução*, N° 54, 01 de agosto de 1979, P. 4.

²²⁵ NASCIMENTO, Augusto. «São Tomé e Príncipe: a independência ou o parto do autoritarismo». In *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. África e Ásia*, ed. Rollemberg, Denise e Quadrat, Samantha Viz. Rio de Janeiro, Editora: Civilização Brasileira, 2010. P. 17.

vilão e responsável pela população das ilhas estarem impregnadas de péssimos costumes. O povo deveria ser disciplinado, adorar a sua terra natal, as suas origens e os seus dirigentes. São Tomé e Príncipe deveria ser um estado estável, independente, composto por cidadãos seguidores do regime e dos seus membros.

3.3 Relações Internacionais: 1975 a 1979.

Como Estado Independente, São Tomé e Príncipe firmou as primeiras parcerias internacionais em 1975. De acordo com a linha socialista e de partido único do regime, contrário ao capitalismo e ao imperialismo europeu, os dirigentes firmaram cooperações com as antigas colónias portuguesas e países do bloco socialista, como a União Soviética, China e Cuba. Os dirigentes firmaram ainda acordo de cooperação com Portugal.

Estes acordos significaram os primeiros entraves no interior do MLSTP e do governo²²⁶. Carlos Graça afirma que naquele momento se acreditava que o governo deveria estar aberto a todas as relações internacionais, contemplando tanto os países capitalistas, como os socialistas. Além dos acordos firmados com os países, a política externa santomense também se dedicava a manifestações de apoio aos aliados, como Angola que ainda se encontrava em guerra civil.

Perante a questão do relacionamento internacional, o *Revolução* será explicitamente seletivo: as notícias ou artigos serão voltados para a continuação do processo doutrinator do povo. As relações com Portugal ou não eram noticiadas, ou eram remetidas para pequenas notas ou textos. A primeira embaixada instalada foi em Portugal e o jornal fez uma nota de fim de página, com um pequeno texto e a imagem da então embaixadora Maria do Nascimento Amorim. Como o discurso do *Revolução* repousava sobre as sequelas do colonialismo português, as notícias relacionadas com o antigo país colonizador não teriam destaque.

O *Revolução* reproduziu em 1976 uma entrevista da embaixadora Maria Amorim, sobre as relações com Portugal, que declarou: “entre os povos de São Tomé e Príncipe existem laços seculares que tornarão privilegiadas às nossas relações, que, neste momento, são já bastante boas. Recentemente assinamos acordos de cooperação eco-

²²⁶ “[...] e assim no momento da independência começavam a definir-se as duas tendências que se iam digladiar: dum lado os pró-soviéticos e adeptos da cooperação exclusiva com países comunistas e de um socialismo colectivista, do outro os que preconizavam abertura com relações contemplando todos os países, comunistas e capitalistas, e adeptos do socialismo democrático não colectivista”. GRAÇA, 2011, P. 94. Essas ideias de Carlos Graça será um dos motivos que levaram o governo acusa-lo de traidor e amigo dos imperialistas, que desejava o golpe e destruir as conquistas de São Tomé e Príncipe.

nômica, cultural e científica²²⁷”. Afirma ainda que mesmo tendo acordos com países como Portugal, a França e o Gabão, é “facto de considerarmos nossos aliados naturais, em primeiro lugar, os países de opção socialistas²²⁸”.

O primeiro artigo dedicado ao contexto internacional foi uma declaração de apoio ao Zimbabwe, na seção África em Luta com o título “ Zimbabwe a opressão fascista e a resistência de um povo”. Trata-se da reprodução de um texto publicado em Moçambique, na revista *Tempo*, nº 253. O artigo assemelha-se a um relatório do ocorrido naquele país, comandado por Ian Smith que, segundo a revista, tinha interesse em consolidar o regime de *apartheid*, igual à África do Sul. Exaltava as forças contrárias e a importância de se continuar lutando contra o fascismo e imperialismo. Do mesmo teor, outros textos de foram publicados no jornal.

A 19 de setembro de 1975, foi publicado um artigo sobre a produção agrícola na URSS, sendo um artigo do jornal *Notícias de Moçambique*. O texto argumentava que comparada aos EUA e aos países capitalistas, a URSS era bem-sucedida na agricultura e o seu programa de revitalização do campo e do seu trabalhador estava no caminho certo. O *Notícias de Moçambique* refere:

“As enormes mudanças operadas na estrutura social da produção agrícola e no desenvolvimento da economia, no seu total, contribuíram para a formação de um novo trabalhador do campo. Os camponeses soviéticos – os kolkhosianos e os trabalhadores dos sovkhoses – pelos seus interesses sociais, nível de instrução e preparo profissional diferem muito do antigo proprietário individual²²⁹”.

Levando em consideração a função do jornal de convencer o povo de que o trabalho nas roças edificaria o país e seus cidadãos, e que o governo iniciava os seus laços de cooperação com a URSS, o artigo extraído do jornal moçambicano servia para provar a correção das ideias socialistas sobre a agricultura e que a cooperação com os soviéticos era uma acertada estratégia, pois dominavam o assunto.

A 18 de setembro de 1975, São Tomé e Príncipe participou na Assembleia Geral das Nações Unidas, onde o país foi reconhecido e se tornou o 144º membro da Organização Mundial das Nações. O discurso de Pinto da Costa foi reproduzido pelo *Revolução* no dia 31 de outubro, onde o presidente declarava: “hoje, depois de tomar nas mãos o seu próprio destino, o Povo de São Tomé e Príncipe, está prestes a verter mais sangue

²²⁷ Jornal *Revolução*, Nº 16, 30 de janeiro de 1976, P. 6.

²²⁸ Jornal *Revolução*, Nº 16, 30 de janeiro de 1976, P. 6.

²²⁹ Jornal *Revolução*, Nº 07, 19 de setembro de 1975, P. 2.

e mais suor do que no passado, para construir o seu futuro, um futuro de Paz, de Prosperidade e de Progresso²³⁰”.

Na décima edição, o jornal continuou a relatar a participação dos dirigentes na Assembleia da ONU, dizendo que o ato de reconhecimento era a demonstração de que o país era bem conduzido e caminhava para a resolução dos seus problemas. O artigo destacava o hasteamento da bandeira no pátio das Nações Unidas e terminava declarando: “esta, foi mais uma consequência da militância activa dos nossos dirigentes, constituindo mais um instrumento de luta pela reconstrução nacional, e, portanto, mais uma vitória do povo de S. Tomé e Príncipe²³¹”.

A primeira visita oficial foi realizada no dia 20 de novembro, ao Gabão, país que acolheu por algum tempo os membros do MSLTP e apoiou o grupo no período de transição de poder. No aeroporto, Pinto da Costa, que viajou com uma comitiva de ministros, parou para falar com a Rádio Nacional, o que foi reportado pelo *Revolução* na nota sobre a primeira viagem internacional; declarou:

“Eu antes de partir quero primeiramente saudar a nossa população, o nosso povo e eu quero dizer ao nosso povo que nós partimos para o Gabão, o que é um país amigo, um país que mais ajudou o povo de S. Tomé e Príncipe na sua luta de libertação, para conversarmos com o Presidente desse País, para termos contacto com o povo desse País, para expormos esse País, que é um País solidário, um País que nos ajudou, expormos, portanto, os nossos problemas, de maneira a que nós possamos nos conhecer melhor²³²”.

Na última edição de 1975, o jornal publicou o diário de viagem da visita oficial ao Gabão, texto assinado pelo Pedro Rocha, repórter da Rádio Nacional, que acompanhou a comitiva. Ao longo de 3 páginas descreve-se a visita de dois dias do chefe santomense e seus ministros, referindo que o povo esperara a comitiva nas ruas com cartazes que declaravam que as duas nações eram irmãs. Enquanto Pinto da Costa ficava encarregado das visitas oficiais pelo país gabonês, os ministros tinham encontros para assinar acordos de cooperações. A visita terminou com o presidente santomense declarando, numa conferência de imprensa no dia 22 de novembro, que vários acordos foram firmados e os laços entre os dois países ficaram mais fortes. O Gabão faria sua primeira viagem oficial a São Tomé e Príncipe em 18 de outubro de 1976. Segundo o *Revolução*, quem ficou responsável por receber a comitiva foi Carlos Graça²³³.

²³⁰ Jornal *Revolução*, N° 09, 31 de outubro de 1975, P. 6.

²³¹ Jornal *Revolução*, N° 10, 07 de novembro de 1975, P. 3.

²³² Jornal *Revolução*, N° 11, 21 de novembro de 1975, P. 2.

²³³ Jornal *Revolução*, N° 29, 15 de novembro de 1976, P. 2.

Em dezembro de 1975 o governo continuou as visitas diplomáticas e o presidente Pinto da Costa visitou a França. Após a visita, a França instalou um centro cultural nas ilhas e passou a fornecer armas para a polícia de São Tomé e Príncipe. O acordo com França levantou a questão sobre se o regime iria estender as relações com países tidos como imperialistas e capitalistas. A embaixadora Maria Amorim, numa entrevista ao jornal português *Diário de Notícias*²³⁴, reproduzida pelo *Revolução* no dia 30 de janeiro de 1976, declarou:

“A República Democrática de São Tomé e Príncipe não será anexa ou neocolonizada pela França, via Gabão. Há muitas especulações a este respeito, eu sei, mas são pura fantasia. Adoptámos uma política de não-alinhamento, temos as nossas próprias opções políticas. Mantemos efectivamente laços de amizade, boa vizinhança e cooperação com o Gabão, que foi até o primeiro país a ser oficialmente visitado pelo nosso Presidente da República, mas pensar, por isso, que São Tomé possa entrar na orbita imperialista, não é mais que uma especulação errada e que o futuro se encarregará de desmentir”²³⁵.

As viagens oficiais de dezembro de 1975 envolveram, além da França e uma escala no Gabão, a China, a Roménia e a Coreia do Norte. Na primeira edição de 1976, o *Revolução* descreve as visitas onde se procurava definir parceiros e prestar homenagem a apoiantes da luta pela independência e reafirmar os laços de amizade. Na primeira página o jornal declara:

“Por isso que a visita que o camarada Presidente da jovem República Democrática de S. Tomé e Príncipe, iniciou aos países amigos, terá de ser remetida para um contexto de especial relevância, tanto mais quanto é certo que o nosso País ensaia agora os seus primeiros passos, e, tal como acontece às crianças nossas condições, necessita de apoio a todos os níveis”.

Descreve-se a excelente receção, digna de dirigentes de grandes potências, com as ruas dos países enfeitadas e povos segurando cartazes. Na Romênia o povo balançava faixas com dizeres: “viva a amizade e a colaboração entre a República Socialista da Romênia e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe²³⁶”. Na China, os jornalistas do *Revolução* dizem ter encontrado ruas enfeitadas com as bandeiras dos dois países e cartazes com dizeres de apoio: “decidido apoio ao povo de S. Tomé e Príncipe em sua luta pela salvaguarda da Independência Nacional e Soberania Estatal²³⁷”. No último país visitado, a Coreia do Norte, o *Revolução* fala das ruas com ares festivos e simpatia dos coreanos para com os santomenses.

²³⁴ É um jornal português com sede em Lisboa, fundado em 1864.

²³⁵ Jornal *Revolução*, N° 15, 30 de janeiro de 1976, P. 1.

²³⁶ Jornal *Revolução*, N° 13, 09 de janeiro de 1976, P.5.

²³⁷ Ibidem, P. 7.

Os discursos dos chefes de estados dos países visitados e de São Tomé e Príncipe exaltação o socialismo e eram aproveitados pelo jornal para cimentar o discurso doutrinador, mostrando como os países socialistas, com o apoio do seu povo, conseguiram avançar económica e politicamente. Pinto da Costa, após a visita a uma fábrica de chocolate na Roménia, declarou ao *Revolução*: “a visita da fábrica de chocolate “BUCA-RESTI” permitiu-nos conhecer mais um aspecto da materialização da política do Partido Comunista e do Governo Romeno, no sentido de criar uma sociedade socialista multilateralmente desenvolvida²³⁸”.

Ao chegar a São Tomé e Príncipe, Pinto da Costa afirmou ao jornal que a viagem fora muito importante para poder conhecer de perto os aliados e observar o desenvolvimento das sociedades socialistas. Os povos romeno, chinês e coreano são parceiros no desenvolvimento dos seus países, o que deveria ser seguido pelo povo de STP. Referindo a importância das parcerias, afirma que não se pode estar sempre à espera da ajuda de fora:

“A nossa viagem foi bastante frutífera, bastante positiva, mas o resultado positivo que obtivemos dela, só poderá ser concretizado se de facto nós mesmos começarmos a encarar o problema do nosso desenvolvimento, principalmente como um problema do povo de S. Tomé e Príncipe. Porque não podemos nunca esperar que seja alguém de fora que venha cá para S. Tomé e Príncipe Resolver os nossos problemas, mas sim, somos nós mesmos que temos que trabalhar e trabalhar com força para que as ajudas que possamos de facto ser utilizado em benefício do nosso povo”²³⁹.

A 11 de janeiro de 1976 fruto de um acordo de cooperação assinado no ano anterior com Portugal, chegavam às ilhas 17 dos 32 professores portugueses que se previa virem para STP. O *Revolução* destaca o esforço dos dirigentes por mostrar que a educação era prioridade. É notório que na primeira República, o Estado assumiu um discurso de prioridade da educação, que servia para demonstrar a capacidade do governo em resolver os problemas sociais existentes. No jornal, a educação era tratada como a grande possibilidade de mobilidade social que, com o fim do regime colonial, seria acessível a todos.

No mês seguinte o *Revolução* denunciou a animosidade e a falta de educação dos alunos santomenses para com os professores portugueses²⁴⁰. Ressaltou o esforço do governo em conseguir profissionais capacitados para os liceus e cursos técnicos, louvando a boa vontade destes professores e repudiando a postura antirrevolucionária dos

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ Jornal *Revolução*, N° 13, 09 de janeiro de 1976, P.8.

²⁴⁰ Jornal *Revolução*, N° 16, 03 de fevereiro de 1976, P. 2.

alunos. Recordou que essas ações poderiam desencorajar os profissionais que lá estavam e os que estavam a caminho, e que sem educação o homem novo santomense não se afirmaria.

Salientamos que o discurso anti-português existiu na ilha desde o início da luta pela independência, intensificou-se no governo de transição e ganhou forma concreta no pós-independência. Contudo, no dia 3 de fevereiro de 1976, o jornal repudiou a atitude dos alunos para com os professores portugueses, possivelmente muito incentivada pelo permanente discurso anti-português do jornal

Nas edições de janeiro de 1976 deu-se destaque À morte do primeiro ministro Chou Em Lai, falecido a 8 de janeiro de 1976, em Pequim, que o jornal define como “um diplomata dos mais brilhantes”. É reproduzido o telegrama de pesar enviado pelo presidente Pinto da Costa. Na edição de 30 de janeiro de 1976, o periódico publicou um texto em homenagem ao 52.º aniversário de morte de Lenine, declarando: “Lenine como revolucionário consequente e íntegro, combateu sempre nas suas obras os extremismos tanto da direita, como da esquerda. Ele baseava-se apenas na realidade do seu país, analisava-a e tirava suas conclusões²⁴¹”.

A primeira visita a Cuba aconteceu a 24 de setembro de 1976. Segundo o *Revolução* de 15 de outubro, foi um convite do Governo e do povo cubano, pelos laços de amizade que existiam, para que uma comitiva liderada pelo primeiro-ministro Miguel Trovoada aterrasse no país. Após a visita, a delegação seguiria para a URSS, tendo a última paragem em Portugal. Quando retornou ao país, Trovoada declarou ao jornal:

“Esta viagem foi bastante longa. Percorremos numerosos países, países amigos com os quais nós mantemos boas relações, e foi para nós ocasião, não somente de uma troca de informações sobre a situação respectiva dos nossos povos, mas igualmente para ver as realizações já levadas a cabo por esses países, conhecer as suas experiências, ver até que medida essas experiências poderão ser úteis ao nosso próprio processo de desenvolvimento económico e social”²⁴².

Pinto da Costa viajou para a República Democrática da Alemanha no dia 24 de abril de 1977. Ao *Revolução* declarou que recebera o convite para visita oficial do governo daquele país. Como as diretrizes do governo de São Tomé e Príncipe eram o não-alinhamento, as prioridades das visitas eram “principalmente dos países que deram um certo apoio à luta de libertação do povo de S. Tomé e Príncipe²⁴³”. O jornal afirma que a

²⁴¹ Jornal *Revolução*, N.º 16, 30 de janeiro de 1976, P. 5.

²⁴² Jornal *Revolução*, N.º 29, 15 de novembro de 1976, P. 1, 5.

²⁴³ Jornal *Revolução*, N.º 33, 15 de maio de 1977, P. 1.

viagem não tinha só o intuito de agradecer o apoio prestado contra o colonialismo português, mas também informar sobre “as vitórias alcançadas no âmbito da Reconstrução Nacional e sobre as perspectivas futuras do nosso jovem país²⁴⁴”.

Pinto da Costa fez sua primeira viagem oficial a Cuba em novembro de 1978. A visita aconteceu no período em que o governo santomense solicitou apoio internacional à ONU e à OUA, para a proteção das ilhas que estariam na mira, segundo o presidente, do imperialismo. O apelo do país foi atendido pelos países aliados socialistas. No âmbito da cooperação militar, Fidel Castro enviou militares para auxiliar no patrulhamento de São Tomé e Príncipe.

A viagem a Cuba foi relatada pelo *Revolução* em fevereiro de 1979. Na primeira página, ao centro e em dimensão 10x15cm, estava a fotografia de Pinto da Costa e Fidel Castro conversando. Seguia-se um texto que relatava que a visita serviu para continuar a estreitar “os laços fraternais existentes entre os dois países²⁴⁵”. O jornal reproduziu o discurso de Pinto da Costa que relata a cooperação entre os dois países:

“E Cuba, nesse ponto de vista de ajuda internacional, tem prestado um grande ajuda, e nós sabemos que Cuba também tem dificuldades, também está no seu processo de desenvolvimento. Mas apesar de necessitar de muitos médicos e muitos professores e muitos técnicos, Cuba põe à disposição dos países que lutam verdadeiramente pela sua independência política e econômica, uma parte desses quadros de que ela própria necessita, porquanto, como dissemos anteriormente, isso para Cuba é um dever, e Cuba toma isso como um dever, e é aqui que reside o verdadeiro valor da ajuda de Cuba ao nosso país”²⁴⁶.

Nessa edição, foi publicado um artigo intitulado “Cuba – um país em marcha para o progresso”, que exalta a Revolução cubana e como o país estava conseguindo construir um país igualitário. Não obstante, reservava espaço para ajudar a reconstrução de outras nações que passaram tanto tempo nas mãos do colonialismo e do imperialismo. Segundo o jornal, Cuba estava atingindo feitos significativos porque o seu povo estava completamente envolvido com essa etapa de destruição das marcas de exploração do passado e termina declarando que o *Revolução* acreditava na força do glorioso partido vanguarda, o MLSTP, e do povo santomense para que STP alcance também tais feitos.

²⁴⁴ Jornal *Revolução*, N° 34, 01 de junho de 1977, P. 2.

²⁴⁵ Jornal *Revolução*, N° 46, 23 de fevereiro de 1979, P. 1.

²⁴⁶ *Ibidem*, P. 9.

De 3 a 07 de setembro de 1979, Pinto da Costa viajou novamente a Cuba, para poder participar da VI Conferência do Movimento dos Não-Alinhados²⁴⁷. Os assuntos abordados nesses encontros foram as lutas nacionais pela independência, o combate à pobreza, o desenvolvimento econômico e a oposição a toda a forma de opressão que as grandes potências mundiais ainda exerciam perante aos países do terceiro mundo. Ao chegar, no dia 11 de setembro de 1979, Pinto da Costa, declarou ao jornal²⁴⁸ que o evento fora importante para debater os casos emergentes dos países que ainda lutavam contra o imperialismo, bem como o reforço dos princípios de continuar imparcial diante das superpotências envolvidas na Guerra Fria.

No término da leitura dos 54 exemplares²⁴⁹, a análise de textos, notícias e notas em relação aos assuntos internacionais mostra que o MLSTP e o governo esforçaram-se por demonstrar uma linha não-alinhada. Contudo, embora tenha firmado acordos de cooperações com países como a França, as relações internacionais e as declarações de amizade eram definidas com países como China, URSS e Cuba.

O jornal, na seção internacional, reproduzia textos sobre Mao Tsé-Tung e Kim Il-Sung, demonstrando o quanto eram verdadeiros líderes dos seus países. Publicava artigos que falavam da supremacia agrícola da URSS e a sua capacidade em organizar a economia com a ajuda do povo. Ao Ocidente o jornal dedicava os textos contra o imperialismo e o neocolonialismo. Seibert afirma: “não restam dúvidas de que o MLSTP, nos primeiros anos da independência, favoreceu claramente as relações com os então países socialistas e progressistas [...]”²⁵⁰.

3.3.1 Relação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

As ex-colônias portuguesas foram dos últimos países a conquistar a independência. Em meados da década de 1970 ascenderam à independência e mantiveram entre elas laços de amizade que se foram se estreitando. O jornal *Revolução*, de 1975 a 1979, dedicou muitas páginas para falar da situação desses “países irmãos”, referindo as cooperações mútuas ou para declarar apoio e manifestar solidariedade.

²⁴⁷ É uma liga de países, que no contexto da Guerra Fria e a polarização política e econômica, entre EUA e URSS, tinham como objetivo manter um posicionamento imparcial e não associada a nenhum dos grandes blocos.

²⁴⁸ Jornal *Revolução*, N° 57, 01 de outubro de 1979, P. 1,5.

²⁴⁹ Correspondente aos anos de 1975 a 1979.

²⁵⁰ SEIBERT, *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002.P. 145.

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe tornaram-se independentes em julho de 1975. Com características geográficas semelhantes, não tiveram guerra anticolonial nos seus territórios e tinham uma grande relação de fluxo dos conterrâneos entre as ilhas, apesar de São Tomé e Príncipe ter um contingente maior de cabo-verdianos que trabalhavam nas roças. Em setembro de 1975 um representante de Cabo Verde, Cursino Forte, visitou as ilhas santomenses em visita oficial para firmar acordo de cooperação entre os dois países.

Em entrevista ao jornal *Revolução*, informa que além da visita diplomática, tinha como missão conversar com os seus compatriotas sobre a situação das ilhas cabo-verdianas e as decisões do governo de Cabo Verde sobre os cidadãos que moravam fora²⁵¹. No dia 19 de setembro, o jornal deu uma nota informando que os países instalariam embaixadas como firmamento da cooperação.

Na oitava edição, o jornal publicou dois textos sobre Cabo Verde e sua independência. Um intitulava-se “Proclamação da Independência de Cabo Verde”, extraído do *Jornal Terra Nova*, que exaltava os heróis da independência, os caminhos da luta e os compromissos de um governo do povo e para o povo. O segundo texto, “Cabo Verde”, foi retirado da revista *Nós Vida*. O artigo traçava a luta de Cabo Verde, de 1 de maio de 1974 até a proclamação da independência, no dia 5 de julho de 1975. Nessa mesma edição havia outro texto não original sobre a proclamação de independência da Guiné Bissau, feita em 1973, antes do abril de 1974 português. O texto que fazia referência à luta história do país e tinha como principal objetivo pedir que as nações reconhecessem o Estado guineense como independente e soberano.

Dos países que compunham a CONCP, São Tomé e Príncipe era mais próximo de Angola, tendo o MLSTP grandes laços de amizade com o MLPA. Logo após a *Revolução* de abril, Angola enfrentou uma guerra civil pelo comando do território, de um lado estava o MLPA e do outro FNLA/UNITA. O MLSTP e os dirigentes santomenses declaravam total apoio ao MLPA como único representante do povo angolano, manifestação que foi repetida pelo *Revolução*, no dia 5 de setembro, quando afirmou:

“A Angola revolucionária não deporá as armas enquanto não liquidar completamente os inimigos do povo angolano, todos aqueles que querem implantar nesse país irmão um novo regime de exploração e de opressão. [...] o povo de São Tomé e Príncipe e do mundo inteiro estarão sempre ao lado dos verdadeiros revolucionários angolanos, daqueles que lutam e sempre lutaram por uma independência real de Angola. [...] Só apoiando as verdadeiras forças revolucionárias angolanas, daremos uma contribuição válida à solução do problema angolano”²⁵².

²⁵¹ Jornal *Revolução*, n.º 5, 5 de setembro de 1975, P. 1-2.

²⁵² Jornal *Revolução*, N.º 05, 05 de setembro de 1975, P. 5.

Em novembro o jornal publicava uma entrevista com o ministro da Justiça do governo de transição de Angola e membro do MPLA, Diogenes Boavida. O ministro declarou que a visita ao país foi para explicar a situação angolana com a proclamação da independência que se aproximava, como se encontrava o país e qual era o posicionamento do MPLA. Diogenes afirma que o MLPA tinha o controle de mais de 80% do território e que as forças contrárias eram desorganizadas e não tinha o apoio do povo angolano, logo o governo português só poderia passar o poder do novo país para as mãos de Agostinho Neto, membro do MPLA. Termina a entrevista referindo que os laços que estreitam as relações entre o MPLA e o MLSTP seguiam uma linha progressista, contrários ao imperialismo e o neocolonialismo.

Angola conquistou oficialmente sua independência no dia 11 de novembro de 1975. Nesse mesmo dia, o governo santomense organizou um comício no Estádio 12 de julho, sob o comando de Miguel Trovoada, declarando total apoio e reconhecimento ao governo angolano sob o comando do MPLA, na figura de Agostinho Neto. No n.º 11, o *Revolução* noticiou o momento. Manifestava-se a solidariedade ao povo angolano de que os santomenses não abriam mão. A conquista de Angola servia como motivo de orgulho para todos, eliminando qualquer resquício do colonialismo português. O texto ainda expunha que o estádio estava lotado e que o povo segurava cartazes de apoio aos angolanos: “[...] temos o dever de apoiar o povo angolano e sua vanguarda revolucionária, o MPLA, na guerra de agressão que lhe foi imposta pelo imperialismo internacional, através dos seus lacaios²⁵³”.

A 22 de dezembro de 1975, na visita à China, Pinto da Costa aproveitou a oportunidade para declarar o apoio ao MPLA. Na décima terceira edição, na seção Retrospectiva Internacional da Semana, o jornal relatou as declarações do presidente e aproveitou para denunciar que os “racistas sul-africanos” tentavam a todo custo barrar a vitória do povo angolano guiada pelo MPLA.

O único país colonizado por Portugal que tinha destaque nos textos era Angola. Quase todos os números tinham um artigo, uma entrevista ou nota sobre a situação política no país, seguido da declaração de apoio do regime santomense. No dia 4 de fevereiro de 1976, foi realizado um comício para exaltar o início da luta anticolonial em Angola, e sendo mais uma oportunidade para a demonstração de apoio do regime santomense ao processo de consolidação da independência de Angola. No dia 13 de fevereiro, o

²⁵³ Jornal *Revolução*, N.º 11, 21 de novembro de 1975, P.2.

jornal estampou na primeira página um texto que narrava como fora o comício, com o seguinte título “Não há nenhuma força no mundo que poderá dobrar o povo angolano para conduzi-lo ao neocolonialismo²⁵⁴”.

A 3 de abril de 1976, Agostinho Neto fez a primeira visita oficial às ilhas santomenses como presidente da República Popular de Angola. Foi a primeira visita que São Tomé e Príncipe recebeu de um chefe de Estado. No dia 16 de abril o jornal noticiou como correu a visita, dando destaque à forma como a população alegremente recebeu o “camarada Presidente Neto”, demonstrando a irmandade existente entre os dois países. O artigo tinha dez páginas, quase todas dedicadas à visita e aos discursos proferidos no decorrer da visita, onde Agostinho Neto afirmara: “quero felicitar os camaradas de S. Tomé e Príncipe pelas suas aquisições revolucionárias obtidas através de luta de libertação nacional, pela sua firmeza durante a luta, pela dedicação ao povo, pelo progresso efetuado desde da independência até agora²⁵⁵”.

No n.º 25, o jornal dedicou três páginas para descrever a comemoração do Aniversário da Independência de Cabo Verde, a 5 de julho de 1976. As roças, onde muitos cabo-verdianos trabalhavam, tiveram várias comemorações, como o comício na Roça Rio do Ouro, onde os dirigentes santomenses falaram dos laços de amizade e fraternidade entre as duas nações, que juntas estavam caminhando para o desenvolvimento das suas independências e a liberdade económica dos seus respectivos povos. A 17 de julho de 1976, o embaixador de Cabo Verde, Joaquim Pedro Silva, apresentou-se ao país e a 20 de agosto, o jornal publicou a biografia do embaixador, realçando a sua importância junto ao PAIGC e participação na luta de independência, e que a relação entre os dois movimentos, MLSTP e PAIGC, iria aumentar com o embaixador instalado nas ilhas santomenses.

No final de 1976, uma delegação de Cabo Verde, chefiada pelo primeiro ministro Pedro Pires, fez uma visita oficial a São Tomé. O *Revolução*, na primeira edição de 1977, reproduziu o discurso do primeiro ministro, que agradeceu aos dirigentes santomenses a oportunidade de conversar com os trabalhadores cabo-verdianos nas roças, relatou a felicidade de ver que os “camaradas do MLSTP” estavam conduzindo muito bem o desenvolvimento do trabalho agrícola e que estava satisfeito em constatar que os compatriotas estavam sendo bem tratados.

²⁵⁴ Jornal *Revolução*, N.º 17, 13 de fevereiro de 1976, P. 1.

²⁵⁵ Jornal *Revolução*, N.º 21, 16 de abril de 1976, P. 2.

Nos anos seguintes, os países lusófonos continuaram aproximando-se. São Tomé e Príncipe desenvolveu uma relação mais intensa com Cabo Verde e Angola, esse último era o principal apoiante das ilhas santomenses²⁵⁶. No jornal tudo que acontecia em Angola era noticiado, exprimindo apoio ao MPLA que enfrentava uma guerra civil contra União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Em 1979 aconteceu o primeiro encontro dos cinco países agora independentes.

Nos dias 9 e 10 de junho na capital de Angola, Luanda, o encontro que ficou conhecido como, “Os Cincos”. Foi presidido por Agostinho Neto, presidente de Angola. No jornal de 15 de junho de 1979, o texto sobre o evento dizia que o grupo pretendia executar uma cooperação entre si que visava a total independência e desenvolvimento económico, “nos objetivos anti-imperialistas desta ação²⁵⁷”. Ficou definido que todos os anos haveria um encontro deste grupo, depois conhecido como grupo de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). No seu regresso, Pinto da Costa declarou para o jornal:

“esse encontro foi histórico e de uma grande importância, primeiramente porque foi o primeiro encontro dos chefes de Estado dos cinco países; segundo porque, através desse encontro, grandes e novas perspectivas se abriram para a cooperação e para a concretização do sentimento de solidariedade militante que sempre existiram entre os nossos países. E nós estamos convencidos que essa conferência abriu, portanto, caminho certo e seguro para o reforço da cooperação entre os nossos países, e por essa razão podemos dizer que esse primeiro encontro foi um sucesso total e ele vai contribuir para reforçar, não só o desenvolvimento de cada país em particular, mas, fundamentalmente concretizar e consolidar a solidariedade que já existia entre os nossos cinco países”²⁵⁸.

Dos cinco países, Moçambique é o que menos aparece nas edições. Entre 1975 e 1979 não houve visitas oficiais entre os países, nem declarações de cooperações. Mesmo assim o *Revolução* declarava o apoio à FRELIMO na guerra civil moçambicana e acusava como principal inimigo a África do Sul, que tentava controlar o poder tanto em Moçambique, como em Angola.

O envolvimento entre estes países foi alimentado pelo discurso comum contra o colonialismo português. Tinham que sempre unir forças para juntos extirparem toda a

²⁵⁶ “Angola forneceu petróleo a São Tomé e Príncipe, em termos concessionários, cobrando apenas quatro dólares por barril, enquanto que o preço de mercado mundial se cifrava entre 18 e 20 dólares. Não obstante, estas faturas não foram sequer liquidadas. A companhia área nacional de Angola, Transporte Aéreos de Angola (TAAG), mantém ainda voos regulares de São Tomé para Luanda e Cabo Verde. Mais tarde, Angola concedeu a São Tomé direitos de pesca gratuitos nas suas águas territoriais”. SEIBERT, 2002, P. 144.

²⁵⁷ Jornal *Revolução*, N° 51, 15 de junho de 1979, P. 6.

²⁵⁸ Jornal *Revolução*, N° 51, 15 de junho de 1979, P. 1.

herança colonial. Com Angola, São Tomé e Príncipe comportava-se como “irmão mais novo”, e sempre que Pinto da Costa solicitava ajuda ao governo angolano conseguia-a. Foi o caso do envio de tropas do exército de Angola, em 1978, quando o governo santomense solicitou ajuda para conter forças imperialistas que se aproximavam da costa das ilhas.

3.4. Os conflitos políticos: 1975 – 1979

Em 1975 um livro com o título *S. Tomé e Príncipe: do Colonialismo à Independência*, de Carlos Benigno da Cruz, foi publicado em Lisboa. Ao saber da existência do livro que, segundo o jornal, era vendido livremente nas ilhas, o *Revolução* publicou um artigo com a seguinte chamada “A Propósito de um LIVRECO²⁵⁹”. O texto colocava-se como um alerta para população, referindo que existiam forças tramando a tomada do poder em Lisboa, ao serviço do imperialismo. Era preciso que todos ficassem atentos. O jornal afirmava que o autor do livro era a linha de frente de um grupo anti-MLSTP e que tudo o que escrevera era mentira, com o único intuito de destruir o processo revolucionário e vitorioso do MLSTP e do povo do santomense.

Alinhado com a orientação política do regime, o jornal, já em 1975, começava a apontar os possíveis inimigos políticos, considerando todos os que não concordavam com a ideologia implementada pelo MLSTP como antipatriotas. Em janeiro de 1976 declarava que se verificava “em S. Tomé e Príncipe a proliferação de políticos de última hora, que, dando saltos longos e desmedidos, procuravam apanhar a última carruagem do último comboio da revolução²⁶⁰”. Para o jornal existiam pessoas que atuavam nos bastidores para se apropriar da luta do povo e questionar a forma como os dirigentes conduziam o país.

Na mesma edição, um artigo chamado “Democracia ou Anarquia?²⁶¹” questionava o conhecimento político de quem afirmava que São Tomé e Príncipe não era uma democracia. Para o *Revolução* essas pessoas podiam ser agrupadas em dois grupos:

“No primeiro estão os “revolucionários da última hora” que, imbuídos de certo romantismo alicerçado por leituras, sem assimilação, de obras de grandes mestres e, desconhecedores do meio onde vivem, querem impor uma orientação que de certeza não iria servir o povo, mas sim as forças reacionárias. No segundo grupo encontra-se

²⁵⁹ Jornal *Revolução*, N° 07, 19 de setembro de 1975, P. 5.

²⁶⁰ Jornal *Revolução*, N° 13, 09 de janeiro de 1976, P. 4.

²⁶¹ *Ibidem*, P. 6.

os que querendo perpetuar a exploração do nosso povo e a dominação estrangeira, no intuito de defenderem os seus interesses pessoais, vão-se servindo da ingenuidade dos primeiros para fomentarem a confusão, a anarquia e o caos, de modo a atingirem os seus objetivos”²⁶².

Os incluídos no primeiro grupo, o periódico considerava que poderiam ser recuperáveis e convidados a “pôr os pés no chão”. Porém os membros do segundo grupo eram considerados inimigos do povo e para eles o *Revolução* deu a seguinte sentença: “aos segundos, que consideramos inimigos do povo, avisamos que o povo será implacável na sua destruição²⁶³”. O mesmo tema irá repetir-se na edição seguinte, com o título “Democracia Popular ou Anarquia”. A discussão é a mesma do texto anterior, e o jornal termina o artigo com duas frases em letras garrafais: “Abaixo o anarquismo! Viva a disciplina!”²⁶⁴.

“O nosso Movimento, o MLSTP, tem um papel primordial na criação das condições do exercício de uma verdadeira Democracia Popular em São Tomé e Príncipe”. Essas são as palavras de Pinto da Costa, num artigo da sua autoria, publicado na décima sexta edição, espaço que o presidente usou para refutar os discursos contrários e de, segundo ele, pessoas mal-intencionadas, que andavam tentando influenciar a sociedade. Sobre os que questionavam que São Tomé e Príncipe não vivia uma democracia, o chefe de Estado dizia que essas pessoas entendiam o sentido do regime democrático de forma simplória e equivocada. Tomando como base sociedades em que existia exploração do homem pelo homem, adiantava “o pobre poder gritar alto e em bom som suas ideias, se ele [continuava] pobre”. Afirmava que o Estado de São Tomé e Príncipe e seu governo era do povo e governando por todas as esferas sociais, que com todas essas alianças a soberania nacional estava garantida.

Para Augusto Nascimento, os membros do MLSTP suprimiram a necessidade de uma nação democrática, pela urgência da construção de um estado nacional forte, alegando que naquele momento só o regime de partido único o proporcionaria. Para Nascimento, o regime conseguiu sustentar-se por algum tempo, implantando a ideia de liberdade e de fim do sistema colonial. A sociedade conformou-se, continuando sem direitos individuais políticos, vendo a substituição dos administradores europeus pelos santomenses, sem grandes transformações políticas, no que tange a liberdade de expressão e participação política efetiva.

²⁶² Ibidem.

²⁶³ Ibidem.

²⁶⁴ Jornal *Revolução*, N° 14, 16 de janeiro de 1976, P. 4.

Os membros do MLSTP propagavam o discurso da igualdade entre os povos, de que todos nas ilhas seriam tratados de forma igual. Acreditando na ideia de que as riquezas iam ser repartidas de forma igual foi que o povo abraçou o regime e seus dirigentes²⁶⁵. Em março de 76, o jornal criticava os que outrora pertenceram à elite apoiada pelo regime colonial e que agora eram contrários aos avanços sociais que incluíam o povo e tentavam recuperar esse poder para assumir o papel de explorador do seu próprio povo. O texto afirma que a revolução teve vários propósitos e um deles era “destruir as bases de relações injustas e educar o Homem, a fim de que ele veja seu semelhante, não como um ser inferior a humilhar, mas como um companheiro a proteger²⁶⁶”.

No n.º 20 do jornal, o artigo “Os inimigos da nossa revolução tentam manobrar a população da ilha irmã do Príncipe” afirmava que era “errado pensar-se que num processo de luta todas as forças nacionais estão do nosso lado²⁶⁷”. O texto denunciava uma movimentação de pessoas contrárias ao governo e que declaravam que a ilha do Príncipe estava abandonada pelo regime. O jornal assume que existem problemas na ilha e que um deles é a dificuldade de comunicação e locomoção entre as ilhas de São Tomé e do Príncipe, o que os opositores aproveitam para criar desconfiança no povo. Mas, um povo vigilante não se deixaria enganar. Como exemplo tinham a guerra em Angola, promovida por pessoas que se deixaram convencer pelo imperialismo em vez de ir ao encontro dos verdadeiros heróis revolucionários da luta anticolonial angolana. E lembra, mais uma vez, que para combater esses traidores da luta do povo era preciso denunciar “corajosamente todos os indivíduos que confins inconfessos, lançam campanhas infundadas contra este Governo do povo²⁶⁸”.

No final de 1975, foi criado o Tribunal Especial para Actos Contra-Revolucionarios (TEACR). O tribunal tinha a função de sentenciar casos sobre “sedição, tumultos, injúrias e ofensas corporais contra oficiais do Estado, resistência, desobediência, boatos e sabotagem econômica²⁶⁹”. No dia 21 de dezembro de 1976, o jornal noticiou o julgamento de Miguel da Cruz Fonseca Silva de Ceita, acusado e condenado pelo TEACR por práticas de corrupção na administração das roças. Segundo o *Revolução*, Ceita colocava na folha de pagamento funcionários que não faziam parte do quadro

²⁶⁵ NASCIMENTO, Augusto. «São Tomé e Príncipe: a independência ou o parto do autoritarismo. In A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. África e Ásia», 2010. P. 7

²⁶⁶ Jornal *Revolução*, N.º 19, 19 de março de 1976, P. 5.

²⁶⁷ Jornal *Revolução*, N.º 20, 26 de março de 1976, P. 4.

²⁶⁸ Jornal *Revolução*, N.º 20, 26 de março de 1976, P. 4.

²⁶⁹ SEIBERT, CAMARADAS, *CLIENTES E COMPADRES...*, 2002, P. 138.

de assalariados. O periódico apelida os que praticam esses atos de sabotadores e que tinham que ser considerados inimigos do povo. O julgamento desse criminoso era a prova de que um povo vigilante e consciente politicamente pode impedir que aproveitadores ajam contra a nação.

O ano de 1977 encontrou São Tomé e Príncipe imerso em embates políticos, no fracasso económico evidente e a falta de perspectiva de mudança, como tinha sido prometido em 1974/1975. Segundo Seibert mesmo com os problemas económicos, são os conflitos políticos e a perseguição do regime aos opositores que definem os primeiros anos do pós-independência. Carlos Espírito Santo declara que eram explícitas as demonstrações de temor entre os membros do MSLTP perante ao regime que se instalara a partir de 1975, com desentendimentos internos que levariam a casos de exílio e prisões. Augusto Nascimento diz que à medida que as dificuldades iam aparecendo e a incapacidade do governo de resolver os problemas ficava inegável, Pinto da Costa e os membros do MLSTP endureciam o regime e aumentava o discurso dos “inimigos do povo do são-tomense” como ameaça à soberania nacional.

Carlos Graça, ministro da Saúde e Desportos até 1976, afirma que aos poucos, pelo seu posicionamento contra a linha marxista que o regime seguia, começou a ser preterido por Pinto da Costa, com quem antes tinha grande amizade. Alega que em 12 de julho de 1976, o presidente o convidou para assumir a embaixada de Portugal, alegando sua “grande” a proximidade com aquele país, Graça afirma que “o convite para embaixador tratou-se na realidade de uma tentativa de Pinto da Costa para me afastar de S. Tomé. Eu estava a incomodar²⁷⁰”. Não demorou muito para que um clima de perseguição se instalasse na base do governo. No seu livro narra que diante de qualquer eminência de uma possível invasão externa, Pinto da Costa tentava isolar mais ainda as ilhas, como referendo episódio do barco de turistas norte americano que chegou ao porto de São Tomé e Príncipe, sendo acusados pela “vigilância popular” de serem espões da Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos da América²⁷¹.

Nesse novo contexto, o comportamento que o *Revolução* adotou, do final de 1976 até 1979²⁷², foi o do silêncio. O que ficou em evidência foi o que não foi noticiado ou pouca divulgação teve. O que foi publicado foi decerto uma ínfima parte das notícias sobre as possíveis tentativas de golpe de estado. As informações chegavam em doses

²⁷⁰ GRAÇA, Carlos. *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*. São Tomé e Príncipe, Editora: UNEAS, 2011, P. 112

²⁷¹ GRAÇA, Carlos. *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, 2011, P. 112.

²⁷² Data limite da pesquisa, que analisou até a última publicação de 1979.

homeopática, que ficou caracterizado pelo que Orlandi diz ser silêncio local, onde habita o controle da censura. Segundo Venturini, “O silêncio funciona nos textos verbais e não verbais, significando que o dizer e o não-dizer/não-mostrar relaciona-se à história e à ideologia. É justamente pela historicidade inscrita no texto que se pode “olhar” o silêncio e ver nele a ausência que significa²⁷³”.

É fácil compreender que é por intermédio da ideologia e da condução dos factos históricos que o imaginário, real e simbólico, irão desenhar-se. Não é difícil supor que se no final da década de 1970 o não dito do jornal não teria efeito de silenciar os factos perante a população, ele cumpriria a função de construir o imaginário futuro, ficando como relato de uma época para aqueles que não a viveram. Segundo Orlandi não se pode esquecer que o silêncio será sempre utilizado pelo lado opressor da sociedade, o que através dele minará a construção do sujeito e sua estruturação da memória.

A respeito do clima de medo do inimigo externo e interno instaurado pelo regime do MSLTP, o jornal manifestou os seguintes textos ao longo de 1977²⁷⁴: “É preciso combater todas as manobras²⁷⁵”; “Analisar para avançar²⁷⁶”; “As massas populares avançam na batalha da produção²⁷⁷”. Os textos tinham a mesma linha. Falavam dos inimigos que circulavam entre a população, que tentavam minar o processo revolucionário das ilhas, que o povo precisava reavaliar as atitudes sobre a ajuda na reconstrução do país e que ser revolucionário era um ato sem descanso, por isso o aumento da produção, consciência política e vigilância eram atitudes de verdadeiros patriotas.

Seibert afirma que além das desconfianças internas, os acontecimentos nos países africanos fizeram aumentar os receios de Pinto da Costa e dos seus ministros. No início de 1977, o Benim sofreu uma tentativa de invasão e em março do mesmo ano, Marien Nguabi, presidente da República do Congo, foi assassinado²⁷⁸. Sobre esse último episódio, o jornal, na sua trigésima segunda edição, publicou o comunicado oficial do MLSTP, que no final dizia:

“Perante a intensificação da seção imperialista com o fim de impedir o avanço das forças progressistas em África e de permitir o derrubamento dos regimes progressistas, necessário se torna cada dia mais a nossa vigilância e a nossa decisão do combater até ao fim a reacção venha ele donde vier²⁷⁹”.

²⁷³ VENTURINI, Maria Cleci. *Imaginário urbano: espaço de rememoração*. Santa Maria, Universidade de Santa Catarina, Centro de Arte e Letras, 2008, P. 112.

²⁷⁴ Em 1977 foram publicados dez números do *Revolução*, essa pesquisa teve acesso a nove números.

²⁷⁵ *Jornal Revolução*, Nº 32, P.2.

²⁷⁶ *Jornal Revolução*, Nº 33, P. 8.

²⁷⁷ *Jornal Revolução*, Nº 38, P. 5.

²⁷⁸ SEIBERT, CAMARADAS, *CLIENTES E COMPADRES...*, 2002, P. 151.

²⁷⁹ *Jornal Revolução*, Nº 32, 24 de março de 1977, P. 13.

Ao longo das publicações o que faltava de informações sobre a situação política interna sobrava sobre a política externa. O jornal denunciou os avanços imperialistas, as tentativas de golpes, as lutas de libertações ainda existentes, das mais diversas nações, com ênfase para o continente africano. Na lista desses países estão Namíbia; Rodesia; Zimbabwe; Líbano; Djibouti. Além de textos sobre Amílcar Cabral e seus discursos, foi publicada a História de São Tomé e Príncipe e o escrito “O terceiro mundo no centro do furacão” ao longo de vários números. Esse procedimento pode ser compreendido pelo que Pêcheux afirma ser o sentido implícito na construção do discurso, nos esconderijos que podem abrigar o dito e o não-dito. O jornal manteve um discurso doutrinador, que envolvia combater os inimigos do povo, o imperialismo e as sociedades capitalistas, mesmo que isso não tenha sido feita diretamente pela ótica de São Tomé e Príncipe.

Na edição de aniversário de independência das ilhas santomenses, publicada no dia 22 de julho de 1977, foi reproduzido o discurso de Pinto da Costa na Rádio Nacional, no dia 12 de julho, onde começava por dizer que iria esclarecer os factos que tinham ocorrido nos últimos tempos em território santomense. O Presidente declarou que:

“Enquanto se preparava o povo de S. Tomé e Príncipe para festejar [...] grupos de indivíduos [...] reacionários e defensores de um regime baseado na exploração do nosso povo pelas potencias imperialistas [...] pretendia fundamentalmente destruir o MLSTP, lançar a confusão no seio do povo, minar a confiança que este deposita no Governo [...] enfim, criar um ambiente favorável a um golpe de estado com o fim de instaurar no nosso país um regime fascista [...] graças à vigilância e a colaboração do nosso povo, foi possível detectar um grupo organizado que se preparava [...] para derrubar o governo [...] o grupo tinha como objectivo derrubar o actual governo e instaurar em São Tomé e Príncipe um regime de ditadura [...] o grupo declarou ter ligações estreitas com certos elementos nacionais residentes no estrangeiro [...] o grupo em São Tomé e Príncipe manifesta abertamente a sua aversão ao socialismo, reprova a cooperação entre São Tomé e Príncipe com países socialistas [...] aprendemos da experiência dos outros países que teremos que neutralizar todos aqueles que declarados ou não poderá vir a implantar o terror e o massacre deste povo que ama a paz e a tranquilidade”²⁸⁰.

Pinto da Costa, no seu discurso, referia-se a um grupo de oposicionista instalados em Luanda, que tinha criado a Organização de Defesa do Povo de S. Tomé e Príncipe²⁸¹, com o intuito de “combater a ditadura que, entretanto, já estava instalada no país²⁸²”, e aos presos Lereno da Mata e Agnelo Salvaterra, que tinham sido detidos no

²⁸⁰ Jornal *Revolução*, N° 36, 22 de julho de 1977, P. 2, 6, 7.

²⁸¹ Essa organização foi criada em 04 de março de 1976. Para saber mais, SANTO, 2015, v2, P. 115-118.

²⁸² SANTO, Carlos Espírito. *A Primeira República*. Volume 2. Lisboa, Edições Colibri, 2015. P. 115.

dia 12 de julho de 1977²⁸³. O medo de um ataque golpista fez com que o MLSTP promovesse uma verdadeira perseguição aos ditos aliados dos imperialistas, o que levou, em 24 de julho de 1977, à prisão de mais pessoas acusadas de conspiração e planejamento do golpe de Estado.

O jornal só tratou do grupo preso em julho na última edição do ano, nas duas páginas finais, com a publicação das sentenças do julgamento, que ocorreu em 03 de dezembro de 1979. No início tem a fotografia do julgamento do grupo no TEACR, cuja maioria aparece de cabeça baixa e com expressão abatida. Nas duas páginas há fotografias 3x4cm dos presos publicadas com seus nomes de lado. Os réus eram: Adalino Mendonça; Agnelo Salvaterra; Armando da Silva; Januário Afonso; Joaquim Cruz; Leonildo Diogo; Leren S. Mata; Manuel Gomes da Silva. Os acusados estavam indiciados por realizarem várias reuniões para planejar o derrube do poder, de se relacionarem com opositores que se encontravam em Angola, de traficarem armas para as ilhas santomenses via Cabinda e de prepararem uma invasão ao Palácio Nacional, para assim prenderem o Presidente e os ministros e possivelmente assassiná-los.

A sentença ainda anuncia que todos tiveram direito a defensores escalados pela própria comarca, que todos pertenciam ao Tribunal e que para este tipo de julgamento não cabia recurso²⁸⁴. Após dois dias e meio de julgamento, ficou decidido que o grupo era culpado de todas as denúncias, apesar das condenações serem específicas para cada um, como Armando, Joaquim e Agnelo que foram acusados de serem os líderes do movimento; Leonildo era o elo de ligação do grupo com os opositores em Angola; Armando ainda foi acusado de ser o responsável pelo tráfico das armas AK; Salvaterra também foi incriminado por escrever textos contrários ao regime para revistas portuguesas. Além de condenados a anos de reclusão, alguns tiveram os seus bens confiscados.

Santo afirma que as prisões eram arbitrárias, que o tribunal não tinha provas concretas sobre a culpabilidade do grupo e que os depoimentos, com algumas declarações comprometedoras por parte dos presos, foram conseguidos à base de tortura. Leren foi assassinado em 1978 e Nascimento advoga que talvez a morte desse preso político tenha assustado o regime, que procurou conter o nível de violência, porém sem interromper a obsessão de procurar inimigos internos. Em 1978, o regime realizou várias

²⁸³ SANTO, Carlos Espírito. *A Primeira República*. Volume 1. Lisboa, Edições Colibri, 2015. P 519.

²⁸⁴ Essa informação foi dada em resposta à carta defesa de um dos réus, Agnelo Salvaterra, que optou por não realizar sua defesa oralmente no dia do julgamento. Na carta Salvaterra, segundo a publicação do jornal, questionava porque não tinha direito a recurso e obteve como retorno a explicação que o TEACR era um local para julgar os traidores da pátria e a eles não caberiam recursos.

prisões, como José Frey e Albertino Neto. Porém, nos quatro exemplares encontrados pela pesquisa não há qualquer artigo sobre essas detenções.

Mas, nas edições de 1979 foram encontradas notícias sobre o julgamento desses detidos, no dia 26 de março de 1979. No dia 30, o jornal exibia na primeira página uma foto dos acusados e a manchete “Condenados os traidores da Pátria”; no texto estavam as penas atribuídas aos réus. Foram oito indiciados, entre eles Carlos Graça, que já estava fora do país desde janeiro de 1977, todos eles acusados de tramarem um novo golpe contra Pinto da Costa e seu governo. É interessante destacar que ao contrário do anterior grupo de detidos, estes eram antigos membros do MLSTP e do governo santomense. O jornal promete para o número seguinte um texto mais detalhado do julgamento e publica da sentença completa, infelizmente não foi possível encontrar esta edição para análise.

Além de Carlos Graça, estava Albertino Neto, ex-comandante das Forças Armadas, e sua esposa, Maria do Carmo; Orlando Graça; Alcino Lima; Fernando Alvim, José Fret; e Manuel Santana. Albertino Neto era acusado de tramar a morte de Pinto da Costa e de ser membro de forças “pró-imperialista”. A principal testemunha foi Alcino Lima, que fora preso antes e confirmou o envolvimento de Neto e de sua mulher na conspiração para assassinar o presidente²⁸⁵. Santo diz que Alcino, após a sua prisão, teria recebido a proposta de ter um relaxamento da pena e um convite para ser ministro dos Negócios Estrangeiros, se declarasse que Neto, Carlos Graça e os demais conspiravam contra o país.

Anos mais tarde, Alcino Lima escreveu uma carta à Amnistia Internacional denunciando que interrogatórios exaustivos e ininterruptos fizeram com que ele testemunhasse contra os outros implicados. Na carta declarou que foi “obrigado a fazer acusações e assinar declarações que não tinham qualquer fundo contra o Dr. Carlos Graça e o Sr. Neto²⁸⁶”. Lima era estudante em Cuba quando participou num encontro com o ministro da Educação do governo santomense, enquanto este visitava o país. Nessa reunião, o ministro declarou que o país estava sob iminente ataque e que o Gabão²⁸⁷ se preparava para invadir o país. Posteriormente, Alcino, que mantinha relações pessoais com o embaixador gabonense em solo cubano, contou o que tinha escutado e que avisou as

²⁸⁵ SEIBERT, *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002. P. 150.

²⁸⁶ Carta de Alcino Lima para Amnistia Internacional, São Tomé, 31 de outubro de 1982 apud SANTO, 2015, v1, P. 529.

²⁸⁷ Carlos Graça ao sair do país para não ser preso, foi se refugiar em Libreville e como para os dirigentes santomenses ele continuava a tramar o golpe e agora com o apoio do Gabão, as relações com o esse país foi suspensa.

autoridades no Gabão. Porém as mensagens foram interceptadas pelo serviço de inteligência de Cuba e Alcino Lima foi preso, acusado de alta traição²⁸⁸.

Ainda na carta, Lima conta que a sua família foi ameaçada várias vezes e que os policias cubanos que o interrogavam queriam que ele confirmasse que, durante o período de estudos em Cuba, tivera relações com Neto, pois este também estava lá a treinar com o exército cubano. A trama traçada pelas forças policiais santomenses era simples de ser entendida. Alcino Lima, estudante em Cuba, era informante e amigo de Albertino Neto que arquitetava o golpe com Graça, que já estava no Gabão. Bastava que Lima confirmasse para que a história ganhasse a veracidade necessária, sendo os acusados condenados pelos oradores que participam nos comícios que então tinham lugar²⁸⁹.

Todos foram condenados, menos José Fret e Manuel Santana, pois, segundo o jornal, o tribunal nada conseguiu provar contra os dois. Carlos Espírito Santo disse que, por decisão política, os juízes decidiram informar que nada tinham contra os dois, principalmente José Fret. Santo ainda afirma que “o chefe de Estado e presidente do MLSTP não tinha outra saída, devido à pressão internacional que sofreu²⁹⁰” para libertá-lo.

Após os episódios de 1979 e toda a turbulência que causou nas estruturas do governo, o presidente apontou Trovoada como o mentor do motim ocorrido em São Tomé. No n.º 57, na primeira página, vinha a manchete “O caso de Miguel Trovoada – Comunicado do Conselho Coordenador”. O comunicado estava na página cinco e tinha um estilo de ata com trezes pontos listados. O comunicado avisava que a reunião ocorrera no dia 20 de setembro de 1979, para analisar a situação interna do país.

No segundo ponto o Conselho afirmava que a “reunião debruçou-se sobre o exame dos fenómenos registrados na sociedade santomense precedendo um balanço histórico sobre o nacionalismo²⁹¹” e o ponto oito regista o conhecimento de que havia “anomalias no seio do MLSTP, com reflexo imediato no funcionamento das estruturas da Organização, do topo à base²⁹²”. Depois da apresentação dos trezes pontos, que reforçava o discurso da necessidade de uma limpeza no Movimento, refere-se que Miguel Trovoada teve a palavra para se defender, utilizando “táticas vergonhosas para tentar

²⁸⁸ SANTO, Carlos Espírito. *A Primeira República*. Volume 1. Lisboa, Edições Colibri, 2015. P 507-510.

²⁸⁹ SEIBERT, CAMARADAS, *CLIENTES E COMPADRES...*, 2002, P. 150.

²⁹⁰ SANTO, Carlos Espírito. *A Primeira República*. Volume 1, 2015, P. 494.

²⁹¹ *Jornal Revolução*, N.º 57, 01 de outubro de 1979, P. 5.

²⁹² *Ibidem*.

confundir a assistência²⁹³”. Quando percebeu que não seria capaz de persuadir os presentes “solicitou do Conselho um adiamento para prosseguir a sua intervenção, alegando cansaço²⁹⁴”.

Seibert relata que além de ser acusado de liderar o motim de 1979, Trovoada ainda foi acusado de ter conhecimento de uma tentativa de assassinato de Pinto da Costa, de não ter cumprido as metas com o Movimento e o país; de manter uma boa vida. Ainda segundo esse autor, o testemunho contra Miguel era de Alcino Lima²⁹⁵, que tinha sido testemunha de acusação do julgamento de março. Lima afirmou “que iria receber uma mala de um francês, no aeroporto local, contendo uma bomba que se destinava a ser colocada no gabinete de Pinto da Costa, no Palácio Presidencial²⁹⁶”.

Durante três dias Trovoada foi interrogado e a cada manifestação ouviu gritos de protestos, sendo acusado de inimigo, traidor e espião do imperialismo²⁹⁷. Como informava o comunicado do Conselho, Trovoada pediu tempo para descansar. Seibert²⁹⁸ referiu que os membros não queriam concordar com isso, mas que Pinto da Costa acatou a decisão. Contudo Trovoada aproveitou a oportunidade para se refugiar na embaixada portuguesa pedindo asilo político, que foi negado por Portugal. Abrigou-se depois no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), mas mesmo com a negociação em curso entre os membros da Nações Unidas e governo, Trovoada foi preso no dia 5 de outubro de 1979²⁹⁹.

A movimentação internacional para a libertação de Miguel Trovoada era intensa. O Partido Socialista português (PS), na figura de Mário Soares, tentou vários contatos com o preso, o que foi sempre negado pelo governo. A Amnistia Internacional colocou Trovoada no rol de presos políticos. Os partidos socialistas francês, italiano e sueco também pediram a libertação do prisioneiro. Em 1981, depois de muitas pressões internacionais e pedidos de respeito pelos direitos humanos, Pinto da Costa libertou Trovoada que partiu para o exílio em Paris.

²⁹³ Jornal *Revolução*, N° 57, 01 de outubro de 1979, P. 5.

²⁹⁴ *Ibidem*.

²⁹⁵ Carlos Espírito Santo, conta que as autoridades governamentais tentaram, mais uma vez, que Alcino Lima fizesse uma acusação contra um inimigo deles, dessa vez Miguel Trovoada, mas que dessa vez Lima se negou e não assinou nenhuma declaração, que por isso, com acusações sem assinaturas que provassem que Alcino tivesse proferido tal confissão, que Pinto da Costa teve que soltar Trovoada mais tarde.

²⁹⁶ SEIBERT, *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, 2002, P. 154.

²⁹⁷ *Ibidem*.

²⁹⁸ *Ibidem*

²⁹⁹ *Ibidem*.

O jornal *Revolução* participou ativamente na consolidação do discurso de Pinto da Costa e do regime desde 1975, referindo em permanência que o inimigo estava constantemente a rondar as ilhas. Os conflitos políticos desse primeiro momento deixam ver que Pinto da Costa afastou todos aqueles que em algum momento divergiram da sua linha de pensamento ou adquiriam um destaque superior ao seu.

Após a independência e a condução política que Pinto da Costa deu ao país, demonstra-se que aquele jovem que, segundo Graça, o tinha a certeza de assumir o cargo máximo do Movimento em 1972, e que acreditava que após a troca de poder nas ilhas voltaria para concluir os estudos na RDA, se tinha deslumbrado com o poder e que seria capaz de tudo fazer para se manter nele.

3.5. Epílogo.

Não é possível saber que parte da população lia o jornal, mas é certo que o *Revolução* reproduz o pensamento do regime divulgando-o à sociedade santomense. O jornal acompanhou os acontecimentos e as dinâmicas entre o governo, o povo e os opositores em São Tomé e Príncipe, afirmando posições, e, mais importante, calando, quando necessário, os conflitos políticos que tiveram lugar.

A independência chegou e precisou da construção de alguns elementos e a desconstruções de outros. A desconstrução envolvia a relação com o trabalho nas roças e os forros³⁰⁰. O jornal procurou mostrar o quanto seria gratificante trabalhar em prol do país. Analisando os primeiros anos, é visível que, à medida que a política económica fracassa, o *Revolução* endurece o discurso, da mesma forma que o regime endurece a ação.

Carlos Espírito Santo advoga que quem levou a economia ao declínio foi Manuel Pinto da Costa, que se manifestou inábil para conduzir o país e definir apolítica económica; a sua aproximação ao Bloco Socialista prejudicou a economia das ilhas³⁰¹. Seibert reafirma que no plano ideológico muito foi feito, mas não se conseguiu a modernização das estruturas³⁰². O jornal procurar perpetuar os princípios de que o “trabalho edifica o homem”, mas nos seus artigos não dava conta das diferenças sociais que se perpetuaram desde o período colonial, embora afirmasse que todos eram iguais e que aos santomenses bastava agir como verdadeiros patriotas. Os fatos mostraram que no

³⁰⁰ NASCIMENTO, «São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra». *Anuário Antropológico*, 40, 1: 133 – 163, 2014, P. 143.

³⁰¹ SANTO, Carlos Espírito. *A Primeira República*. Volume 1, 2015.

³⁰² SEIBERT, *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES...*, Lisboa, 2002.

campo laboral “os forros ocupavam em primeiro lugar os escritórios das empresas, a maioria dos trabalhadores de mato eram os antigos contratados³⁰³”.

No campo social, o jornal divulgou o discurso do “Homem Novo”³⁰⁴ do regime do MSLTP. O *Revolução* publicava textos que corroboravam as afirmações dos dirigentes sobre a destruição dos vícios e costumes que foram introduzidos pelo colonizador. Sobre o “homem novo”, Nascimento³⁰⁵, diz que o primeiro passo era transformar o santomense no revolucionário, pois o “revolucionário era aquele que participava com empenho na ‘reconstrução do nosso país’³⁰⁶”. O autor ainda defende que o discurso do homem novo serviu para o Estado exercer um controlo total sobre a população, sendo que “o homem novo era não uma senda idealista, mas um instrumento de política, de preservação do poder e de condicionamento dos indivíduos, obrigados a observar uma moral não codificada e, por isso, insusceptível de ser observada³⁰⁷”.

A importância do homem novo para regime é perceptível na quantidade de texto sobre o tema publicado no jornal. O *Revolução* não poupou esforços em combater a prostituição, alcoolismo, vadiagem, feitiçaria e tudo o que o governo considerasse ser fruto do egoísmo do homem santomense que atrapalhasse o país nessa nova fase. É possível que inicialmente os jovens que participaram no processo de independência acreditassem que realmente estavam fazendo algo novo para o território santomense. Todavia, posteriormente concretizou-se um desejo de controle do poder e do povo³⁰⁸.

Outro discurso alimentado pelo regime e reproduzido pelo jornal foi o da igualdade, mas esta não pressupunha a liberdade. Segundo Nascimento, a liberdade foi substituída pelo discurso anticolonialista. O povo santomense tinha que ser grato ao MLSTP por ter acabado com o regime colonial e por isso o sistema do partido único tinha que ser apoiado como o melhor caminho para as ilhas.

Contudo, os conflitos políticos e o relacionamento privilegiado com o bloco socialista, revelaria à população o verdadeiro carácter do regime. A participação do povo no poder foi perdendo a força.

Os textos publicados e a sua disposição no jornal não deixam dúvidas quanto ao seu discurso doutrinador. Porém, considerando que as vivências do povo de STP não se

³⁰³ SEIBERT, CAMARADAS, *CLIENTES E COMPADRES...*, 2002. P. 169.

³⁰⁴ NASCIMENTO, Augusto. «São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra». *Anuário Antropológico*, 40, 1: 133 – 163, 2014, P. 142.

³⁰⁵ NASCIMENTO, Augusto. «São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo...», 2014.

³⁰⁶ Idem P. 136.

³⁰⁷ Idem, P. 140.

³⁰⁸ Idem, P. 144.

modificaram no pós-independência, que o controle nas comunicações continuou da mesma forma e a falta de regularidade na publicação do *Revolução*. Além da falta relacionamento com os meios de comunicações impressos, deve considerar o nível alto de analfabetismo no país depois da independência³⁰⁹. É possível que o *Revolução* fosse um jornal lido, mas o seu público era restrito e letrado. A doutrinação do MLSTP surtiu mais efeito nos comícios e nas declarações e discursos através da Rádio Nacional.

³⁰⁹ “São Tomé e Príncipe iniciou a campanha para a erradicação em 1975, ano de sua independência. Neste momento a taxa estimada de analfabetismo afetava 80% da população. Por meio do desenvolvimento das políticas voltadas principalmente para jovens e adultos, em 1990 o país pode reduzir o número para 50%”. Helena Bonfim, atual diretora do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos. Disponível: <https://www.dn.pt/lusa/interior/sao-tome-e-principe-tem-a-melhor-taxa-de-alfabetizacao-dos-palop---governo-8759269.html>

CONCLUSÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir da década de 1950, a África viu crescer um movimento forte de oposição ao regime colonial, com o surgimento de movimentos independentistas que lutaram pela autodeterminação dos seus territórios. Na África lusófona esse processo ganhou força na década de 1960, com o início da Guerra Colonial, que só teve fim nos meados dos anos 1970.

Em 1960, surgiu em São Tomé e Príncipe o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), um grupo nacionalista que se opunha à colonização portuguesa no arquipélago. Em 1972, transformou-se no Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), de inclinação socialista. Em 1975, depois de 500 anos de colonização portuguesa, o arquipélago conquistou a sua independência.

A Independência foi celebrada a 12 de julho de 1975, a Constituição foi aprovada a 5 de novembro de 1975 e proclamada em 12 de dezembro de 1975, conferindo poder incondicional ao presidente e fazendo do MLSTP o único partido político permitido no país. Iniciou-se, assim, um regime monopartidário – que durou todo o período conhecido como I República (1975 – 1991) –, de modelo soviético/cubano.

Podemos alegar que a descolonização das ilhas aconteceu de forma precipitada, já que o governo transitório, envolto em conflitos, não teve tempo de assegurar uma estruturação administrativa que sustentasse de forma estável o Estado que tinha acabado de nascer.

A fase inicial da I República foi marcada por um projeto de centralização do poder, com organizações de massas sob o controle do regime. Na área económica a principal concretização foi a nacionalização das roças e a transformação destas em empresas estatais, cuja gestão passou a ser de total responsabilidade do MLSTP, a partir de 30 de setembro de 1975. Esse período foi percorrido por uma crise económica causada por diversos fatores, como a falta de pessoal capacitado para a administração; a carência de investimento em material e estruturas mais modernas; a ausência de mão-de-obra; e a corrupção instaladas nas direções das roças.

Outro aspeto do pós-independência foi a construção do “homem novo” santomense e de uma “sociedade nova”. O novo homem é uma concepção visionária, que remete para a concepção de um indivíduo ideal. No regime socialista o novo homem tinha como obrigação a reconstrução da sua sociedade. Esse novo homem e nova mulher tinham que superar os valores tradicionais e inadequados para os interesses do Es-

tado e compreender a importância do trabalho para o desenvolvimento da nação e afirmação da humanidade.

Os novos dirigentes adotaram essa concepção no processo da construção do país, do seu povo e da sua história. O homem e a mulher santomense tinham que compreender os sacrifícios como uma etapa necessária para a verdadeira independência, e a doação do seu tempo para a concretização dessa sociedade era a prova real do seu patriotismo. O governo aproveitou-se dessa concepção para reforçar o discurso da importância do trabalho nas roças para que São Tomé e Príncipe pudesse comemorar verdadeiramente a sua liberdade económica. Era uma tentativa evidente de conseguir romper a repulsa dos forros para com esse tipo de trabalho.

Mesmo com a defesa de uma unidade nacional, em que existia uma vivência harmoniosa entre o governo e o povo, nos primeiros anos da administração de Pinto da Costa ficou patente que tal ocorreria sob a vigilância de MLSTP. O exemplo disso pode ser visto no setor da difusão da informação, que continuou sob o controle do poder, existindo dois meios de comunicações oficiais, a Rádio Nacional – que a estrutura é a mesma do período colonial, só mudou de nome –, e o jornal *Revolução*.

As atividades políticas eram controladas e coordenadas pelo MLSTP, que criou organismos para controlo das massas, como JMLSTP e OMSTP. Ainda que se alegasse uma ampla participação popular, a população não tinha total conhecimento político sobre essa nova fase do país. A sua participação política resumia-se aos eventos oficiais e aos comícios políticos, o que quase desapareceu no final dos anos 1970.

O MLSTP conjugou autoritarismo político e o discurso de liberdade económica. A relação que o regime santomense construía com a população era de controle e vigilância. A relação com os trabalhadores ficava sob a autoridade do Estado.

É essa perspectiva que foi reforçada pelo jornal *Revolução* – que foi a principal fonte desta pesquisa –, como porta-voz do governo, como se apresenta, reproduzindo o discurso doutrinator do regime. Os artigos sobre a composição do novo homem e condenação dos que se recusavam a abandonar práticas tradicionais marcaram presença. Tal como a exaltação do governo e da figura de Pinto da Costa, intensificada nos momentos que o regime perdia força entre a população.

A política do medo era alimentada com artigos que alegavam que São Tomé e Príncipe era cobiçado interesses imperialistas que queriam destruir a independência das ilhas e instalar um regime neocolonial. Esses textos correspondem ao período em que o governo afirma recear uma invasão no país e solicitou ajuda militar aos seus aliados.

Do início de 1977 a luta pelo poder de São Tomé e Príncipe ganhou o destaque e foi o centro de atenções do regime até 1982, quando as ilhas foram assoladas por uma seca terrível e uma cruel crise de alimentos, enfraquecendo de vez a autoridade de Pinto da Costa que, em 1984, iniciou uma mudança política. A disputa política no seio do MLSTP conduziu o governo ao aumento da repressão, com perseguições políticas, prisões arbitrárias, casos de torturas, exílios e uma morte de um preso político.

De 1977 a 1979, o *Revolução* condenou o imperialismo, os inimigos políticos que se espreitavam as ilhas. Contudo, sem que estas ideias fossem diretamente reportadas a factos. Quando eram feitas alusões diretas aos acontecimentos, apareciam apenas reproduções das sentenças dos julgamentos do TEACR e dos discursos de Pinto da Costa. Esta pesquisa não pôde aprofundar os acontecimentos do ano de 1978, pois para este ano apenas foram encontrados quatro exemplares do jornal.

É possível afirmar que a política do medo instalada nas ilhas, que fazia menções a um perigo iminente de perda das conquistas e um retorno ao sistema colonial, fez com que a população não reagisse aos excessos do governo. Porém, as dificuldades económicas provocaram crises sociais e conflitos nas ilhas, como o motim de 1979, que, contudo, não teve grande impacto e foi reprimido rapidamente pelo poder.

O final da década de 1970 marcou o início das crises. Os erros económicos, o intenso controle social e as perseguições políticas são fatores que condenaram o regime de partido único ao seu fim.

FONTES

BOLETIM GERAL DAS COLÓNIAS. XX – 229 PORTUGAL. Agência Geral das Colónias, Vol. XX - 229, 1944. Disponível: <http://memoria-africa.ua.pt/>.

JORNAL REVOLUÇÃO. Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe. Caixa: Órgão do Ministério da Informação da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Exemplares 1975 – 1979. Disponível: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7488#!e_9016.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Aniceto, Gomes, Carlos de Matos. *Os anos da Guerra Colonial: 1961-1975*. Matosinhos, Editora Quidnovi, 2010.

ALMEIDA, Érica Reis de. «O Pan-africanismo e a Formação da OUA». *Revista geopolisagem*. Rio de Janeiro, Ano 06, Nº 12, 2007.

ALMEIDA, Viana de. «Povoamento e Colonização da ilha de S. Tomé», *Cadernos Coloniais*, n.º 67, Lisboa, s.d.; 1884. Disponível: <http://memoria-africa.ua.pt/>.

AMBRÓSIO, António. *Subsídios para a história de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

ASSUMPTÃO, Jorge Euzébio. *A partilha da África e a resistência africana*. Porto Alegre, 2008. Disponível: <http://www.fapa.com.br/cienciaseletras>

BERTHET, Marina. «São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência». *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 961-986, set.-dez. 2016.

BRANCO, Rafael. *Os caminhos da democracia: São Tomé e Príncipe*. Amadora: [s.n.], 1998.

CABRAL, Amílcar. *Textos políticos*. Porto: Afrontamento, 1974.

CARDOSO, Débora Marina Canhoto. *Imagem e Propaganda em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Lisboa: ISCTE-IUL, 2014.

CARVALHO, Juvenal de. *Revista Veja: um olhar sobre a independência de Angola*. São Paulo: Gandalf, 2009.

- CASTELO, Claudia. *A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. Actas 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, Lisboa, ISCTE-IUL, 2010.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Linguagem dos conflitos*. Coimbra: Minerva, 2001.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CORREA, Silvio Marcus. A “Partilha da África” pela imprensa teuto-brasileira. *CADERNOS DE PESQUISA Cdhis*. Uberlândia, V.23, N.2, jul./dez. 2010.
- CORREIA, Pezart. *Descolonização de Angola: A joia da coroa do império português*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1991.
- COSTA, Manuel Pinto da. *Terra Firme*. Porto: Afrontamento, 2011.
- CRUZ, Carlos Benigno da. *S. Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência*. Lisboa: Moraes Editores, 1975.
- DÁSKALOS, Sócrates. *A Casa dos Estudantes do Império: Fundação e primeiros anos de vida*. Câmara Municipal de Lisboa, 1993.
- FEIO, Joana Areosa. *De Étnicos A “Étnicos”: Uma Abordagem Aos “Angolares” De São Tomé E Príncipe*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa – ISCTE, 2008.
- FERNANDES, António Teixeira. *A sociedade e o Estado: sociologia das formações políticas*. Porto: Afrontamento, 1997.
- FERREIRA, Pedro. *Casa dos Estudantes do Império: pelo regime e contra o regime. Actas I Congresso de História Contemporânea*, FCSH, Lisboa, 2012.
- FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências - sécs. XIII-XX 20*. Lisboa: Estampa, 1996.
- FONSECA, Isadora de Ataíde. *A Imprensa E O Império Na África Portuguesa, 1842-1974*. Lisboa: ICS, 2014.
- _____. A imprensa e o império colonial em São Tomé e Príncipe (1857-1974). *Revista Comunicação Pública*, Vol.9 nº16, 2014. Disponível em: <https://cp.revues.org/842>.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3ª edição. São Paulo: Ed Loyola, 1996.
- GRAÇA, Carlos. *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*. São Tomé e Príncipe: Editora: UNEAS, 2011.
- GUERRA, João Paulo. *Memória das Guerras Coloniais*. Porto: Afrontamento, 1994.
- HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, VIII: *África desde 1935* / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010.
- LABAN, Michel. *São Tomé e Príncipe: encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002.

- KIMCHE, David. *A África Negra E O Movimento De Solidariedade Dos Povos Afroasiáticos*. Disponível: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n8_9_p93.pdf, 1969.
- KRENISKI, Gislania Carla P., AGUIAR, Maria Do Carmo Pinto. *O Jornal Como Fonte Histórica: A Representação E O Imaginário Sobre O “Vagabundo” Na Imprensa Brasileira (1989-1991)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.
- MAC, *Manifesto do Movimento AntiColonialista*. CasaComum.org, 1965. Disponível: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83404
- MARIANI, Bethania. Discurso e instituição: a imprensa. *Revista RUA*, v. 5, n. 1, Unicamp, São Paulo, 1999. Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651>.
- MATEUS, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA E PAIGC*. Sintra: Editora Inquérito, 1999.
- _____. *A PIDE-DGS na Guerra Colonial (1961-1974 1974)*. Lisboa: Terramar, 2004.
- MATOS, Dandara Sílvia. *Manifesto do Movimento Anticolonialista: um guia na luta pela independência*. Centro de Artes, Humanidades e Letras – UFRB. Cachoeira, 2016.
- MENEZES, A. B. *Estado, Políticas Públicas E Desenvolvimento: Cabo Verde e São Tomé E Príncipe*. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro - Escola De Ciências Humanas E Sociais - Departamento De Economia, Sociologia E Gestão, 2012.
- MENESES, Maria Paula G. *O ‘Indígena’ Africano e o Colono ‘Europeu’: A construção da diferença por processos legais*. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2010.
- NASCIMENTO, Augusto. *Relações de poder e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe: de finais de oitocentos a meados do presente século*. Lisboa: [s.n.], 2000.
- _____. *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte*. Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2005.
- _____. *São Tomé e Príncipe durante o Estado Novo*. Lisboa: IICT, 2008.
- _____. *Atlas da lusofonia: São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Prefácio, 2008.
- _____. São Tomé e Príncipe: a independência ou o parto do autoritarismo. In *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. África e Ásia*, ed. Rollemberg, Denise e Quadrat, Samantha Viz. Rio de Janeiro, Editora: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. *Histórias da Ilha do Príncipe*. Câmara Municipal Oeiras, 2010.

_____. São Tomé e Príncipe na idade adulta: a governação e o descaso da rua. *Tempo do Mundo* 2, 3: 45 – 73, 2010.

_____. «S. Tomé e Príncipe: a independência, o monopartidarismo, a democracia e o empobrecimento». In *Caminhos Cruzados em História e Antropologia*, ed. Clara Saraiva, José Alberto e Tavim Philip J. Havik, 309 – 327, 2010.

_____. «A construção de São Tomé e Príncipe: achegas sobre a (eventual) valia do conhecimento histórico». In Silva, Teresa Cruz, Coelho, João Paulo Borges e Souto, Amélia Neves de (orgs.) *Como fazer ciências sociais e humanas em África. Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: Codesria, 2011.

_____. «São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra». *Anuário Antropológico* 40, 1: 133 – 163, 2014.

_____. «A Voz de S. Tomé: romper com a modorra vincando o cinzentismo? (1947-1974)». *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 58-78, jan.-jun. 2015.

_____. «A inelutável independência ou os (in) esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe». In: ROSAS, Fernando, Machaqueiro, Mário e Oliveira, Pedro Aires. *O adeus ao império: 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Veja, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. - Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2007.

PACHECO, Carlos. *MPLA: Um nascimento Polêmico*. Lisboa: Vega, 1997.

PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 61-105.

PORTUGAL. *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique: Decreto-Lei Nº 39666*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.

ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. *São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências e Políticas, 1997.

ROSAS, Fernando, Machaqueiro, Mário e Oliveira, Pedro Aires. *O adeus ao império: 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Veja, 2016.

SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. *Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo*. Lisboa: Colibri, 2008.

SANTO, Carlos Espírito. *O Nacionalismo Político São-Tomense*. Volume 1. Lisboa: Colibri, 2012.

_____. *O Nacionalismo Político São-Tomense*. Volume 2. Lisboa: Colibri, 2012.

_____. *A Primeira República*. Volume 1. Lisboa: Colibri, 2015.

_____. *A Primeira República*. Volume 2. Lisboa: Colibri, 2015.

SEIBERT, Gerhard. *São Tomé e Príncipe: instabilidade política e crise económica num micro-estado insular*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1998.

_____. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Veja, 2002.

_____. *CRIOULIZAÇÃO EM CABO VERDE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:*

Divergências Históricas e Identitárias. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21315/13894>, 2014.

_____. São Tomé and Príncipe 1975-2015: politics and economy in a former plantation colony. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 987-1012, set.-dez. 2016. Disponível:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/download/22842/15030>.

SERRANO, Carlos. *Viriato da Cruz: um intelectual angolano do século XX: a memória que se faz necessária*. Disponível: www.revistas.usp.br/afrika/article/download/102613/100886, 2012.

SILVEIRA, Maria Anabela Ferreira da. *Dos nacionalismos à guerra os movimentos de libertação angolanos - de 1945 a 1965*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

TOMÉ, Jaime. Constituição, Acto Colonial, Carta Orgânica, Reforma Administrativa, Regimento do Conselho do Império, Concordata e Acordo Missionário com notas, sumários de legislação e índices alfabéticos. *Gazeta dos Advogados da Relação de Luanda*, Luanda, 1940.

VENTURINI, Maria Cleci. *Imagário urbano: espaço de rememoração*. Universidade de Santa Catarina, Centro de Arte e Letras, Santa Maria, 2008.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Revista História e Historiografia: Contribuições e Debates*. V. 4, PUC – São Paulo. Jan. /Dez 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/871/showToc>.